

Boletim Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ



2º Seminário - Ano 2008

Tema:
Violência: Aspectos Psicossociais

ISSN 1983 - 5507

Vol. 1 - Nº 2 - Dezembro de 2008



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Educação
Departamento de Psicologia





**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Educação
Departamento de Psicologia**

Reitor: Ricardo Motta Miranda
Vice-Reitora: Ana Maria Dantas Soares

Decana de Ensino de Graduação: Nídia Majerowicz
Decano de Extensão: José Claudio Souza Alves
Decana de Pesquisa e Pós-graduação: Aurea Echevarria

Diretor do Instituto de Educação:
José Henrique dos Santos

Professores do Departamento de Psicologia - DEPSI
Denis Giovani Monteiro Naiff
Marcos Aguiar de Souza
Nilton Sousa da Silva
Rosa Cristina Monteiro (Chefe do DEPSI)
Silvia Maria Melo Gonçalves
Suely de Oliveira Schustoff

EDITORIAL

O “II Seminário Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ” apresentou, no mês de agosto de 2008, o tema “Violência: aspectos psicossociais”. A violência parece ser uma propriedade da condição humana, todavia, não é algo que determina o comportamento humano. Outras propriedades da espécie também se expressam na história de sua conduta. Então, por que determinadas épocas expressam violências medonhas? O que ocorre no espírito humano, no *Zeitgeist* ou na *Weltanschauung* para apresentar e servir como marco do violento comportamento humano de determinadas épocas?

O “II Seminário Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ”, seguindo o propósito do evento, não pretende responder definitivamente a tal questão, pois sabemos que a dinâmica passado, presente e futuro desvela as propriedades do espírito humano e aprimora a compreensão sobre a condição humana. O senso comum diz que “o futuro a Deus pertence”. Mas, se dialogar com Deus tange o metafísico, paradoxalmente, o

diálogo não escapa às reificações humanas.

Neste sentido, é possível dialogar com Deus e com os Homens e, aqui se encontra o objetivo do “II Seminário Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ”. Dialogar com Homens que carregam as idéias instituídas pelas respectivas organizações humanas: universidades, igrejas, órgãos ministeriais, comunidades e outras. No entanto, esses Homens “organizados” também carregam idéias pessoais e apresentam a dinâmica indivíduo-sociedade.

O “II Seminário Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ” almeja possibilitar um encontro de idéias sobre a “violência” humana e apontar as conseqüências nos aspectos psicossociais. Embora, nas dimensões macro e micro sociais, talvez a violência física seja mais evidente aos olhos do leigo, existe a violência psicológica que apresenta o mesmo ou maior sofrimento ao espírito humano. Assim, a interação indivíduo-sociedade reflete um ambiente “vivo” para os estudiosos da “violência”. Por isso, o “II Seminário Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ” caminha ao encontro das idéias saudáveis ao espírito humano.

Nota: O conteúdo de cada resumo ou artigo é da responsabilidade dos autores, assim como, o material divulgado também foi disponibilizado pelos respectivos palestrantes.

EDITOR

Nilton Sousa da Silva – UFRuralRJ
Professor Adjunto do DEPSI / IE
Doutor em Psicologia – UFRJ

COMISSÃO EDITORIAL Flávio

Pietrobon Costa – UESC
Coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica e Social
Doutorando em Modelagem Computacional – LNCC

Gustavo Corrêa Matta – EPSJV / FIOCRUZ
Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde
Doutor em Saúde Coletiva – IMS / UERJ

Luiz Celso Pinho – UFRuralRJ
Professor Adjunto do DLCS / ICHS
Doutor em Filosofia – UFRJ

Paulo G. Domenech Oneto – UGF
Professor Convidado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Doutor em Filosofia – UGA & Doutor em Literatura Comparada – NICE

Roberto Novaes de Sá – UFF
Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Doutor em Engenharia de Produção - COPPE / UFRJ

Projeto Gráfico e Diagramação: Iuri Neumann
Revisão de Texto: Lila Marcia Marques

Sumário

EDITORIAL	3
A VIOLÊNCIA URBANA E SUAS IMPLICAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS José Claudio Souza Alves	6
A VIOLÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E A BUSCA DA CIDADANIA Ana Carla Souza Silveira da Silva	7
A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: UM ESPAÇO DA VIOLÊNCIA PRIVADA Paula Pantoja Boechat	17
ACOLHENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA VIOLÊNCIA SOCIAL Luciene Alves Miguez Naiff	26
VIOLÊNCIA SOCIAL E SAÚDE MENTAL: ASPECTOS JURÍDICOS Paulo Cosme de Oliveira	31
LITERATURA E CATARSE: A ARTE ATENUANDO A VIOLÊNCIA Lila Marcia da Boamorte Marques	39
CAPOEIRA: LUTA DE RESISTÊNCIA A VIOLÊNCIA Marcus Vinícius Santana Macul	50
COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: CASOS DE VIOLÊNCIA Olivia Chaves de Oliveira	75
IDENTIDADE, VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA GUARANI NO SUL DO RIO DE JANEIRO Aloisio J. J. Monteiro	83
MÍDIA E VIOLÊNCIA: A IMAGEM EM QUADRINHOS E NO MONITOR Henrique Cesar da Costa Souza	94
MÍDIA E VIOLÊNCIA: UMA DIMENSÃO SIMBÓLICA NA ATUALIDADE Heloisa Cardoso	104

A VIOLÊNCIA URBANA E SUAS IMPLICAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS

JOSÉ CLÁUDIO SOUZA ALVES¹

1 - DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS – USP / DECANO DE EXTENSÃO DA UFRURALRJ / PROFESSOR ADJUNTO DO ICHS/
UFRURALRJ

Resumo

A ascensão da execução sumária enquanto política de segurança pública significa o coroamento de uma lógica perversa. Em nome da eliminação de bandidos, traficantes, criminosos, pratica-se a eliminação sumária de jovens, na maioria negros, de comunidades pobres e periferias. O “bandido bom é bandido morto” transformou-se no sentimento coletivo justificador da barbárie e do extermínio, oficial ou não. O controle de áreas por grupos de extermínio ou milícias, seu sinônimo, revela o avanço da prática da execução associada ao controle de serviços urbanos: transporte e tv a cabo clandestinos, gás, casas, terrenos, tráfico, voto, etc. Para iniciar um movimento de modificação nessa lógica dominante é necessário mudar a forma de ver esse “bandido”, dando-lhe chance de falar, de revelar seu rosto. Somente nos colocando no lugar dele, pela compaixão, é possível se desvincular da ideologia dominante e pensar alternativas que modifiquem o presente totalitarismo socialmente construído, que transforma favelas e baixadas num imenso campo de concentração sem arame farpado, na maior câmara de gás sem gás do mundo.

A VIOLÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E A BUSCA DA CIDADANIA

ANA CARLA SOUZA SILVEIRA DA SILVA ¹

1 - MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA – PUC/RIO / COORDENADORA DA COMISSÃO DE SAÚDE DO CRP-05 /
PSICÓLOGA DA SMS/RJ E DA SEAP/RJ / TUTORA DO CURSO À DISTÂNCIA, “SAÚDE MENTAL: POLÍTICAS E
INSTITUIÇÕES” (EAD/LAPS/FIOCRUZ)

Resumo

Este ensaio ressalta que as instituições públicas da saúde, desde a constituição do Sistema Único de Saúde, no final da década de 80, passaram por mudanças no modo de concepção sobre o sujeito e conseqüentemente na oferta da assistência. As denúncias sobre os espaços de enclausuramento, violência e abandono de pessoas rejeitadas pela sociedade, a preocupação em aproximar as políticas públicas das necessidades concretas da população, consolidaram novos recursos e dispositivos de intervenção no território. Novas respostas para o sofrimento humano contemplaram a realidade social, histórica e cultural da população. No caso específico da política de saúde mental brasileira - a Reforma Psiquiátrica – ocorre a descentralização da prática médica e intensificação das ações territoriais e intersetoriais. O Movimento Social da Luta Antimanicomial dá o tom para “Uma Sociedade Sem Manicômios”. O Paradigma da Atenção Psicossocial coloca em cena a cidadania do dito louco, defendendo que esta se afirme nas políticas públicas. Paralelo a isso se ressalta a relevância das entidades profissionais na ocupação de espaços estratégicos de oposição a toda forma de exclusão social e estigmatização, consolidando lutas que ultrapassam os interesses corporativistas; lutas de afirmação da vida, de garantia dos direitos humanos de todos os cidadãos.

Artigo

O 2º Seminário Interfaces da Psicologia - Violência – aspectos psicossociais – evoca a necessidade de debater o tema a partir da complexidade do mundo atual.

A discussão sobre o tema violência provoca em todos nós, a necessidade de movimentação, de organização coletiva para combatê-la. Pensando no que se quer em oposição ao ‘mundo da violência’, surge a pergunta: será que se vivêssemos num ‘mundo

de paz', estaríamos nos encontrando hoje para debater e buscar entendimento sobre o modo de funcionamento da nossa sociedade, das relações entre os homens?

Proponho pensarmos juntos que as vivências de violência e paz não são oposições, mas parte do processo da vida; de uma vida que é dinâmica, que não se estagna, que se refaz em todo tempo a partir da realidade de determinado contexto sócio-histórico-cultural e geográfico.

Não há grupos ou sujeitos perfeitos ou imperfeitos todo o tempo. Isto dependerá do ângulo pelo qual vemos os outros, pelo qual os compreendemos, quando os referimos em relação a nós mesmos; logo, os valores e crenças presentes em cada pessoa serão cruciais para determinar o modo como me afetarei e me aproximarei de alguém.

Respeitar as diferenças presentes nos espaços que com vivemos e com as pessoas que lidamos, é o início do esforço para não naturalizar a idéia de que a violência não faz parte de mim, mas sim do outro, isto é, daquele grupo social ao qual eu não pertencço. Culpabilizar algo ou uma pessoa pela violência, como se cada um de nós não contribuísse de algum modo para sua existência, é a anulação da responsabilidade de cada um de nós, na tarefa de transformar uma realidade.

Parto então da necessidade de que tenhamos consciência de que o exercício da nossa cidadania é também compreender a forma particular com que cada um de nós contribui para a perpetuação da violência na sociedade em que vivemos, devendo, a partir daí, criar estratégias para construção coletiva de um mundo mais digno para todos os cidadãos.

Pretendo neste ensaio, debater o tema violência a partir das mudanças em curso no campo da saúde pública, especificamente, da saúde mental, e mostrar como esta discussão pode fazer parte do compromisso social de entidades profissionais, como vem ocorrendo no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, instituição que represento neste evento.

LUTAS NA SAÚDE / SAÚDE MENTAL PÚBLICA - CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO

A atual saúde pública brasileira tem como marco legal a Constituição Federal de 1988 e a proposta de implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) – Lei 8080/90, no reconhecimento da cidadania da população e da responsabilidade do gestor público na implementação da assistência.

É importante ressaltar que a conquista deste modelo de saúde se deve ao movimento social de trabalhadores da saúde no campo da Reforma Sanitária, nas décadas de 70 e 80, numa conjuntura política que contava com vários movimentos sociais no embate à política ditatorial no nosso país, política esta conhecida por atos de extrema violência sobre direitos fundamentais de cidadãos que desaprovavam o modelo de gestão em vigor.

Integrados a esta mobilização crítica da macro-política vigente, e mobilizados com a cruel realidade da situação dos hospitais psiquiátricos / manicômios, surgiu em 1978, o Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) e mais tarde, em 1987, a partir do amadurecimento das lutas necessárias para consolidação de nova política em saúde mental, o Movimento da Luta Antimanicomial (MLA). A união de profissionais de saúde mental, usuários dos serviços e seus familiares, entidades profissionais, dentre outros, consolidaram o que hoje é conhecido como a Reforma Psiquiátrica brasileira.

As deliberações das Conferências Nacionais de Saúde, das Conferências Nacionais de Saúde Mental (1987, 1992 e 2001) colocaram em cena a amplitude da participação de distintos atores sociais (usuários dos serviços, gestores, instituições diversas, movimentos sociais) para deliberação, acompanhamento e viabilização do SUS. Em relação ao Movimento da Luta Antimanicomial, vale registrar que já ocorreram oito encontros nacionais de usuários e familiares, inclusive, com edição de carta de direitos e deveres dos usuários, e sete do Movimento Social da Luta Antimanicomial, com a presença de todos os atores que atuam diretamente no campo - profissionais, usuários e familiares. Este currículo mostra a organização e força reivindicatória do coletivo.

A Reforma Psiquiátrica brasileira tem como características fundamentais, o respeito à diversidade e a constatação da complexidade do corpo social e suas instituições. Ambas se sustentam na mudança de paradigma que se faz presente em toda trajetória de lutas neste campo, onde se afirma o processo de desinstitucionalização. O modelo psiquiátrico tradicional, que atua apenas sobre a doença, é combatido, para que surjam outras possibilidades de compreensão e intervenção sobre a loucura. Portanto, atualmente, quando se fala em Saúde Mental e Atenção Psicossocial no Brasil, deve-se considerar que este se consolida a partir de um processo social complexo: 1- teórico-conceitual; 2- técnico-assistencial; 3- jurídico-político; 4- sócio-cultural. (Amarante, 2007, p.64) e, neste sentido, também muda o foco de intervenção, que passa a considerar 'a existência-sofrimento dos pacientes e a sua relação com o corpo social'. (Rotelli et all, 1990, p.30)

A Lei 10.216/01, que "Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental"; a Portaria GM 336/02, que fala da constituição dos Centros de Atenção Psicossocial como serviços estratégicos na formação da rede de saúde mental; a Portaria MS 106/00, que cria os Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental; a Lei 10.708/03, que "Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais

egressos de internações”, são exemplos dos avanços legislativos. Contudo, ganham vigor na presença da organização coletiva dos atores sociais engajados no processo de transformação da assistência em saúde mental, já que, diante de um processo social complexo, não basta a aquisição de leis.

Como marca da reforma no Brasil, vale lembrar que esta não começou a partir das leis, mas pela mobilização de grupos e pessoas comprometidas em propor nova atenção e cuidado em relação à loucura e foram, especialmente estes, que deram o tom das transformações em curso. (Amarante, 1995)

ALGUNS PRINCÍPIOS ORGANIZADORES PARA CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS QUE VISAM O FIM DOS MANICÔMIOS.

Traçar o percurso das mudanças na assistência em saúde mental desde a década de oitenta, não é tarefa simples, mas, é possível delimitar princípios fundamentais para consolidação das mesmas. Portanto, a garantia daquilo que o SUS define como primordial, a acessibilidade e a integralidade, ajuda na construção de ações que venham a substituir os manicômios.

Acolher o outro, naquilo que ele demanda, naquilo que ele precisa, deve ser garantido por estruturas em determinado território geográfico de abrangência. Assim é que os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) vêm se constituindo para atendimento à clientela com necessidade de atendimento intensivo, que antes tinha apenas como referência o hospital psiquiátrico. As portas deste serviço são abertas e aptas para receber pessoas que nossa sociedade não reconhece e deseja afastar por conta de um modelo social que não respeita a singularidade e as limitações daqueles que não correspondem às solicitações do mundo contemporâneo.

Os CAPS, então, buscam a garantia da acessibilidade, do acolhimento, da escuta pela valorização do outro e a responsabilização institucional pelo problema que chegou até ele. Porém, este “Centro” é colocado em xeque, não é possível que todas as necessidades de uma pessoa seja respondida por um único dispositivo de saúde/saúde mental. Afinal, esta era a pretensão do manicômio.

Neste caso, entra em cena a noção de integralidade, em que se deve pensar ações compartilhadas, a partir da co-responsabilização de atores e instituições. O sujeito é reconhecido como um todo, não apenas pela queixa e sintomas identificados pelo profissional de saúde. O reconhecimento é pela sua história, pelo contexto em que vive, pelos modos possíveis de afirmação da vida, independente dos padrões e ideais hegemônicos de normalização da vida em sociedade.

Constitui-se o desafio de uma rede de assistência agregadora dos dispositivos locais, produtora de vida, de sentido, de sociabilidade para as pessoas de uma região, principalmente para aquelas que apresentam vulnerabilidade para constituição desta rede no seu entorno. Esta ação é nomeada como intersetorial. Há abertura de diálogo entre diferentes órgãos, instituições, grupos sociais, com objetivo comum de produzir práticas de intervenção que considerem a integralidade do sujeito.

OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE/SAÚDE MENTAL NA CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS PARA 'INVENÇÃO DA SAÚDE'

A 'Invenção de saúde' é uma proposta do modelo de desinstitucionalização da reforma psiquiátrica italiana que inspirou a reforma brasileira. Ela responde ao equívoco de séculos no qual a solução para a loucura (os 'desrazoados' e 'inaptos' sociais) era a cura (Rotelli et al, 1990, p.30). Esta proposta implica sobremaneira o profissional de saúde numa prática renovadora e destituída dos preconceitos construídos ao longo dos séculos sobre populações conhecidas como perigosas devido à forma de exposição no campo social. As populações que identificamos, neste momento, como exemplo de vítimas da política de exclusão social, são os ditos loucos, as pessoas com uso abusivo de álcool e outras drogas e/ou portadoras de doenças infecto-contagiosas, as crianças e adolescentes marginalizadas pelos atos infracionais que cometem, homens e mulheres que retornam para sociedade após anos de internação psiquiátrica e cumprimento de pena em presídios e pessoas que vivem como andarilhas nas ruas.

Para que a meta de 'invenção da saúde' ocorra, o profissional precisa rever conceitos, valores, idéias preconcebidas, muitas delas injetadas na sua criação e reforçadas pela instituição de sua formação num campo específico de saber. Especialmente, no caso do psicólogo, foco deste ensaio, a formação fragmentada em diferentes áreas da psicologia ilude o estudante no que concerne ao seu potencial de intervenção sobre o outro. A crença no poder da especialização impede que se chegue à meta acima e, conseqüentemente, reduz as possibilidades do profissional de atuar criticamente sobre os modos de violência que hoje abatem a população que busca sua ajuda nos serviços públicos.

Para elucidar este pensamento cito a importância do psicólogo fazer do seu trabalho no campo público um 'trabalho vivo', ampliado na possibilidade de intervenção dos problemas que chegam até ele. Seria, então, um trabalho conectado com a realidade da população atendida, além de atento ao poder presente na relação técnico-paciente, que pode produzir autonomia do sujeito (paciente) ou fragilidade e dependência do paciente.

“Qualquer abordagem assistencial de um trabalhador de saúde junto a um 'usuário-paciente', produz-se através de um trabalho vivo em ato, em um processo de relações, isto é, há um encontro entre duas “pessoas”, que atuam uma sobre a

outra, e no qual opera um jogo de expectativas e produções, criando-se inter-subjetivamente alguns momentos significativos, como: momentos de falas, escutas e interpretações nos quais há a produção de uma acolhida ou não das intenções que estas pessoas colocam neste encontro; momentos de cumplicidades, nos quais há a produção de uma responsabilização em torno do problema que vai ser enfrentado; momentos de confiabilidade e esperança, nos quais se produzem relações de vínculo e aceitação, interdições ou desinterdições típicas das micropolíticas do encontro, situações de tutela e ações de busca de autonomização, entre uma infinidade de outras possibilidades” (Merhi, 2004, p.13)

Para tanto, é necessário afirmar a importância do trabalho em equipe, onde todos assumem conjuntamente a responsabilidade pelo gerenciamento de uma rede ativa, produtora de vidas singulares, não restritas a respostas simplificadoras das demandas dos usuários de um serviço de saúde, visto a competência para constituição de uma equipe inter ou até transdisciplinar. Ou seja, nem sempre o atendimento psicoterápico, prática psicológica comumente reconhecida, responderá eficazmente a um problema de violação de direitos da pessoa que busca apoio profissional. Assim, as demandas de saúde mental que hoje chegam nas unidades de saúde devem ser cuidadosamente acolhidas para evitar respostas simples como solução do problema, envolvendo, então, o risco de ‘medicalização’ e ‘psicologização’ do sofrimento humano, quando desconectado com a realidade de vida das pessoas.

Não me coloco aqui contra o ato de medicar e psicologizar, porém, expresso preocupação quando a resposta de um especialista a uma situação complexa é reduzida a um problema de saúde individual, diagnosticado como doença passível apenas da intervenção pela saúde, em que a dimensão coletiva da situação não é considerada. A abertura para visibilidade da complexidade do sofrimento humano possibilitaria que outros atos (não especializados) colaborassem para a retomada do controle da própria vida, da possibilidade de desejar e de usufruir das coisas que dão pertencimento no mundo (afirmação da cultura local, da subjetividade).

“No mundo contemporâneo, somos movidos por uma eficiente engrenagem capitalista que não pára de criar tecnologias e formular teorias que incidem diretamente sobre a vida dos humanos, transformando-os em consumidores de estilos de vida, modos de existência e necessidades sempre mutantes. Sabemos, no entanto, que onde há poder sobre a vida (biopoder) há também a potência da vida: as linhas de liberação, escape e resistência”. (Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ, 2007, p.99)

Outros modos de afirmação da vida são necessários e, então, é que se articula a possibilidade dos profissionais não aprisionados pelo saber da especialidade, alargarem as possibilidades de intervenção, incluindo ações de co-responsabilização da rede de dispositivos, que viabilizem ações não apenas no âmbito micro das relações, mas também macro-político.

ATOS DE VIOLÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E A LUTA POR DIREITOS HUMANOS – O QUE A PSICOLOGIA TEM A VER COM ISSO?

Os modos de violência vigentes na nossa sociedade constituem um retrato do modelo social em que estamos inseridos. O mundo capitalista, caracterizado pelo lucro (em que poucos ganham), competição de mercado, individualização das situações, naturalização de contextos que fazem parte de produções históricas, valorização da cultura do encarceramento (vide o anseio popular pelo aumento de prisões), do extermínio (as maiores vítimas são homens jovens, negros, moradores da periferia e favelas), criam armadilhas éticas para o psicólogo na condução das questões que chegam até ele nas instituições públicas de saúde (hospitais gerais, hospitais psiquiátricos, ambulatórios, Centros de Atenção Psicossocial, Estratégia de Saúde na Família), de educação (escolas), de proteção à criança e adolescente (conselho tutelar), de medida sócio-educativa, penal (unidades prisionais, manicômios judiciários), jurídica, etc.

As armadilhas às quais me refiro têm a ver com a resposta dada às situações de violência que grupos sociais denunciam quando buscam a escuta do psicólogo. Sua intervenção visa a ‘cura’ de algo que é dado como sintoma patológico? Ou pretende o uso de técnicas cujo objetivo é, a partir da criminalização de pessoas, ‘consertá-las’, adaptá-las ao modo de funcionamento do modelo capitalista? Ou, ainda, mantém a lógica de vitimização de sujeitos, inviabilizando a manifestação da sua potência de reação ao mal-estar na vida?

Ao contrário das armadilhas descritas, podemos asseverar através do acolhimento à pessoa que demanda atendimento, o questionamento das relações de poder da sociedade que tutela, que viola acesso a direitos, que despreza aqueles que são desprovidos de bens materiais supervalorizados por classes sociais com maior ganho financeiro.

Na atenção ao problema expresso pelas pessoas que buscam o apoio psicológico, é possível definir que o cuidado como ato clínico pode ocorrer por meio de uma clínica que se pretende crítica da política de estado e de suas estratégias, por meio da violência, para solucionar os problemas sociais, muitas vezes, presente nas instituições oficiais dos órgãos públicos. Faço referência à clínica-política:

“(...) acreditamos que toda clínica (...) só pode ser entendida, vivida, como imediatamente política, resultado da problematização e da superação da dicotomia entre o individual e o coletivo, entre o psicológico e o social. A clínica se dá sempre numa relação com acontecimentos que ultrapassam a vivência individual, abrindo-se inapelavelmente para a história e para a política, para sentidos existenciais

coletivos, para batalhas, derrotas e vitórias cujos efeitos transbordam os referenciais familiares ou relacionados a princípios universais intrapsíquicos, tão caros aos psicologismos e psicanalistas” (Rauter et al, 2002, p.11).

Partindo do dilema ético em que os psicólogos, principalmente aqueles que atuam nas instituições públicas, de saúde ou não, eventualmente se percebem, tendo de responder 1- às demandas jurídicas de perícia (através de laudos, de coleta de depoimentos), 2- aos interesses da sociedade na revelação ou predição da periculosidade ou não de um sujeito, ou 3- às necessidades concretas da população que busca seu suporte técnico para um cuidado individual ou intra-familiar e/ou apoio a um movimento coletivo reivindicatório, é que as XI e XII Plenárias do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), com a responsabilidade de ser uma entidade profissional, vêm afirmando o efetivo comprometimento do profissional de psicologia pela prática que contribua para uma sociedade libertadora, justa, em defesa dos direitos humanos de todos os segmentos que se encontram em situação de vulnerabilidade psicossocial.

Neste sentido, algumas iniciativas são: 1- a aproximação de diversos movimentos sociais, para apoio às lutas coletivas contra a violação de direitos, contra a estigmatização de minorias e contra a criminalização dos mesmos (defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Luta Antimanicomial, da Diversidade Sexual, do Movimento dos Sem Terra etc.); 2- a manifestação crítica referente aos atos sociais de endurecimento das leis, como a oposição à redução da maioria penal, às políticas de tolerância zero e práticas de tortura; 3- a preocupação em estar junto aos psicólogos, avaliando e orientando fazeres a partir do viés crítico da inserção deste num mundo globalizado, de caráter fragmentado, individualizado, ahistórico.

Campanhas das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia propagam a posição dos psicólogos no enfrentamento dos espaços de reclusão social, como historicamente foram os manicômios psiquiátricos, e ainda hoje são os presídios. Dentre as campanhas, “O que é feito para excluir, não pode incluir” (2007); “Nenhuma forma de Violência vale a pena” (2008).

Então, de acordo com o tema proposto neste evento “Violência – Aspectos Psicossociais”, procurei demarcar o papel social de uma entidade profissional, que não limita suas ações no âmbito corporativo.

A implicação do CRP-RJ é com a discussão permanente sobre o exercício profissional em interface com as questões sociais, políticas, dos direitos humanos. A prática do psicólogo que atua nas instituições públicas é pensada como instrumento de construção e manutenção de políticas públicas cidadãs, comprometida com o reconhecimento e a inclusão social de grupos sociais minoritários.

O psicólogo vêm rejeitando a naturalização da violência institucional intra-muros e aquela que ocorre no cotidiano das cidades, fora dos muros. Há atividades reflexivas permanentes deste conselho para que o profissional deixe de assistir às cenas de violência comodamente através das televisões de suas casas e/ou as acompanhe nos espaços de trabalho, de modo omissivo.

O rigor do posicionamento ético do psicólogo deve, portanto, levantar a bandeira da dignidade, da potência e da criatividade humana. Numa passagem do livro que relata a história de alguns cidadãos que estiveram num dos maiores abrigos do mundo localizado na cidade do Rio de Janeiro, a Fazenda Modelo, o autor ressalta a importância do teatro, da dança, das artes plásticas, da música, da poesia para facilitar a aproximação dos técnicos aos abrigados. Desta aproximação foi possível iniciar o projeto chamado 'Dimensão da Existência'. (Cunha, 2008, p.187)

Creio que o maior desafio nos dias de hoje, para todos os profissionais, é o de valorizar, e em alguns casos resgatar, a existência de cada pessoa que nos chega, como algo singular. A sensibilidade do psicólogo na relação com o outro, despido de preconceito, pode ajudar na retomada de valores que reconheçam a vida como arte, como cultura, como história de um coletivo e não como medo, insegurança, perigo, reclusão. Afirmar a vida é o que pretende o movimento da saúde mental que luta "Por Uma Sociedade Sem Manicômios". Tenhamos isso com objetivo central das nossas práticas.

Bibliografia

AMARANTE, P. Estratégias e Dimensões do Campo da Saúde Mental e Atenção Psicossocial. In: AMARANTE, Paulo. *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

AMARANTE, P. (org.). *Loucos Pela Vida: A Trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: SDE/ENSP, 1995.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO CRP-RJ (org.). *Direitos Humanos? O que temos a ver com isso?* Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia-RJ, 2007.

CUNHA, M. A. da. *No Olho da Rua – a vida na Fazenda Modelo, um dos maiores abrigos de mendigos do mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MERHYR, E. E. *Cuidado com o cuidado em saúde. Saiba explorar seus paradoxos para defender a vida. O ato de cuidar é um ato paradoxal: pode aprisionar ou liberar*. Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/saude/merhy/textos/paradoxosdocuidado.pdf>
Acesso em: agosto de 2008.

RAUTER, C.; PASSOS, E.; BENEVIDES, R. Introdução. In: RAUTER, Cristina; PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina (orgs.). *Clínica e Política: subjetividade e violação dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Editora Te-Corá – Instituto Franco Basaglia, 2002.

ROTELLI, F.; LEONARDIS, O. de; MAURI, D. Desinstitucionalização, uma outra via. NICÁCIO, Fernanda (org.). *Desinstitucionalização*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990.

A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: UM ESPAÇO DA VIOLÊNCIA PRIVADA

PAULA PANTOJA BOECHAT¹

1 - MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA – PUC/RIO / DIRETORA DE ENSINO DO IJRJ / PROFESSORA DO IJRJ/IBMR / ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA FAMILIAR SISTÊMICA – NIAF

Resumo

O presente artigo enfoca a questão da violência dentro das famílias contemporâneas. A violência é vista como um atributo da vida atual, e por isso se faz presente também dentro das relações familiares. O assunto é trabalhado de acordo com a visão da teoria de C.G.Jung, e também de acordo com os teóricos da Terapia Familiar Sistêmica. As afirmações são embasadas em recortes clínicos, para a melhor compreensão das mesmas.

Artigo

A destruição da natureza nos traz muito stress, uma vez que é principalmente na contemplação e na convivência com a natureza que nos aproximamos novamente do que existe de mais saudável e também mais transcendente em nós.

Ao mesmo tempo, o stress também nos faz buscar formas erradas de apaziguamento, que terminam por nos afastar cada vez mais do contato restaurador da natureza, acabando por desmerecê-la e deixá-la ao abandono ou destruí-la ainda mais.

A natureza a que nos referimos aqui é a natureza dos rios, mares, plantas, animais, mas principalmente a natureza humana e seus relacionamentos.

Estamos todos muito preocupados com a rivalidade, a inquietação e a violência crescente em nossa sociedade contemporânea.

O espaço da família seja ela a família de sangue (pais, filhos, avós, netos, primos, etc.), ou a família de alma (a dos amigos solidários), está ficando cada vez mais reduzido, principalmente o espaço das trocas afetivas.

Não quero com isso dizer que os sentimentos obrigatoriamente tenham que ser sempre positivos, isto seria hipocrisia. Dentro de uma família, ou mais claramente entre pais e filhos, as relações devem ser o que são, o mais claramente possível.

Segundo Winnicott(1966, p.43):

“... Não basta os pais dizerem que amam seus filhos. Eles muitas vezes conseguem amá-los, e eles têm todos os tipos de outros sentimentos. As crianças precisam mais de seus pais do que de serem amadas, elas precisam de algo que permaneça quando são odiadas ou mesmo odiosas”

Jung (1974, par.84) nos diz:

“Para aqueles que buscam a teoria, o fato essencial por trás de tudo é que as coisas que têm o efeito mais poderoso sobre as crianças não vêm do estado consciente dos pais, mas do seu inconsciente”

O problema da violência familiar é uma “hamartia”, (do grego: errar, cometer uma falta) ou seja, uma espécie de “maldição familiar”, que tende a se repetir de avós para pais, mães, filhas e filhos, semelhante à maldição dos Atridas na Grécia, de acordo com a Oréstia de Ésquilo. (Jung, 1927)

Mais de 50% dos homens que exercem violência na família têm uma história prévia de maus-tratos ou foram testemunhas de maus-tratos dentro de suas famílias de origem. Podemos então entender que a violência é um problema que não surge em decorrência da situação familiar daquele sistema, naquele momento específico. Ela tem raízes bem mais profundas nas histórias de vida das pessoas que compõem aquela relação. (González, 1999).

A agressividade, enquanto sintoma familiar corresponde à manifestação de conteúdos primitivos, reprimidos e não elaborados, tendo como função secundária a manutenção da coesão grupal. Na clínica, percebemos claramente a transmissão de papéis que nos revelam o sofrimento dos sujeitos aprisionados em sua incapacidade de transformar suas heranças. (Paiva e Gomes, 2008)

ENFOCANDO A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES FAMILIARES:

De acordo com Jung (1998, *cf. kundalini*, p.64):

“Quando alguém se queixa de que não consegue lidar com a mulher ou com as pessoas de que gosta, sempre ocorrem brigas horríveis e reações; então você poderá perceber, na análise dessa pessoa, que na verdade ela teve um ataque de ódio. Ela viveu numa “Participation Mystique” com aqueles que ama. Estendeu-se sobre os outros até tornar-se idêntica a eles, e isso é uma transgressão ao princípio da individualidade. ... Então eu digo: — *Naturalmente é lamentável que você sempre tenha dificuldades, mas não está vendo o que faz? Você ama alguém, identifica-se com ele, depois volta-se naturalmente contra o objeto de sua afeição*

e oprime-o por meio de sua identidade óbvia demais. Você o trata como se fosse você mesmo e naturalmente surgem então as reações. É uma ofensa à individualidade da outra pessoa, e um pecado contra sua própria individualidade. “

Jung quando se refere à “*participation mystique*”, termo criado pelo antropólogo Lévy-Bruhl, está falando de uma espécie de relação entre duas ou mais pessoas, na qual os sujeitos se percebem idênticos ou indistinguíveis entre si. (Pode-se dizer que este conceito é semelhante ao conceito psicanalítico de **identificação projetiva**: uma parte da personalidade é projetada em um objeto, e o objeto é então experimentado como se fosse o conteúdo projetado) (Samuels *et all.*,1985)

Minuchin e colaboradores (1967) chamam de “*enmeshed*”, emaranhado ou **fusionado** o tipo de relacionamento característico de uma estrutura familiar que apresenta distúrbios na formação das fronteiras interpessoais. Os membros da família são incapazes também de estabelecer fronteiras entre eles próprios e as famílias ancestrais ou de origem. Os papéis dentro da família não são claramente estabelecidos e falta uma hierarquia e principalmente uma diferenciação mais clara entre seus membros. É como se o que existisse fosse uma massa egóica indiferenciada, uma fusão. (Minuchin está de acordo com Jung)

Por exemplo: Um casal que buscou terapia apresentava uma situação como esta descrita. Eram dois profissionais bem sucedidos, com filhos pequenos, casados há sete anos. Os dois se diziam muito independentes profissionalmente, mas pelo relato que iam fazendo de suas vidas, entendi que na realidade eram da mesma área e nenhum dos dois fazia nada sem passar pela avaliação crítica do outro. Isto no início da relação foi um fator que ajudou a criar um vínculo forte, mas que com o tempo levou-os a uma competição destrutiva. Pude perceber que cada vez que um deles fazia um movimento de diferenciação e criatividade era duramente criticado pelo outro.

Quando lhes perguntei quando e como sentiram que a relação estava ficando ruim, me relataram que teria sido desde fevereiro. O que compreendi que teria ocorrido seria que ele resolveu, em fevereiro, que iria experimentar fazer seu trabalho de forma diferente. Isto não tocava em nada o trabalho dela, era algo só dele, uma tentativa de inovar. Ela acusou-o de traição e ficou muito ressentida. (Provavelmente ela se sentiu menos criativa, ele estaria rompendo o pacto de simbiose, onde um só pode crescer junto com o outro.) Com o início deste novo trabalho, ele temporariamente ganhava menos, e ela o acusava de estar gastando o dinheiro dela para manter seus luxos. Ele passou a criticá-la como mãe e dona de casa, chamando-a de incompetente como mulher. (Uma vez que também para ele a nova experiência profissional era um desafio assustador, e ele percebia que não seria nunca perdoado se não fosse bem sucedido.)

Jung (2005, par.78) escreveu:

“Pela lógica, o contrário do amor é o ódio... Mas, psicologicamente, é a vontade de poder. Onde impera o amor, não existe vontade de poder; e onde o poder tem precedência, aí falta o amor. Um é a sombra do outro.”

As agressões eram cada vez mais descontroladas, desde agressões com palavras até agressões físicas. Estávamos no mês de dezembro, e as agressões tinham começado em fevereiro. Ela ameaçava sair de casa, mas dizia que só não saía porque ele iria acusá-la de “abandono do lar”. Ela queria que ele saísse, mas ele dizia que só sairia se pudesse epilética do filho mais velho, de 6 anos.

Segundo Minuchin (1967), nas famílias fusionadas existe a tendência de “escolher” uma pessoa para agir como “pacificador” toda vez que houver ameaça de conflito familiar.

Segundo Perrone (1997), em famílias com violência existe uma pessoa que vai agir como “disjuntor” toda vez que a ameaça de conflito aparecer. O papel do “disjuntor” é fazer “cair a fase ou desligar a energia elétrica” onde existir sobrecarga para o sistema.

Como disjuntor podemos ter o **paciente identificado** de uma família. É aquele que vai apresentar problemas para desviar a atenção da briga ou violência familiar.

Existe um outro tipo de “disjuntor” que observo na minha clínica. É aquele que vai apresentar o mesmo comportamento de pacificador, mas sem se vitimizar diretamente. Por condições familiares muito específicas, ele tem um lugar especial e consegue reverter a atmosfera de violência tomando para si o poder dentro da família.

Por exemplo: Um menino de 3 anos, B. Seus pais são separados e têm a sua guarda compartilhada (mesmo antes disso poder existir legalmente). Quando se encontram, esses pais ainda se agredem verbalmente. B. então grita muito alto, fazendo os pais silenciarem imediatamente.

Recentemente, o avô paterno que morava com o pai, faleceu depois de longa enfermidade. A avó paterna e a tia de B, que moravam em outro país, vieram para as honras fúnebres. A avó e o pai de B discutem e brigam muito, fazendo com que B adote a mesma atitude de gritar para calar a todos.

Esta avó se divorciou do avô de B quando seu pai contava 10 anos de idade. Após algum trabalho na terapia, este pai entendeu que tinha a mesma atitude de apaziguar as brigas dos pais quando era pequeno, só que em vez de gritar, como seu filho faz, ele costumava chamar a atenção de todos fazendo bagunça ou quebrando coisas “sem querer”. Este papel de disjuntor acaba por dar muito poder à criança, confundindo a hierarquia familiar, além de favorecer muito o seu stress. O pai de B hoje é um homem de 33 anos, ansioso, e sofrendo de hipertensão arterial.

Em geral, quando a violência ocorre entre os membros de um casal, é porque o **agressor** não se sente compreendido pela **vítima**. Se houver algum nível de retorno ao diálogo neste casal, a agressão vai ser interrompida.

Neste casal, apesar da separação, foi recomendada uma terapia de divórcio, para que num trabalho com os pais, o papel de B como disjuntor pudesse ser aliviado.

Pessoas que foram vítimas de abuso na infância podem permanecer com seu segredo bem guardado, sem falar a respeito. Acham que dessa forma acabam “apagando” o passado. No entanto, em suas vidas tendem a repetir o papel do agressor.

Por exemplo: Um homem me procurou para terapia com a queixa de dificuldades nas relações afetivas; tanto com sua mulher e filhos, como com amigos ou no ambiente de trabalho. Sentia que por razões às vezes pouco importantes ele “perdia a cabeça”, ou ficava totalmente paralisado (quando era com um superior), ou reagia com uma violência muito grande, para pouco depois se arrepender dos berros, ameaças e murros nas paredes. Estas situações eram mais frequentes no ambiente familiar. Acabava se machucando para não bater na mulher e nos filhos, mas nos momentos críticos não conseguia se conter.

Certa vez, na terapia, relatou sua fúria quando o filho de 14 anos insistiu em lhe pedir para ir sozinho até a casa de um amigo que morava próximo. A insistência do menino levou-o a se machucar berrando e dando socos na mesa.

Aquela situação o deixou muito desconfortável, e mal conseguiu dormir à noite. Na sessão, falamos muito sobre o ocorrido, e ele lembrou-se de um assalto que havia sofrido aos 12 anos, quando retornava a pé da escola. Neste assalto, um homem armado o havia levado para um terreno baldio, roubado seus pertences e ainda havia lhe estuprado.

Assim que conseguiu se desvencilhar do assaltante, correu para casa. Sua mãe lhe abriu a porta, e ele lhe disse que havia sido assaltado e precisava tomar um banho. Entrou no chuveiro e jogou a roupa suja no chão do banheiro.

Sua mãe entrou no banheiro, e ao ver sua roupa suja de fezes, riu dele falando: “Você teve tanto medo do assaltante que se sujou todo!”.

Depois deste comentário da mãe, ele nunca teve coragem de lhe contar, nem mesmo a mais ninguém, o que havia realmente ocorrido no assalto.

Esta revelação na análise lhe trouxe um grande alívio, e uma compreensão mais ampla dos seus problemas. É claro que a falta de compreensão por parte da mãe, e ao

mesmo tempo a grande omissão do pai, eram fatos bem anteriores ao assalto. No entanto, depois do assalto, as coisas tomaram um colorido diferente, e ele sentia como se a culpa do estupro tivesse sido sua; daí esta necessidade de reagir com tanta fúria cada vez que não se sentia aceito.

Quando contou à sua mulher o que lembrara na terapia, ela pode se aproximar e se mostrar compreensiva com a sua dor. Ela lhe falou que toda vez que ele se mostrava violento ela tinha muito medo e se afastava (inadvertidamente repetindo a omissão de seu pai). Ela não tinha compreendido que o que ele mais precisava naquele momento era de sua proximidade física, seu carinho e apoio. Precisava ser ajudado a entender o que realmente estaria ocorrendo nas suas relações; ele ainda não tinha desenvolvido a capacidade de perceber a diferença entre uma crítica construtiva e uma total desqualificação. Ela conseguiu aceitá-lo mais fragilizado, e a situação dos surtos de violência puderam ir cessando.

Sluzki (1996), falando sobre violência familiar, diz que o efeito traumático desta violência é gerado pelo fato do agressor ser transformado de protetor em violento, num contexto que mistifica e confunde as relações interpessoais, impedindo a vítima de construir significados. Sem conseguir entender o porquê das agressões, a vítima perde a sua capacidade de consentir ou discordar e fica paralisada, à mercê dos ataques. “A violência pode também ser re-rotulada (“isto não é violência, e sim educação”); ou: “quando lhe bato, acredite, dói mais em mim do que em você”, ou ainda: “Quando faço isto, é para o seu bem”. Ou ainda :”Faço porque gosto de você”; ou: “É você quem me obriga a fazê-lo”. Recentemente soubemos pelos jornais do horrível assassinato da menina Isabela por seu pai e sua madrasta.

Sluzki falou sobre o efeito paralisante do duplo-vínculo embutido nestas mensagens. É muito importante que a vítima construa um sentido para o que sofreu, para conseguir um grau de controle sobre os acontecimentos, ou pelo menos sobre os seus sentimentos.

Recebi no consultório certa vez uma paciente de 26 anos, que sofria de sérias dificuldades sexuais. Não conseguia ter prazer na cama com seu marido, e às vezes sentia uma tristeza que não sabia definir de onde vinha, assim como também relatava não saber se amava seu marido ou mesmo seu filho de 4 anos. Seu quadro foi se configurando como uma depressão, e durante algum tempo tivemos que recorrer ao uso de antidepressivos. A partir de um sonho que me trouxe e das associações que foram surgindo, pode se revelar um abuso sexual na infância que com certeza havia deixado marcas profundas em sua psique. Seus pais passavam por dificuldades financeiras, e a família foi morar com o avô paterno, que ficara recentemente viúvo. Ela ganhava muitos presentes do avô e de início se sentiu feliz com aquela acolhida carinhosa. Os carinhos, no entanto, se transformaram em beijos e bolinações. Os abusos sexuais foram ficando cada vez mais frequentes, e lembra-se de que uma vez, quando tinha ainda 7 anos, foi reclamar com sua mãe, que lhe respondeu: “Por que você não gosta dos carinhos do vovô? Ele lhe faz estes carinhos porque gosta muito de você!”.

A violência do avô era grande, mas a maior violência era desta mãe que lhe deu uma resposta em duplo-vínculo, para impedir que ela saísse da situação de abuso que sofria. Aqui podemos perceber o efeito paralisante do duplo-vínculo.

Sluzki (1996) fala também em termos de frequência da ameaça, nos explicando que um ato de violência pode ocorrer de maneira isolada e abrupta (talvez como no caso do garoto assaltado), ou de maneira insidiosa, repetitiva e previsível. (como no caso da paciente abusada pelo avô).

O tratamento das pessoas vítimas de violência está na possibilidade de reconstruir sua história de vida. Temos que esclarecer o medo, a culpa e a vergonha com toda a família para que aquela pessoa recupere sua auto-estima. Só assim o papel que ele foi obrigado a viver e vive ainda pode ser esclarecido e mudado.

A importância das relações **não violentas** é tão importante para a nossa saúde psíquica quanto física. Num artigo do psicanalista e psiquiatra Contardo Calligaris, publicado na Folha de São Paulo no dia 6 de abril de 2006, ele comenta sobre uma pesquisa que saiu publicada no número de dezembro de 2005 do "Archive of General Psychiatry"(vol.62,n12). Esta pesquisa foi dirigida por Janice Kiecolt-Glaser, do Instituto de Pesquisa em Medicina Comportamental da Universidade de Ohio, nos Estados Unidos. Faço um resumo da crônica a seguir:

O tema da Pesquisa é: **as interações conjugais negativas e a cicatrização**. Foram selecionados 42 casais (entre 22 e 77 anos), e foram feitas pequenas feridas nos braços de todos, maridos e mulheres. Estas feridas foram cobertas de maneira a medir as variações dos fluidos que o corpo produz para facilitar a cicatrização. Depois disso, os casais foram expostos a duas sessões de "conversa". A primeira conversa foi orientada para assuntos agradáveis, e a segunda para que os casais brigassem. O que ficou constatado foi que a cicatrização era sempre mais lenta depois das brigas, e que os casais mais briguentos mostraram uma cicatrização 40% pior do que as dos outros.

CONCLUSÃO: A RELAÇÃO DE BRIGAS AGE NO CORPO E É PÉSSIMA PARA A SAÚDE.

Outra pesquisa citada no mesmo artigo por Calligaris, publicada no "Psychological Science", de James A. Coan, fala de um outro aspecto do contacto físico nas famílias: foram escolhidos 16 casais felizes nas suas relações. A mulher de cada casal foi inserida num tubo de ressonância magnética e lhe foi dito que ela receberia uma pequena descarga no tornozelo. As imagens do cérebro mostraram, em todas as mulheres, uma atividade

intensa nas regiões envolvidas na expectativa de dor e emoções negativas. Foi suficiente que o marido inserisse a mão no tubo e tocasse sua mulher para que essa atividade cerebral diminuísse, sempre e drasticamente.

Portanto, comprovou-se que o toque de uma pessoa querida é curativo e modifica a atividade cerebral. Visto que a sensação de dor física é ligada ao nível de sua antecipação, uma mão amada pode ser considerada um sedativo eficiente.

Conclusão: Viver sem tocar os que a gente ama (por exemplo, criar filhos sem abraços e carinho) significa condená-los a uma dor que não é “só” psíquica.

Nós, como terapeutas, nos vemos no lugar de tentar curar ou pelo menos apaziguar as feridas de alma dos nossos pacientes.

Belmont (2008) no prefácio do livro: “Violência e Sofrimento de crianças e adolescentes” nos fala sobre isso de forma bastante poética e clara:

“...o pequeno rio nasce como regato, puro, com uma aparência cristalina como a nascente dos rios. Vai correndo, recebendo em seu encontro com afluentes, pessoas, cuidados ou maus-tratos, dejetos. ...Mesmo quando poluído, chegando perto da morte, os rios e homens podem encontrar através da dedicação e do amor a esperança de viver, ou re-viver, encontrando uma cristalina pureza que muitas vezes não foi possível manter. Assim ocorre com rios e homens, quando encontram no mundo **um outro ético** capaz de dedicação.”

Bibliografia:

ANDOLFI, M. *A Terapia Familiar*. Lisboa: Vega, 1981.

BRANDÃO, J. S. *Mitologia Grega*. vol.1. Petrópolis: Vozes, 1986.

CALLIGARIS, C. *Crônica: Corpo e Mente*. Jornal Folha de São Paulo, 6 de abril de 2006. Caderno E, fl.10.

ELKAIM, M. (org). *Panorama das Terapias Familiares*. vols 1 e 2 . São Paulo: Summus, 1998.

JUNG, C. G. *Tipos Psicológicos*. OC. VI. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *Psicologia do Inconsciente*. OC. VII-1. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *A Natureza da Psique*. OC. VIII-2. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *The Development of Personality*. CW. XVII. New York: Bollingen, 1974.

_____. *Traumanalyse* (Segundo anotações dos Seminários de 1928-1930. Editado por William McGuire; traduzido do Inglês por Brigitte Stein. Olten/Freiburg i.Br.1991).

_____. *Die Psychologie des Kundalini-Yoga* [citado como Kundalini], (Segundo anotações do seminário de 1932. Editado por Sonu Shamdasani; textos traduzidos do Inglês por Waltraut Korner. Zúriqui/Dusseldorf,1998).

MINUCHIN, S.; MONTALVO, B.; GUERNEY, B.; ROSMAN, B. L. e SCHUMER, F. *Families of the Slums: an exploration of their structure and treatment*. New York: Basic Books, 1967.

PAIVA, M. L.; GOMES, I. *Violência Familiar: Transgeracionalidade e Pacto Denegativo*. in *“Violência e Sofrimento de Crianças e Adolescentes na perspectiva winnicottiana”*. Orgs. José Tolentino Rosa e Ivonise Fernandes da Motta. São Paulo: Idéias e Letras, 2008.

PERRONE, N.; NANNINI, M. e PERRONE, R. *Violencia y Abusos sexuales en la Familia*. Buenos Aires: Paidós, 1997.

SAMUELS, A; SHORTER, B. e PLAUT, F. *Dicionário Crítico de Análise Junguiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

SLUZKI, C. *Violência Familiar* in SCHNITMAN, Dora F. (org). *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas,1996.

WINNICOTT, D. *The Family and Individual Development*. London: Tavistock Publications, 1966.

Resumo

Atualmente uma das discussões que vem ganhando força é a necessidade de focalização das políticas públicas inclusivas nas famílias em situação de vulnerabilidade, de forma a evitar a institucionalização das crianças e adolescentes dessas famílias. É senso comum a idéia que o melhor lugar para se criar uma criança é dentro de um ambiente familiar adequado. Várias áreas de conhecimento já provaram os efeitos prejudiciais do desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo de crianças e adolescentes submetidos a longos períodos de internação.(Calderón, Guará & Carvalho, 1994). São vários os motivos que levam crianças e adolescentes a serem afastados de seu convívio familiar. A maioria desses motivos, diz respeito a situações de violações de direitos que foram geradas pela vivência de algum tipo de violência social. No Brasil, a prática comumente adotada ao se encontrar uma criança vitimizada por violência é o abrigo. Trataremos, nessa pequena discussão, de experiências de abrigo/acolhimento utilizadas no Brasil, problematizando essa prática pelo viés do acolhimento como alternativa a institucionalização. Optamos pela utilização do termo “acolhimento”, seja familiar ou institucional, para marcar a diferença entre estas práticas e a cultura da institucionalização de crianças, que predominou nas políticas de atendimento voltadas para crianças e adolescentes das camadas populares desde o século XIX.

Artigo

Muito se tem falado sobre a institucionalização de crianças e adolescentes que são atendidos pelo sistema de abrigo. As práticas de internato, hoje consideradas inadequadas e massificadoras, deram o tom do atendimento a crianças e adolescentes desde a libertação dos escravos no final do século XIX. Ainda hoje encontramos, em alguns extratos da sociedade, uma tendência à representação social da criança dicotomizada:

“de um lado a criança mantida sob os cuidados da família para a qual estava reservada a cidadania e do outro lado o menor, mantido sob a tutela vigilante do Estado, objeto de leis mediadas filantrópicas, educativas, repressivas e programas assistenciais” (Rizzini, 1997, p.35)

As discussões sobre as práticas institucionalizantes foram iniciadas, nos anos 80 no Brasil e geraram inúmeros debates e publicações sobre as alternativas ao modelo de abrigo vigente (Rizzini & Rizzini, 2004). Nos anos 90, surge a necessidade da elaboração de uma lei específica que dê conta das inquietações sobre os malefícios de uma estadia longa em instituições totais. A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) muda significativamente a característica dos abrigos existentes até então. No entanto, ainda se percebe, mesmo 18 anos depois do ECA, que a principal premissa que norteia o atendimento em modalidade abrigo vem sendo sistematicamente ignorada. A medida provisória e excepcional deveria ser a principal característica dos abrigos, no entanto não dá conta da realidade que se impõe. O resultado disso é a institucionalização e o prejuízo, quase sempre irreversível, do desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes submetidos a esse atendimento. Como diz Costa Leite (1991): *“O internato é um destruidor de almas. Tem como objetivo tirar os invencíveis de cena, para que voltem ‘recuperados e disciplinados’, tornando-se trabalhadores invisíveis”* (p.62).

Atualmente uma das discussões que vem ganhando força é a necessidade de focalização das políticas públicas inclusivas nas famílias em situação de vulnerabilidade, de forma a evitar a institucionalização das crianças e adolescentes. Não é demais afirmar que o melhor lugar para se criar uma criança é dentro de um ambiente afetivo adequado. Várias áreas de conhecimento já provaram os efeitos prejudiciais do desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo de crianças e adolescentes submetidos a longos períodos de internação. (Calderón, Guará & Carvalho, 1994)

As ações oficiais de atendimento à criança e ao jovem em situação de vulnerabilidade na cidade do Rio de Janeiro agem de forma paradoxal: de um lado vemos políticas inclusivas e inovadoras para população em situação de risco social desenvolvidas por Organizações Não Governamentais com o Estado custeando, de outro, para atender ao clamor de uma parcela da população que se divide entre o medo e a pena, os recolhimentos e a institucionalização como medida de socialização, além da culpabilização das famílias já fragilizadas pela situação de miséria e descaso social. Somente o preconceito, ainda encontrado na sociedade, aliado a políticas repressivas justificam a sistemática culpabilização dos pobres por sua pobreza (Santos, 1995).

Como não existe um princípio de reciprocidade, isto é, um respeito pelos direitos das crianças e adolescentes de todos os grupos sociais, como preconiza o ECA, assistimos a diferenciação da criança e do “menor” como duas idéias que se contrapõem: a criança é o que o “menor” não pode ser. Ao optarmos por chamar a criança pobre de menor, aceitamos uma classificação jurídica que a diferencia e estigmatiza. Segundo Vilhena (1998) esse sentimento gera uma explicação para o descaso e desprezo da sociedade como um todo, em relação à infância abandonada:

“a desigualdade e a degradação esgarçam os vínculos de comunidade, amenizando o sentimento de culpa em relação aquele que tem seu direito violado. Não sendo visto como sujeito moral, não há grande problema em ser privado do conjunto de direitos que protegem os demais cidadãos. Numa sociedade em que se permite grandes hierarquias e desequilíbrios entre os cidadãos, dificilmente se alcançará a reciprocidade e conseqüentemente também será difícil que o direito sirva de instrumento de organização e pacificação social” (p.29)

A situação de violência estrutural é característica de sociedades como a brasileira, onde grupos sociais inteiros são submetidos a um modelo de existência que não incorpora as grandes conquistas da humanidade em termos tecnológicos, científicos, médicos, de habitação, etc, em seu cotidiano. Os níveis de desigualdade experimentados equivalem a dois países diferentes ocupando o mesmo espaço territorial: um país paupérrimo e um país rico. Segundo Guerra:

“marcadas pela dominação de classe e por profundas desigualdades na distribuição da riqueza social. É esta violência que conduz uma parcela de nossa infância e adolescência a uma vida indigna em termos de alimentação, habitação, oportunidade de escolarização, exploração da sua mão-de-obra, à tortura em instituições que deveriam propiciar o seu amparo, ao seu próprio extermínio” (Guerra, 2001: 149).

A idéia de modificar o foco do indivíduo para a família na perspectiva da proteção social vem sendo cada vez mais adotada e agora atinge seu nível mais estruturado pela concepção e implementação do Sistema Único de Assistência Social. O objetivo é aprimorar e tornar mais eficazes as formas de atuar junto às camadas pobres da população brasileira. Os estudos e políticas referidos à pobreza também passam a ter a família como unidade de análise sendo inclusive a renda per capita na família como instrumento de medida. (Kaloustian, 1994)

É importante salientar que o foco na família no Brasil não é algo que surgiu de repente. Vem na verdade incorporando informações e sugestões encontradas no art.16 da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, na Constituição de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto do Idoso, além de pesquisas recentes promovidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento que mostram a necessidade de se interromper o ciclo de transmissão intergeracional da pobreza focando as questões mais subjetivas que envolvem o contexto familiar. (Naiff, 2005)

A idéia de proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que os riscos e vulnerabilidades se constituem. Em sua capacidade máxima de atuação, o SUAS dará condição do gestor municipal desenvolver políticas e programas focados na necessidade de sua cidade.

Dividido em proteção social básica e especial, o SUAS oferece atuação desde a prevenção até o acolhimento, este último para quem necessitar de soluções de maiores complexidades. A noção de acolhimento passa a significar uma nova nomenclatura para uma nova prática que se pretende mais construtiva para a vida das crianças e de seus familiares.

O acolhimento é, em muitos casos, a solução imediata mais adequada. Não pode ser, sob o risco de repetir antigas e nefastas práticas, um fim em si mesmo, nem provocar rupturas do indivíduo com sua própria história.

Em recente pesquisa, foram visitados alguns projetos em curso no Brasil que oferecem propostas alternativas ao abrigo e que valorizam a convivência familiar e comunitária e suas metodologias. (Rizzini, Rizzini, Naiff e Baptista, 2007) As principais modalidades encontradas foram:

a) modalidade **acolhimento familiar** diz respeito a iniciativas que procuram contornar o afastamento do convívio com a família de origem mantendo as crianças em ambiente familiar provisório. Essa modalidade prevê a participação de famílias de perfil semelhante que possam oferecer os meios necessários para uma melhor qualidade de vida às crianças *sub judice*.

b) modalidade **acolhimento institucional** considerou experiências que tivessem como prioridade a provisoriedade e o retorno para a família de origem, família extensa ou provisória. Nesses casos, a necessidade de acolhimento se coloca com o objetivo de promover a rápida reinserção familiar. Foram levados em conta não apenas os abrigos governamentais ou não governamentais que tivessem esse perfil, como também os grupos operativos que tivessem como objetivo auxiliar os abrigos na tarefa da reintegração.

c) **Apoio à família no cuidado a crianças e adolescentes em situações adversas** são situações em que as crianças não são afastadas do convívio de suas famílias apesar de estarem vivendo situação de vulnerabilidade. Nesses casos, as famílias recebem atendimentos variados de acordo com as demandas que apresentam. Essa solução é apoiada pelas instâncias jurídicas locais e apresentam resultados satisfatórios, provando que a família, se amparada, pode reverter situações que antes tinham como única solução o abrigo.

d) **trabalho articulado em rede** mereceu uma atenção especial, pois essa alternativa se coloca como essencial ao bom funcionamento do sistema que compõe a garantia de direitos de crianças e adolescentes. A principal dificuldade das iniciativas pesquisadas consiste na falta de articulação entre os atores e da força conjunta frente as descontinuidades impostas pela gestão pública.

O objetivo final de todas essas ações inovadoras é se transformar em política pública e poder atingir uma parcela maior da sociedade, mas o isolamento das ações transforma iniciativas interessantes em trabalhos pontuais que não geram impacto nem mesmo na localidade em que atuam, servindo a poucos privilegiados que puderam acessar esses serviços.

Outro importante exemplo de acolhimento, esse voltado para jovens, é um projeto intitulado “Programa Construção de Autonomia” que existiu por mais de 10 anos no município do Rio de Janeiro e recebeu o prêmio Tecnologia social do Banco Mundial. Essa experiência acolhia jovens recém saídos de abrigos, onde viveram por toda sua vida, e escrevia, junto com esses jovens, as linhas de seu futuro. Um futuro que antes, dentro dos abrigos, não existia.

Em suma, existem experiências inovadoras que pretendem diminuir os malefícios que uma vida de violência gera em crianças, adolescentes e suas famílias. Nem sempre essas experiências se transformam em políticas públicas de grande escala. A violência não é apenas um fenômeno interpessoal, ela atinge todo um grupo social e fere mais quando vem de uma sociedade preconceituosa, excludente e descompromissada. Esperamos que com o SUAS, o Estado assuma sua parcela de culpa e de fato seja um importante ator na proteção de quem necessita desse apoio. Nossa pobreza e suas vítimas não são caso de polícia e sim caso de políticas, políticas sérias e comprometidas.

Bibliografia

CALDERÓN, A.; GUARÁ, I.; CARVALHO, M. C. B. *Guarda familiar: desafios e propostas*. São Paulo: IEE PUC-SP/CBIA, 1994.

COSTA LEITE, L.. *Razão dos invencíveis*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez, 2001.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2004;

SANTOS, H. *Crianças esquecidas*. São Paulo: Pontes, 1995.

RIZZINI, I. *O século perdido*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1997

RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*. Rio de Janeiro: Loyola, Editora PUC-Rio, 2003.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I.; NAIFF, L.; BAPTISTA, R. *Acolhendo crianças e adolescentes*. São Paulo: Cortez, 2007.

VILHENA, O. O princípio da reciprocidade e o adolescente autor do ato infracional. *In: Coletânea Autores Diversos Políticas públicas e estratégias de atendimento sócio - educativo ao adolescente em conflito com a lei*. Coleção Garantias de direitos. Série subsídios. Tomo II.. Brasília: Ministério da Justiça, 1998.

Resumo

No próêmio da história da humanidade, a violência, fenômeno social, acompanha o homem como sinal premonitor de uma realidade que provoca dedicados estudos de todas as forças sociais, a fim de mitigar seus efeitos na inevitável interação social conflituosa. Vivemos em uma sociedade refém da violência cada vez mais crescente ou com maior publicidade. A violência vem de todos os lados, do poder constituído ao poder paralelo. As razões são diversas, mas o fato é que ela está presente e precisa ser contida de forma legal. Em nosso ordenamento jurídico quem viola a lei poderá ser submetido a uma das duas sanções penais previstas: a pena ou a medida de segurança. A primeira, aplicada aos imputáveis e a segunda aos inimputáveis. A pena é utilizada para quem comete um crime. Mas, o que é crime? Várias são as conceituações da autorizada doutrina. É preferível adotar o conceito do finalismo dissidente brasileiro que sustenta ser o crime um fato típico e antijurídico. Esta corrente entende a culpabilidade como mero pressuposto da pena. A outra sanção penal é a Medida de Segurança aplicada pelo Estado ao autor da prática de um crime, quando da execução da sentença da lavra de um juiz criminal cuja finalidade é preventiva, porque busca evitar que o infrator que demonstrou ter periculosidade volte a delinquir.

Artigo

Para fazer uma perfeita introdução à violência e aos conflitos sociais seria, na verdade, necessário que se escrevesse um livro a parte. Porque, como lemos nos mitos de diferentes povos e na história universal reforça-nos a certeza de que o ser humano de todas as latitudes tem o impulso bélico incapaz de ser desarraigado. As Olimpíadas realizadas na China nos mostraram fartamente lampejos de ódio e de acirrada disputa, mesmo na prática dos esportes e com a proposta dos Jogos a partir da Grécia antiga e no período moderno a proposta do Barão Pierre de Coubertin. Podemos então dizer que já no alvorecer da saga humana vivíamos em aberto conflito, até conosco mesmos.

Quem hoje lê sem ter a devida orientação, poderá julgar o que foi idealizado por Homero, em seus livros A Ilíada e a Odisséia como um amontoado de cadáveres e intenção destrutiva.

No próêmio da história da humanidade, a violência, fenômeno social, acompanha o homem como sinal premonitor de uma realidade que provoca dedicados estudos de todas as forças sociais, a fim de mitigar seus efeitos na inevitável interação social conflituosa.

O ser humano, apesar de viver num estado associativo com o seu semelhante, violou as regras de convivência, causando danos ao patrimônio e sofrimento ao outro. Por extensão, à sociedade onde vive. Como consequência dos crimes praticados, a aplicação de sanções e punições tornou-se inevitável. Mas da disciplina das hordas, clãs, tribos, nações e os modernos Estados, também criaram perversões inomináveis. A semelhança do que hoje acontece entre nós, delinqüentes e autoridades reguladoras da sociedade cometeram, ambos, enormes monstruosidades. Cito como exemplo o livro de Michel Foucault – Vigiar e Punir como um pavoroso exemplo de penas que se instalavam acima dos próprios crimes praticados.

Várias foram as formas de castigo ou resposta ao ilícito praticado como expressão de uma pena retributiva e punitiva. Havia a sanção como forma de libertação da tribo ou clã da ira dos deuses. O cometimento da infração merecia uma resposta que, invariavelmente, representava a expulsão do infrator da comunidade, deixando-o à própria sorte, ou tinha a própria morte como retribuição do erro cometido.

O HOMEM PRIMITIVO E O SAGRADO

Para o povo primitivo, os fenômenos da natureza como chuva, o raio e o trovão representavam a ira dos deuses que precisava ser aplacada, com uma série de práticas, desde oferendas até sacrifícios humanos para acalmá-los, porque se acreditava que toda a comunidade seria punida. Este período foi influenciado pelas forças da natureza ou sobrenaturais. O vínculo totêmico representado por estátuas em forma de animais, considerado o espírito guardião daquele povo, marcou esta época. Como se percebe, o caráter eminentemente religioso predominava no direito primitivo.

O HOMEM E OS INSTINTOS FUNDAMENTAIS

Hoje, vários ramos científicos não acreditam na existência de instintos humanos como os localizados nos animais, o que reforça o papel da sociedade para evitar os traumas que geram agressão e conseguir controlar ou punir a agressão quando este for o único caminho.

Mas, nas sociedades primitivas, onde não existiam essas interrogações científicas, punia-se pelo ato praticado, fosse instintivo ou não.

Acreditava-se que três instintos fundamentais dominavam o ser humano: a conservação das espécies, a reprodução da mesma espécie e a defesa contra as ofensas recebidas. Mesmo com a concepção mais evoluída das modernas ciências, continua a haver, especialmente o cuidado com a defesa dos que são ofendidos contra qualquer ato

de agressão, o que explica o aparecimento de leis protetoras. Ainda, quanto a este assunto, cabe acrescentar que, nas sociedades primitivas, existia justiça pelas próprias mãos chamada de vingança privada, que era uma forte reação contra o ofensor procedente da vítima ou dos seus parentes no caso da morte do ofendido.

Na época existia ainda a chamada vingança de sangue que apontava para o dever da família e era mais do que um direito da moral primitiva, porque se aceitava uma resposta particular para a ação criminosa.

Era também chamada de vingança defensiva, em razão da reação do ofendido contra o ofensor, medida que visa uma defesa para o futuro com claro objetivo de reduzir a possibilidade de que a agressão se repita.

Quando a ofensa ameaçava ou colocava em perigo a própria existência da família, clã ou tribo, a vingança defensiva era exercida pela própria coletividade. Com isto, surgiu o que se convencionou chamar de vingança pública. Nessa vertente, o poder punitivo era tarefa do chefe da comunidade.

O poder passou a ser centralizado, representando uma forma mais equânime de punição, onde havia a proporcionalidade entre a infração e o castigo. Entretanto, o excesso também estava presente, o que certamente contribuía para enfraquecer o grupo social. Nota-se, então, a transferência de soberania e atos praticados, do ofendido para o grupo social.

O PROGRESSO LEGAL: TALIÃO E A COMPOSIÇÃO

A humanidade começou a dar os primeiros passos a fim de inibir os inevitáveis excessos praticados no período da vingança defensiva.

A coletividade entendeu ser imperiosa a criação de normas limitadoras da vindita entre os indivíduos da mesma sociedade. Surgiu, então, primeiramente o Talião e, depois, a Composição.

De modo diverso para os indivíduos de outras tribos ou clãs, estas limitações não existiam. Ao contrário, contra eles, todo o excesso na reação violenta representava maior glória e consideração pessoal.

Segundo a Lei de Talião “olho por olho, dente por dente”, o infrator deveria sofrer o mesmo mal que causara a sua vítima, o que mostra uma evolução nas penas impondo limites à vingança defensiva. O grande mérito da Lei de Talião foi trazer maior equanimidade entre o crime e a sua punição e por um fim à justiça feita pelas próprias mãos.

Apesar deste avanço, as sanções eram cruéis e objetivavam unicamente aplacar os ânimos do grupo túrgido pela prática do grave erro. Entretanto, destacamos que a Lei de Talião representou uma evolução no direito de punir, sendo certo que trouxe uma maior harmonia entre a infração cometida e a resposta penal destinada ao malfeitor.

Outro forte progresso da humanidade se deu com a adoção da Composição, onde o ofensor pagava a sua dívida com: gado, armas, dinheiro ou utensílios, evitando, assim, a vingança do ofendido. Esta também foi uma forma de atenuar e regular a vingança pessoal.

A EVOLUÇÃO DAS LEIS EM ALGUMAS REGIÕES

No Oriente Antigo, a punição tinha caráter religioso e teocrático, onde a punição do infrator objetivava aplacar a ira dos deuses. Entretanto, é digno de nota que nas Leis mais antigas que chegaram até nós, como o Código de Hamurabi, século XXIII a.C., há referência aos institutos de Talião e da Composição.

Na Grécia Antiga, a punição tinha um caráter sacro, onde prevalecia uma tendência expiatória dos pecados e intimidativa. Inicialmente, agasalhou do direito primitivo os institutos da vingança privada, pública e divina. Por derradeiro, sustentou como primordial o poder e os interesses do Estado sobre qualquer outro. Criou o conceito de justiça como função soberana do Estado.

No Direito Romano, inúmeras foram as regras jurídicas, isto é, uma conjugação de vários sistemas que passou por um processo evolutivo. Houve o poder absoluto do chefe de família (pater famílias), que como autoridade aplicava as sanções penais como bem entendesse.

Uma vez separado o Estado do religioso, chegou ao fim o caráter expiatório e sagrado da punição, consolidando-se, então, o Talião e a Composição.

Surgiu a Lei das Doze Tábuas resultado do desejo ardente do povo desejoso de leis, que estivessem ao alcance de seus conhecimentos, porque até então, o conhecimento das normas jurídicas era privilégio dos nobres ou patrícios. Entretanto, as penas cruéis, infamantes, de trabalhos forçados, banimento e de morte continuavam a existir.

No Direito Germânico, com sua natureza consuetudinária, pautou-se pela vingança privada e pela composição. Passou pelas ordálias ou juízes de Deus, onde os acusados eram submetidos a provas cruentas ou testes de culpa, a fim de provarem que eram inocentes, tais como: caminhar pelo fogo, colocar partes ou todo o corpo em água fervente e, caso sobrevivessem, seriam inocentes. Ao contrário, a culpa estaria demonstrada. Este Direito foi marcado pelos duelos judiciais, onde prevalecia a lei do mais forte. Foi a base jurídica da vida medieval juntamente com o Direito Eclesiástico, até a separação da Igreja do Estado.

No Direito Canônico, eclesiástico, com predomínio na Idade Média, pregou-se o caráter sacro da punição. A religião e o poder do Estado estavam entrelaçados. Com a separação da Igreja do Estado, a primeira pôs-se em antítese com o Direito Germânico. O Cristianismo passou a defender a preferência do perdão ao ódio, posicionou-se contrário à vingança privada, às penas cruéis e ao processo das ordálias. Estabeleceu a diferença entre crime e pecado e retomou o conceito oriental da vingança divina. Com o estabelecimento do poder temporal, a Igreja Romana auferiu poderes fora do seu círculo de vida interna e passou a exercer um poder punitivo por delegação divina. A Santa Inquisição imperava nesta época, valendo-se de torturas, medidas cruéis, algumas públicas

para extrair confissões e punir os considerados culpados. Nessa fase não havia qualquer equilíbrio entre a infração cometida e a punição aplicada.

Sou de parecer diante deste quadro geral que, com todas as deficiências o Estado laico e, conseqüentemente a legislação laica estão sujeitos à injustiça paralela por motivos religiosos que não deveriam pesar na avaliação de um crime.

O ILUMINISMO

A partir do Iluminismo, cujo pensamento foi consagrado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 26 de agosto de 1789, iniciou-se o processo de modernização do Direito Penal. Filósofos e juristas levantaram-se contrários à pena de morte e às penas cruéis. Dentre os que trouxeram relevantes contribuições destacamos: Jeremias Bentham, na Inglaterra, Montesquieu e Voltaire, na França, Hommel e Fnerbach, na Alemanha, Beccaria, Filangieri e Maio Pagano, na Itália.

Cesare Bonesana, o Marquês de Beccaria, com a sua obra “Dos Delitos e das Penas”, 1763, se insurgiu contra a tirania e pregou a proporcionalidade da pena à infração praticada. O caráter humanitário de sua obra foi um marco no Direito Penal. Mais humanismo e piedade que as pesadas leis religiosas dos Estados teocráticos.

Nessa esteira, Montesquieu sustentava “que toda pena que não derive da necessidade absoluta, é tirânica” (Dos Delitos e das Penas, pág. 42).

Surge o Pacto Social, a inspiração contratualista de Rousseau, onde cada membro da sociedade renunciou a uma porção de liberdade para delegar ao Estado a tarefa de punir, nos limites da necessária defesa social, como nos lembra Guilherme de Souza Nucci (Manual de Direito Penal, pág. 63).

AS TENDÊNCIAS PENAIS

Estamos no século XIX, quando surgem as diversas escolas penais. Podemos destacar duas das mais significativas: a Escola Clássica e a Positiva.

A Escola Clássica advogava a responsabilidade penal do delinqüente com base no livre-arbítrio. A linha filosófica do Classicismo era liberal e humanitária, baseando-se na responsabilidade moral do criminoso, porque este possuía o livre-arbítrio. Como principais pensadores desta escola vale apontar Cesare Beccaria, Francesco Carrara, Carmignani, Pellegrino Rossi, Enrico Pessina entre outros.

O nosso jurista Antonio Moniz Sodré de Aragão sustentava que “livre-arbítrio é que serve, portanto, de justificação às penas que se impõem aos delinqüentes como um castigo merecido, pela ação criminosa e livremente voluntária” (As Três Escolas Penais, pág.59).

A Escola Positiva floresceu a partir de estudos biológicos e sociológicos, com forte influência da Doutrina Evolucionista. O Positivismo apresentou três grandes fases: fase antropológica, com Cesare Lombroso, sustentava que o homem poderia ser um criminoso nato; ensinava que o homem não é livre, mas dominado por forças inatas - tese dominante

na Escola Positiva; a fase sociológica, com Enrico Ferri, para quem o homem age como sente e não como pensa; assim, seria um produto do seu organismo fisiológico, psíquico e do meio social onde vive; na fase jurídica, Rafael Garofalo defendia a sistematização do direito da escola, com base na periculosidade e responsabilidade do agente. Esta escola exerceu forte influência sobre a individualização da pena, princípio que vige até hoje.

EM NOSSOS DIAS

Vivemos em uma sociedade refém da violência cada vez mais crescente ou com maior publicidade. A violência vem de todos os lados, do poder constituído ao poder paralelo. As razões são diversas, mas o fato é que ela está presente e precisa ser contida de forma legal.

Em nosso ordenamento jurídico quem viola a lei poderá ser submetido a uma das duas sanções penais previstas: a pena ou a medida de segurança. A primeira, aplicada aos imputáveis e a segunda aos inimputáveis.

A pena é utilizada para quem comete um crime. Mas, o que é crime? Várias são as conceituações da autorizada doutrina. É preferível adotar o conceito do finalismo dissidente brasileiro que sustenta ser o crime um fato típico e antijurídico. Esta corrente entende a culpabilidade como mero pressuposto da pena. Advogam esta conceituação os juristas: Damásio de Jesus, René Ariel Dotti, Julio Fabbrini Mirabete, João Mestieri, Celso Delmanto, Fernando Capez entre outros do mesmo quilate.

Como fato típico, sustentamos ser aquele que se amolda perfeitamente ao modelo previsto na lei penal, o nosso Código Penal e as Leis Extravagantes. Como antijurídico, quer dizer que é um ilícito, ou seja, contrário ao ordenamento jurídico.

A outra sanção penal é a Medida de Segurança aplicada pelo Estado ao autor da prática de um crime, quando da execução da sentença da lavra de um juiz criminal cuja finalidade é preventiva, porque busca evitar que o infrator que demonstrou ter periculosidade volte a delinquir. Vale lembrar que periculosidade é a potencialidade para a prática de crimes. Ela é percebida pelo fato do infrator ser portador de doença mental.

Na aplicação da Medida de Segurança dois são os pressupostos determinantes: a ausência de culpabilidade, ou seja, o agente deve ser inimputável (art. 26 do CP) e ter praticado um crime. Assim, restou claro que pode haver crime sem culpabilidade.

A finalidade da Medida de Segurança, objetiva cuidar do inimputável ou semi-imputável que demonstrou grande potencialidade para a prática de novas ações delituosas.

SISTEMA DE APLICAÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA

Até a reforma penal de 1984, vigia o sistema chamado de duplo binário ou dualista, originário da expressão italiana *doppio binário* que significa dupla via na dicção de René Ariel Dotti (Vigência da Medida de Segurança, pág. 310).

Por esse sistema, o juiz criminal poderia aplicar uma pena e mais uma medida de segurança sucessivamente ao infrator que cometesse um delito grave e violento, portanto considerado perigoso.

A partir de 1984, o nosso Código Penal adotou o sistema vicariante que significa substituir as vezes de outra coisa, assim, o juiz somente poderá aplicar a pena ou medida de segurança.

Na hipótese de um delinqüente ser considerado imputável, ou seja, responsável, com boa saúde mental, à época do crime, receberá como resposta penal a pena. Se de modo diverso for considerado inimputável, será aplicada a medida de segurança.

Aos semi-imputáveis o juiz poderá reduzir a pena de 1/3 à 2/3, substituir por medida de segurança no caso do condenado precisar de especial tratamento (art. 98 do CP).

Há quem veja no sistema vicariante um incentivo à criminalidade, em razão de não poder ser declarada a periculosidade de quem após cumprir a pena pela prática de um crime revoltante volte à sociedade para novas ações criminosas, só porque foi considerado mentalmente saudável.

A preocupação de nossa sociedade que clama por segurança é com os delinqüentes que condenados a penas elevadas, cujo montante pode beirar a 50, 100, 200 ou mais anos de prisão, só cumprirá 30 anos efetivamente, devendo ser liberado imediatamente conforme reza o art. 75 do CP. Será que esse delinqüente foi ressocializado?

ESPÉCIES DE MEDIDAS DE SEGURANÇA.

São duas: a detentiva, internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico (art. 96, I do CP), e a restritiva (art. 96, II do CP) que sujeita o agente a tratamento ambulatorial.

A primeira medida, detentiva, equivale ao regime fechado da pena privativa de liberdade. A segunda medida, restritiva, equivale à pena restritiva de direitos, obrigando o sentenciado a periodicamente se apresentar ao médico indicado para acompanhamento.

DURAÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA

A internação ou o tratamento ambulatorial será como diz o parágrafo 1º do art. 97 do CP, por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade. O prazo mínimo deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos. A perícia médica pode ocorrer a qualquer tempo, mesmo antes do prazo mínimo, se assim entender o juiz da execução (art. 176 da Lei de Execuções Penais - LEP).

EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE

A medida de segurança poderá ser extinta se surgir alguma das causas de extinção da punibilidade, por exemplo, a prescrição da pretensão punitiva.

A SENTENÇA DE APLICAÇÃO DA MEDIDA SEGURANÇA

É denominada de sentença absolutória imprópria, porque embora tenha reconhecido à prática de um crime e à inimizabilidade do agente, ele merece uma sanção penal (medida de segurança). Diz a súmula 422 do STF, verbis: “A absolvição criminal não prejudica a medida de segurança, quando couber, ainda que importe privação de liberdade”.

CONVERSÃO DA PENA EM MEDIDA DE SEGURANÇA

É possível quando no curso da execução da pena sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental.

Por derradeiro, assim como há mobilidade social que garante ao cidadão ascensão ou queda no seu modelo de grupo, muitos acreditam que exista também uma mobilidade moral-espiritual, isto é, as pessoas podem se regenerar se houver o desejo firme no seu coração e encontrando as condições necessárias de toda sorte.

Bibliografia

ARAGÃO, Antonio Moniz Sodré de. *As três escolas penais*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1977.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Manual de direito penal*. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAPEZ, Fernando. *Curso de direito penal*. São Paulo: Saraiva, 2008.

FERRI, Enrico. *Princípios de direito criminal*. Campinas: Russell, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES, Luiz Flávio. *Direito penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

JESUS, Damásio E. *Direito penal*. Saraiva, São Paulo, 2003.

NUCCI, Guilherme de Souza. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

PRADO, Luiz Regis. *Curso de direito penal brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

ROUSSEAU, J.J. *O contrato social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre a contribuição da Literatura, mais enfaticamente a poesia, na possível prevenção da violência e na diminuição da mesma, através de minha experiência como poetisa, da fala de alguns leitores e da leitura de outros autores focando este tema. Pretensão de abordar a poesia como a solução para todos os problemas que desencadeiam a violência não é fato neste artigo, mas apenas de discorrer sobre constatações que venho fazendo ao longo de muitos anos de contato com o meu processo criativo e de outros, de que esta, a poesia, é uma ferramenta maravilhosa antiviolência, ou melhor, pró-pacifismo. O ato de escrever tem me permitido expressar no papel, muitos dos meus momentos de raiva, indignação, tristeza, saudade, enfim, momentos difíceis e propícios a manifestações hostis contra meus semelhantes ou contra mim mesma. Recolho-me e digo o que penso e sinto a alguém que me compreende perfeitamente, que me escuta e dialoga comigo. O texto dialoga com quem o escreve, assim como o quadro, com quem o pinta, e assim por diante quando se trata de Arte. Quando escrevo, é o texto que me solicita determinadas palavras. Elas não vêm de fora, mas brotam de um lugar que muitas vezes nem eu conheço...

Artigo

“ O poeta é sempre poeta da Cura. Só quando impulsionado e movido e comovido pelas curas de toda Cura ele finge: e isso é poiesis, isso é ficção, isso é real e verdadeiro.” (Manuel Antônio de Castro)

Este artigo se inicia com a transcrição do Mito da Cura, trazido ao mundo dos homens por Higino, escravo egípcio de César Augusto, que morreu no ano 10 da nossa era. A partir de tal leitura, encaminharei algumas reflexões sobre a Literatura como atenuante da violência, abordando mais especificamente a poesia, pois esta nos advém da Cura.

CURA

“Certa vez, atravessando um rio, Cuidado (Cura) viu um pedaço de terra argilosa: cogitando, tomou um pedaço e começou a fingir/ficcionar (fingere).

Enquanto deliberava sobre o que criara, interveio Júpiter [Zeus]. Cuidado (Cura) pediu que lhe desse espírito, o que ele fez de bom grado.

Quando, porém, Cuidado (Cura) quis dar-lhe nome a partir de si mesmo, Júpiter proibiu e dita que lhe deve ser dado o seu nome.

Enquanto Cuidado (Cura) e Júpiter disputavam sobre o nome, surgiu também a Terra (Tellus), querendo dar o seu nome, uma vez que havia fornecido um pedaço de seu corpo.

Os disputantes tomaram Saturno [Cronos/Tempo] como árbitro. Este tomou a seguinte decisão aparentemente eqüitativa:

“ Tu, Júpiter, por teres dado o espírito, deves receber na morte o espírito, e tu, Terra, por teres dado o corpo, deves receber o corpo. Como, porém, foi Cuidado (Cura) quem primeiro o fingiu/ficcionou (finxit), deverá pertencer-lhe enquanto ele viver.

Como, no entanto, sobre o nome há controvérsia, chama-se Homem, pois foi feito de “humus” (Terra)”.

Diz, então, o Mito da Cura, que o homem pertencerá à Cura enquanto viver, por isso, ele é movido por toda a vida pela pro-cura, na busca de suas origens. “São as curas de todo ser-humano.” Como a Cura impulsiona o seu agir e agir em grego é poiein, de onde nos vem poiesis, a essência do agir é poesia.

Outra fala importante que encontra-se no Mito em questão é a de que Cura cria o ser humano através de fingere, cuja tradução é “dar figura”. Mas para que isto aconteça é necessário o agir, que, como já me referi antes, em grego é poiein. Cura age-finge o ser humano. “Por isso, o poeta é um fingidor. É um fingir essencial, onde se faz presente o sentido do agir, isto é, da poiesis. Ser poeta é, pois, fingir/ficcionar movido pela e a partir da Cura.”

AUTOPSILOGRAFIA (Fernando Pessoa)

O poeta é um fingidor
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente

E os que lêem o que escreve,

Na dor lida sentem bem,
Não as duas que ele teve,
Mas só as que ele não tem.

E assim nas calhas de roda
Gira a entreter a razão
Este comboio de corda
Que se chama coração.

O poeta é aquele que na sua procura motivada pela Cura oferece a sua dor à universalidade. Já dizia o grande poeta Fernando Pessoa, que o poeta finge o que deveras sente.... Sua fala é através da “criação de figuras”...

Em meu percurso poético tenho observado a importância deste “fingere” na vida do poeta: ele e o poema são unos no momento em que este último nasce. Tudo o que ocorre no universo do poeta está em seu texto, porque acontece uma fusão entre ele e a linguagem; se não fosse deste jeito, não haveria diferença entre um poeta e outro. O modo de dizer e o que é dito estão intimamente ligados ao poeta porque todo o seu universo de experiências não se separa dele no ato da criação.

Em seu fazer poético, o poeta é envolvido pelo apelo que brota da mais profunda de sua interioridade (“entre”), “onde subjetividade E objetividade, dentro E fora, proximidade E distância se dissolvem na integração e unidade da diversidade: todo E é E porque surge do Entre. Então apelo, fala, escuta e silêncio são um e o mesmo (...) É a Cura/Cuidado. É o agir/Poiesis. Simplesmente Ser.”

O fazer poético é mais do que um “dizer”, é um acessar e permitir a passagem. Permitir a emergência do Ser.

Vejamos a seguir o que nos diz Clarice Lispector em seu texto intitulado “Dá-me a tua mão”:

Dá-me a tua mão
(Clarice Lispector)

Dá-me a tua mão:
Vou agora te contar
como entrei no inexpressivo
que sempre foi a minha busca cega e secreta
De como entrei
naquilo que existe entre o número um e o número dois,
de como vi a linha de mistério e fogo,
e que é linha sub-reptícia.
Entre duas notas de música existe uma nota,
entre dois fatos existe um fato,
entre dois grãos de areia
por mais juntos que estejam existe
um intervalo de espaço, existe um
sentir que é entre o sentir

Nos interstícios da matéria primordial
está a linha de mistério e fogo
que é a respiração do mundo,
e a respiração contínua do mundo
é aquilo que ouvimos
e chamamos de silêncio.

A poetisa nos fala do silêncio, respiração do mundo, no qual o poeta entra no momento da criação e assim pode acessar o seu Ser mais genuíno.

Quando o arquiteto de palavras se põe a construir seu poema, é este silêncio fértil, fonte da linguagem que ele pode auscultar.

Refletindo um pouco mais, e a partir desses pressupostos, posso conjecturar que aquilo que o poeta sente, pensa, quer, gosta, enfim, aquele ser-humano à procura de si através do espelhamento no outro, aquele que procura nos sistemas filosóficos, científicos as respostas para os mistérios da vida e da morte, os seus caminhos e descaminhos estarão presentes em seus textos porque ele É todo aquele universo.

Foco, agora, esta reflexão especificamente no tema da nossa conversa.

As situações que vivemos no nosso dia-a-dia nos afetam diretamente, provocando em nós reações diversas. Cada um age e reage de acordo com sua forma de ser e com as ferramentas que possui.

Temos visto neste momento de nossa sociedade um aumento importante no número de atos violentos e um agravamento nas formas em que os mesmos se dão. Cada vez mais o homem se sente encurralado, vivendo em um ritmo aceleradíssimo, “com-sumindo” distante de si e do seu próprio. O desequilíbrio entre o ser e o estar fazem o homem adoecer, afastar-se da Cura, (isto é, de sua origem) e desencadeiam uma doença, da qual surgem múltiplos sintomas e um deles é a violência. A violência talvez seja a necessidade de “gritar” a distância de si, até de pedir socorro...

“Inebriada pelos conhecimentos técnico-científicos, a globalização metafísica não compreende a compreensão da poiesis e do pensamento. A Mãe-Terra perdeu o seu sentido e a globalização técnico-científica trata a Mãe-Terra com indiferença e o ser-humano vai se tornando um estranho e forasteiro e alienado e despatriado dentro da própria Casa. Diuturna e noturnamente extrai bens para satisfazer a necessidade que essencialmente cada ser-humano não tem e de que não precisa para ser. Competindo sem tréguas, a Mãe-Terra tornou-se sua inimiga e prossegue numa devastação que acabará por devastar a si mesmo, esperando-o um deserto de insatisfação mortal. E a Memória dos antepassados se esvai no roldão da desertificação em que se transforma o corpo da Mãe-Terra. Nesta fúria funcional e instrumental a tudo transforma em coisas e objetos. O real é a Terra disposta e configurada como conjunto de objetos e objetivos. A própria Terra e seu irmão o Céu se transformam em objetos e coisas com valor de compra e venda. A Casa-Linguagem perde sua voz e colorido e aconchego de seio materno para se tornar um deserto do sem-sentido cada vez mais violento e niilificante.” (Castro, 1992)

Quando o poeta permite que seu Ser possa emergir, ele acessa a sua saúde, a sua Cura. Quando podemos Ser livremente, sem a opressão e o acúmulo de insatisfações e de pressões sociais, nosso vigor aumenta, nosso fluxo de vida é maior. A isto chamamos saúde.

Ao conseguirmos mesclar nossos momentos de doença com outros de saúde, certamente estaremos, no mínimo, buscando um maior equilíbrio, uma forma mais plena de estar no mundo.

Ao considerarmos que a violência é uma manifestação da doença de nossa sociedade, pois que o homem ao longo do tempo foi esquecendo o Ser e supervalorizando o ter e, percebendo que o fazer poético é uma ferramenta antiviolência, seria a poesia uma contribuição para a saúde da sociedade? Ou seria o próprio acesso à Cura?

Sim, penso que sim. Na medida em que, tomado por sentimentos intensos de hostilidade, o poeta dispõe de sua pena e transforma a violência potencial em ato através das palavras, dirige-na a um sujeito indeterminado e atenua assim o seu impulso hostil. Na hora em que os questionamentos existenciais o assolarem, quem sabe possa acessar os interstícios dos enigmas e aliviar a sua angústia através do acontecer poético?

A seguir leremos o Monólogo de Hamlet para que possamos observar nele um pouco do que acabo de dizer:

MONÓLOGO DE HAMLET (William Shakespeare)

Ser ou não ser, eis a questão.

O que é mais nobre? Sofrer na alma
As flechas da fortuna ultrajante
Ou pegar em armas contra um mar de dores

Pondo-lhes um fim? Morrer, dormir
Nada mais; e por via do sono pôr ponto final
Aos males do coração e aos mil acidentes naturais

De que a carne é herdeira, num desenlace
Devotadamente desejado. Morrer! Dormir; dormir
Dormir, sonhar talvez:
mas aqui está o ponto de interrogação;

Porque no sono da morte, que sonhos podem assaltar-nos
Uma vez fora da confusão da vida?
É isso que nos obriga a refletir: é esse respeito
Que nos faz suportar por tanto tempo uma vida de agruras.

Pois quem suportaria as chicotadas e o escárnio do tempo
As injustiças do opressor, as afrontas dos orgulhosos,
A tortura do amor desprezado, as demoras da lei,

A insolência do oficial e os pontapés

Que o paciente mérito recebe do incompetente
Quando o próprio poderia gozar da quietude
Dada pela ponta de um punhal? Quem tais fardos suportaria
Preferindo gemer e suar sob o peso de uma vida fatigante

A não pelo medo de algo depois da morte
Esse país desconhecido de cujos campos
Nenhum viajante retornou, e que nos baralha a vontade
E nos faz suportar os males que temos
Em vez de voar para o que não conhecemos?

Assim a consciência nos faz a todos covardes E
assim as cores nascentes da resolução Empalidecem
perante o frouxo clarão do pensamento E os planos
de grande alcance e actualidade
Por via desta perspectiva mudam de sentido
E saem do reino da ação.

Ao abrandarem os questionamentos do poeta, os pensamentos redirecionam a angústia, desviando-na do reino da ação hostil em relação a si e ao outro, como nos diz Hamlet no poema lido anteriormente.

O ato de criação comporta a magia da liberdade, própria do Ser. No poema podemos tudo, tudo é possível, de acordo com o "mundo" trazido à emergência pelo poeta.

Permita-me apresentar, a seguir, um poema escrito pela autora deste artigo, que exemplifica esta parte da reflexão.

ESCREVER É PODER SER

Escrevo,
Que quando meu coração pesa
Só o papel agüenta a carga.
Confesso para ele meus ódios,
Minhas mágoas,
Minhas dores, meus amores.
Jogo para ele minhas revoltas e
Re-volto melhor.
Refaço-me
Revejo,
Retorno,
Remonto-me.

Escrevo,
Porque o papel
É meu outro.

A ele posso dizer
O que sinto,
O que vejo,
O que acredito,
As sintonias,
Os sintomas,
O tudo, ou o nada.

Falo, via papel, com o mundo:
Posso alucinar profundo,
Posso enlouquecer em paz.
Posso tudo,
E ainda mais...

Posso até morrer em paz
Naqueles dias
Em que eu pensar
Que já vivi demais.

O texto poético permite ao seu autor tanto a purificação de sentimentos, Catarse segundo Aristóteles, quanto a distância da insatisfação cotidiana através do sonho, da criação do lugar ideal, permite a questão e a solução, como exemplificamos a seguir, com dois textos de Manoel Bandeira (1976):

DESENCANTO

Eu faço versos como quem chora
De desalento...de desencanto...
Fecha o meu livro, se por agora
Não tens motivo nenhum de pranto.
Dói-me nas veias. Amargo e quente,
Cai, gota a gota, do coração.

E nestes versos de angústia rouca,
Assim dos lábios a vida corre,
Deixando um acre sabor na boca.

Eu faço versos como quem morre.

No poema que acabamos de ler podemos perceber a enorme angústia que se apresenta, o próprio desencanto. A presença da morte em vida. Mas o fazer poético já é o encontro com a Cura. Como também podemos ver no poema a seguir:

PASÁRGADA

Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero

Na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada
Vou-me embora pra Pasárgada
Aqui eu não sou feliz
Lá a existência é uma aventura
De tal modo inconseqüente
Que Joana a Louca de Espanha
Rainha e falsa demente
Vem a ser contraparente
Da nora que nunca tive
E como farei ginástica
Andarei de bicicleta
Montarei em burro brado
Subirei no pau-de-sebo
Tomarei banhos de mar!
E quando estiver cansado
Deito na beira do rio
Mando chamar a mãe-d'água
Pra me contar as histórias
Que no tempo de eu menino
Rosa vinha me contar
Vou-me embora pra Pasárgada

Em Pasárgada tem tudo
É outra civilização
Tem um processo seguro
De impedir a concepção
Tem telefone automático
Tem alcalóide à vontade
Tem prostitutas bonitas
Pra gente namorar

E quando eu estiver mais triste
Mas triste de não ter jeito
Quando de noite me der
Vontade de me matar

__ Lá sou amigo do rei __
Terei a mulher que eu quero
Na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada.

Vimos como o poeta soluciona suas angústias, momentaneamente, através da evasão, da criação de um lugar ideal.

O poeta encontra a felicidade em Pasárgada. Lá ele é Rei, pode tudo, tudo é como ele É.

Pudemos perceber até agora como o fazer poético pode atuar no poeta como atenuante da violência. Como a sua própria cura. A partir deste momento, passaremos a ver como o texto poético atua também no leitor, quando ao lê-lo o mesmo recria-no segundo o seu universo de experiências, segundo o seu próprio ser.

O leitor se identifica com a poesia e tem a sensação de estar “dizendo” aquilo, é uma escuta que diz, pois lhe parece também ser a pessoa para a qual aquele texto foi escrito. Já nos disse Mário Quintana que “Um bom poema é aquele que nos dá a impressão de que está lendo a gente, e não a gente a ele.” Assim como também nos disse, através do poema que reproduzimos a seguir, Fabrizia Bittencourt, jovem advogada apaixonada por poesias, a propósito de sua relação de leitora assídua destes textos ao longo de sua vida.

“Expressou com palavras
Aquilo que em mim era um sentido.
Autorizado, fez de versos os meus sentimentos mais obscuros.
Traduziu em letras o mundo da minha alma
E, enfim,
Fez de mim um ser “dizível”.
Embaralhou e desembaralhou, centenas de vezes, meus amores, dores e horrores.
Fez com palavras a vida
E transformou as mazelas dos homens em beleza.

Aos meus poetas, agradeço.
Sinto-me alguém por tê-los lido.
Minha tristeza faz sentido nos versos,
Minha felicidade sorri das letras
E minha alma encontrou-se em algum lugar.
Eu existo na poesia.”

(Fabrizia Bittencourt)

O leitor é um co-criador do texto, pois o lê segundo suas perspectivas e experiências, recriando-no de acordo com a sua pro-cura. Então, o texto poético também aproxima o leitor da Cura, origem de todos nós.

Termino minhas reflexões poeticamente, procurando ratificar o que foi dito neste artigo, através do meu próprio fazer poético: apelo da Cura/cuidado poético como Escuta.

DIA DA POESIA

Hoje é o dia dela
Dessa minha inseparável companheira
Amiga de tantas e tantas horas
Com quem falo até do que não sei:

É ela quem sabe pra mim.

Ah, Poesia! Se não fosse você todo dia...
Se não fosse através de você a minha cria
Não sei o que mais na vida procuraria.

Nem sei, aliás, se viveria...

Um dia, menina, encostei a pena no papel
E você me contou tudo o que queria;
Senti que era a dona de meus dedos
E dos meus medos
E dos meus tardes e dos meus cedos.

Senti que era a minha mãe
E no seu colo é que eu deitaria
E você me ouviria quando eu dissesse
E choraria comigo baixinho
Sentiria também a minha raiva e me protegeria
E explodiria de amor comigo.

Poesia! Ah minha mãe que alumia
Esses sensíveis corações
Que auscultam os mais inaudíveis cantos da terra,
Que inspiram os mais doces
E imperceptíveis perfumes das flores,
Que vêem lá dentro
Como batem os outros corações:
E em segredo lêem suas falas, suas calas,
Suas salas, suas malas, suas casas, suas calhas,
Suas palhas e seus concretos.

Vem, Poesia!
Toma a nossa voz,
De boca ou de escrita
Conta pra gente e, assim, conta ao mundo
O que há de mais profundo,
De mais fundo,
Mais fundo...

(Lila Marques)

Bibliografia

BANDEIRA, Manoel. *Antologia Poética*. 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

CASTRO, Manuel Antônio de. Corpo. In: "Corpo 1". Site
<travessiapoetica.blogspot.com> , acessado em 20 de agosto de 2007.

_____. Manuel Antônio de. Poético-Ecologia *In*: Ecologia e Progresso. Isso é possível? São Paulo, Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

LISPECTOR, Clarice. *Dá-me tua mão*. Site: <princecristal.blogspot.com>, acessado em junho de 2008.

PESSOA, Fernando. *O Eu Profundo e os Outros Eus*. 7ª ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

SHAKESPEARE, Willian. *Monólogo de Hamlet*. Site: <princecristal.blogspot.com>, acessado em março de 2007.

CAPOEIRA: LUTA DE RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA

MARCUS VINÍCIUS SANTANA MACUL¹

1 - ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO HOLÍSTICA DE BASE – UNIPAZ / ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E MARKETING DO DESPORTO – FAMATH / COORDENADOR DO NÚCLEO HOLÍSTICO DE CAPOEIRA – NHC / GRADUADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA – UCB

Resumo

A luta de resistência à violência é uma característica marcante na capoeira. O referido estudo buscou interpretar a capoeira e seu processo histórico através de uma visão holística, desde suas origens até os dias de hoje. Notamos que apesar de toda violência e repressão envolvendo a capoeira, alguns capoeiristas e mestres deixaram verdadeiros tesouros filosóficos capazes de incentivar a eclosão de uma cultura de paz na capoeira. Percebemos, também, a influência da capoeira sobre as nossas funções psíquicas: sentimento, pensamento, sensação e intuição e propomos algumas reflexões para o bom desenvolvimento pessoal, social e planetário através da capoeira.

Artigo

O surgimento da capoeira ainda é um mistério. Quanto às teorias sobre a “origem da capoeira”, encontramos três correntes que dividem suas opiniões: afro-brasileira, africana ou brasileira.

A teoria mais aceita entre os pesquisadores é aquela que identifica a capoeira como manifestação afro-brasileira. Estes entendem que ela se desenvolveu aqui no Brasil no período da escravidão, como luta de resistência à violência contra os feitores e capitães do mato. Inspirada em gestos de animais, rituais, costumes africanos e contato com os índios, a capoeira foi criada por africanos e seus descendentes em território brasileiro durante o período da escravidão.

Sabe-se que a capoeira foi muito perseguida pelas autoridades, chegando, em 1890, a ser considerada como crime previsto pelo código penal.

A capoeira foi influenciada por vários fatores como: o amargor da escravidão, a violência, a exclusão social e a repressão policial, porém, era também palco onde acontecia

o ritual da chamada vadiação, onde nos momentos de ócio, os capoeiras se reuniam para vadiar, cantar, tocar, jogar, beber, falar de seu povo e dar sentido à sua existência.

É importante uma hermenêutica mais abrangente da capoeira, pois, apenas deste modo, poderemos compreender qual era o estado mental, emocional, espiritual e físico dos nossos antepassados nesta arte. Como deveriam perceber, pensar, sentir e agir os capoeiras do passado? Como se estabeleciam as relações sócio-ambientais dos capoeiras?

Perceber a luz e a sombra da capoeira no passado e no presente é de fundamental importância para a construção do objetivo deste artigo, que é colaborar no desenvolvimento de uma cultura de paz na capoeira através da visão holística.

Este material servirá para reconhecermos a sombra, mas, principalmente, para nos orientar rumo à luz desta manifestação.

O assunto abordado neste artigo não é novo no universo da capoeira, porém, ainda é muito reduzido o número de pesquisas aprofundadas neste tema.

Para a fundamentação deste trabalho, foi feito um levantamento bibliográfico constando trabalhos relevantes sobre: capoeira, visão holística e cultura de paz.

A capoeira hoje representa e difunde nossa língua, cultura e país nos cinco continentes e está presente em escolas, universidades, cinema, teatro e televisão, além de ser registrada pelo IPHAN como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira. Milhões de indivíduos de diversas faixas etárias e nacionalidades praticam capoeira atualmente, e este número é cada vez mais crescente.

Inicialmente, iremos abordar a história da capoeira desde suas origens até os dias de hoje, através de uma visão holística, e em seguida, falaremos sobre o desenvolvimento das quatro funções psíquicas na capoeira: sentimento, pensamento, sensação e intuição.

CAPOEIRA: LUTA DE RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA

A luta de resistência à violência é uma característica marcante na capoeira. Neste artigo, iremos fazer uma análise da capoeira desde suas origens até os dias atuais, identificando a relação desta com a violência, a forte repressão que sofreu, e os meios para alcançar a tão sonhada cultura de paz.

Quanto às origens da capoeira há um enorme mistério. Brasileira, africana, ou afro-brasileira?

Pesquisadores afirmam que o termo capoeira é citado pela primeira vez em 1712, por Bluteau, em livro publicado em Coimbra, Portugal, com o título "Vocabulário Português e Latino". Freitas afirma que a definição do termo mais aceita pelos pesquisadores é de origem Tupi, apresentada por Soares (1880) como *caa-mato*, floresta virgem, mais *puêra*, o que foi e que não existe mais (FREITAS, 2007).

Mestre Bimba dizia que “os escravos sim eram africanos, mas a capoeira é de Santo Amaro e Ilha de Maré camarado”. Mestre Pastinha principal líder da capoeira Angola dizia que a “capoeira veio da África, africano que lutou”.

Soares nos aponta que o mais racional é que a capoeira tenha sido criada, desenvolvida e aperfeiçoada entre nós brasileiros (SOARES, 1994).

Zuma afirma que a capoeira surgiu durante a escravidão, tornando-se uma arma contra os senhores e os capitães do mato (ZUMA, A.B, 1928).

Este trabalho não tem a intenção de oferecer ou confirmar nenhuma verdade absoluta, até por não acreditar que esta exista em relação à origem da capoeira.

Quanto à influência da escravidão na capoeira, não há maiores polêmicas, a não ser pelo fato de terem sido queimados por Rui Barbosa todos os documentos referentes à escravidão, com o intuito de tentar apagar esta mancha histórica terrível.

Anchieta afirma que no início do século XV, mais precisamente em 1441, iniciou-se o processo de escravização dos negros africanos e diz também, que foi o Papa Eugênio IV quem oficializou a licença para que Portugal lançasse no cativo, africanos de todas as origens, interpretando a Bíblia que os apontava como descendentes de Cã, o amaldiçoado filho de Noé, predestinando-os, portanto, aos sofrimentos da escravidão (ANCHIETA, 1994, p.15/16).

Os senhores separavam os escravos com a mesma etnia temendo possíveis rebeliões e começaram, por volta de 1814, a reprimir qualquer tipo de manifestação negra.

Os senhores descobriram que o bater insistente dos tambores não significava mera diversão. Os tambores, na verdade, chamavam para dentro dos terreiros, os espíritos do coração da África.

Dias diz que “no tempo da escravidão, mandinga ou feitiço eram as práticas mágicas dos escravos, em especial os preparos de ervas e venenos usados pelos negros para matar seus senhores” (DIAS, 2006, p.17).

Em 1850, surge a lei Eusébio de Queirós “proibindo” o tráfico de negros.

Em 1865, o Brasil entra em guerra com o Paraguai, e quem compôs o Batalhão de Zuavos foram os escravos vindos dos canaviais e cafezais, seduzidos pela promessa de alforriamento, que muitas vezes não foi cumprida.

Fato muito percebido pelos pesquisadores é que a capoeira vivia no mundo da ordem e da desordem. Dias nos lembra que em certos casos os capoeiras estavam no lugar de representantes da lei, e em muitos outros, estavam no lugar dos que sofriam o peso da lei (DIAS, 2006). Ou seja, sempre na linha de frente das batalhas e conflitos.

Havia um ódio mútuo entre capoeiras e policiais. Este comentário é exemplificado em diversas músicas de capoeira, tais como:

*“Não estudei pra ser padre
Nem também pra ser doutor
Estudei a capoeira
pra bater no inspetor”* (Domínio Público)

*“Vamos jogar capoeira, enquanto a polícia não vem
Mas quando a polícia chegar quebra a polícia também”* (D.P)

“Sentado ao pé da cruz quando a polícia lhe seguia, desapareceu enquanto o tenente dizia, cadê o besouro chamado cordão de ouro” (Mestre Fanho)

“Tem um cabra lá na praça batendo no teu soldado, capitão saiu correndo, tenente tá desmaiado” (Mestre Toni Vargas)

“E nem mesmo a polícia podia nada fazer, pois se ficassem frente a frente, colega velho era certo alguém morrer” (Mestre Mão Branca)

“O seu moço chefe de polícia mandou avisar que ele não quer mais zueira, não quer capoeira do lado de cá.... o menino você trouxe o recado também vai levar, diga ao chefe de polícia que na capoeira ele não vai mandar” (Mestre Toni Vargas)

Sabemos que a escravidão se estendeu até 13 de maio de 1888, quando foi supostamente abolida. Em 1890, pouco antes de a capoeira constar no código penal, o então marechal Deodoro da Fonseca elege ao cargo de chefe de polícia o bacharel Sampaio Ferraz, outro capoeira que perseguiu violentamente os capoeiras do Rio de Janeiro.

Registros da Casa de Detenção (Rio de Janeiro) mostram que pelo menos 110 capoeiras foram presos em apenas dois meses, entre 15 de novembro de 1889 e 13 de janeiro de 1890.

Lei imposta aos capoeiras em 11 de outubro de 1890
“DOS VADIOS E CAPOEIRAS”

Artigo 402 - Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem: andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta ou incutindo temor, ou algum mal: Pena: de prisão celular de dois a seis meses.

Parágrafo único - É considerada circunstância agravante, pertencer o capoeira a algum bando ou malta. Aos chefes ou cabeças se imporá a pena em dobro.

Artigo 403 - No caso de reincidência será aplicada ao capoeira, no grau máximo a pena do artigo 400, pena de um a três anos em colônias penais que se fundarem

em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes.

Parágrafo único - Se for estrangeiro será deportado depois de cumprir pena.

Artigo 404 - Se nesses exercícios de “capoeiragem” perpetrar homicídios, praticar lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, e perturbar a ordem, a tranqüilidade e a segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes.

No período da ilegalidade no Rio de Janeiro existiam as maltas, gangues territoriais que tentavam sobreviver oferecendo risco ao sistema opressor. Neste período, a repressão à capoeira foi intensa, deixando um saldo de muitas mortes e levando quase à extinção a capoeira em algumas regiões, como no Rio de Janeiro.

É curioso ler em O D C que “o capoeira de outrora, era célebre pela riqueza de seus variados movimentos de ataque e defesa, era prudente e amigo da ordem, mas, que na época em que escrevia este manual, a capoeira já havia se tornado coisa de vagabundo, faquista, navalhista...” (O D C, 1907, p.2). O autor citado acima (O D C) era oficial do exército, e julgou prudente não revelar seu nome devido ao grande preconceito contra a capoeira na época.

Soares diz que os capoeiras, possivelmente, representavam a vanguarda da violência escrava, na reação às truculências do Estado escravagista. Os escravos capoeiras desafiavam a vigilância permanente a que era submetida a massa escrava, e, enfrentamentos com policiais e autoridades, eram uma constante no Rio de Janeiro (SOARES, 1994).

Como já escrevemos anteriormente, os capoeiras que voltaram da guerra e não receberam sua prometida alforria, fugiram aos bandos e formaram posteriormente as maltas, gangues que aterrorizavam a cidade do Rio de Janeiro, muitas lideradas por ex-escravos, que haviam participado da Guerra do Paraguai no Batalhão de Zuavos.

Inúmeros casos de mortes e violência envolviam os capoeiras desta época.

É difícil pensar que havia paz nesta época para o universo dos capoeiras, pois mesmo quando estavam apenas se divertindo, tinham a polícia no seu encalço.

Dias nos lembra ainda outro elemento marcante, que é a identificação da capoeira com a cultura masculina, presente até nas alcunhas das poucas mulheres identificadas nessa época na capoeira, a exemplo da Maria Homen e Chicão, companheira do capoeira Pedro Porreta (DIAS, 2006).

Moura nos indica que “na Segunda Guerra Mundial, capoeiristas enfrentaram valentemente os nazistas na Itália” (MOURA, 1980, p.20).

Nestor Capoeira diz que na década de 30, no Rio de Janeiro, Agenor Sampaio (Mestre Sinhozinho) ensinava uma capoeira voltada apenas para o aspecto de luta, briga de rua e defesa pessoal. Na capoeira de Sinhô, não existia a parte musical e nem o ritual

da capoeira baiana. A própria ginga era uma série de pulos e deslocamentos semelhantes aos do boxe (CAPOEIRA, 2001).

Como nos aponta Vieira, “na década de 1930, o então presidente Getúlio Vargas, precisando de apoio popular e objetivando a integração do país, retira a capoeira do código penal” (VIEIRA, 1995, p.138).

Manuel do Reis Machado, Mestre Bimba (1899-1974), fundou a primeira academia de capoeira em 1932, no Engenho Velho de Brotas em Salvador com o nome de *Centro de Cultura Física e Luta Regional Baiana*, e em nove de julho de 1937, recebeu uma autorização oficial para o ensino da capoeira.

Mestre Bimba iniciou-se na capoeira com Nozinho Bento, também conhecido como Bentinho, por volta de 1911 e dizia sobre este tempo, que “a polícia perseguia um capoeirista como se persegue um cão danado”.

Pires nos diz que um dos castigos que davam a capoeiristas que fossem presos brigando, era amarrar um dos punhos num rabo de cavalo e outro em cavalo paralelo. Os dois cavalos eram soltos e postos a correr em disparada até o quartel. Comentavam até por brincadeira que era melhor brigar perto do quartel, pois ocorreram muitos casos de morte. O indivíduo não agüentava ser arrastado em velocidade pelo chão e morria antes de chegar ao seu destino: o quartel da polícia (PIRES, 2004).

Mestre Bimba percebia a necessidade de elevar o valor atribuído à capoeira pela sociedade e fez inúmeras transformações neste sentido. Retirou o atabaque da orquestra (formação instrumental da capoeira), pois acreditava que este era muito associado ao candomblé, fato este curioso, já que Bimba era *Ogã* (tocador de tambores no candomblé).

Na capoeira regional, mestre Bimba desenvolveu um método composto por oito seqüências de golpes e alguns balões ou cintura desprezada (saltos em dupla para o aprendiz perder o medo e aprender a cair), introduzindo na capoeira um aprendizado metódico. Bimba, durante certo tempo, só aceitou alunos que trabalhassem ou estudassem (teste de admissão) e impôs alguns pré-requisitos para aceitar seus alunos, tais como: suportar uma “gravata” (golpe asfixiante aplicado pelo Mestre) por um minuto sem chiar, “descer nas molas” (agachar na posição de cócoras), fazer uma “queda de rins” (movimento que o capoeirista apóia apenas as mãos no chão e sustenta o corpo em cima do cotovelo).

Mestre Bimba também desenvolveu a cerimônia de formatura nos moldes acadêmicos, com paraninfo e tudo mais, e atraiu a classe alta e a burguesia para a capoeira. Fez lutas no ringue desafiando outros lutadores na década de trinta para afirmar a sua capoeira enquanto luta, e entre outros.

Apesar de Bimba ter inovado em muitos elementos a capoeira, em outros o Mestre dava continuidade, como por exemplo, o “ritual de conflito” assinalado por Pires: “Meninos não se metam em brigas. Se souberem que numa rua qualquer, está acontecendo alguma, voltem, passem por outra. Mas se no atalho, também houver, sem que haja meios de evitá-la, vão em frente com segurança. Vocês não podem sair perdendo e voltar para casa pra fazer tratamento na cara. Iodo e arnica custam caro e o pai de vocês não é ladrão para gastar dinheiro à toa” (PIRES, 2004).

Percebemos que, apesar de mestre Bimba ter “educado” em vários aspectos a prática da capoeira, em outros, a energia de outrora, associada ao valentão e ao espírito de competição, continuavam muito presentes.

Em certos momentos, como nos indica Sodré, o Mestre julgava prudente e inteligente a possibilidade de correr ou até mesmo de não agir, sentenciando que “quem agüenta tempestade é rochedo” (SODRÉ, 2002, p.18).

Vicente Ferreira Pastinha (Mestre Pastinha - 1889-1981) foi iniciado na capoeira por um negro de Angola chamado Benedito, que via o menino apanhar sempre de outro mais velho e resolveu se oferecer para ensinar-lhe a se defender com a capoeira.

Pastinha abriu sua academia alguns anos depois da de Bimba. Em 1941, ele foi convidado pelo então comandante da roda do Jingibirra, Amorzinho, que era um guarda civil, a tomar conta da capoeira que ele denominou Angola, em memória aos seus antepassados nesta tradição.

Pastinha também era “vivido” no meio da malandragem, chegou a tomar conta de casa de jogo e, assim como Bimba, se relacionou com intelectuais, artistas e burgueses da sua época, mesmo que isto não tenha servido, nem para ele e nem para Bimba, para ter uma vida confortável e uma morte digna.

Pastinha, junto aos demais angoleiros, mantinha acesa a chama do ritual, da mandinga, da subjetividade, do lúdico, da espontaneidade, da malícia e do fingimento, muito comuns na capoeira de outrora.

Pastinha escreveu no seu livro “Capoeira Angola”, que acreditava não estar longe o dia em que a capoeira seria procurada por uma imensa legião de pessoas, não pelo seu caráter de defesa pessoal, mas sim, para manter um perfeito estado físico e prolongar a juventude (PASTINHA, 1968, p.30).

De acordo com o Mestre, o capoeirista deveria saber dominar-se antes de desejar dominar um adversário e dizia que “o capoeirista deve ser calmo, tranqüilo, calculista” (PASTINHA, 1968).

Pastinha acreditava que o poder agressivo da capoeira não era o mais perigoso, e sim, a malícia. Ele propunha que o capoeirista se treinasse mentalmente imaginando situações críticas. A capoeira não deveria ser exercida para a valentia, mas sim, para a defesa da integridade física.

Mestre Pastinha evidenciava a dualidade da capoeira através da metáfora do berimbau. Ele dizia que o berimbau na hora da alegria era um instrumento, mas na hora da dor, o mestre colocava uma foicezinha na ponta do instrumento e o manjava como uma arma branca. Isto explica a fala de Pastinha quando diz que “o capoeirista tem mentalidade pra tudo”.

A religiosidade esteve bastante presente nas concepções de mestre Pastinha. Podemos perceber isto em sua música.

“É maior é Deus, é maior é deus e pequeno sou eu, o que eu tenho foi Deus que me deu, na roda da capoeira grande e pequeno sou eu...” (M. Pastinha)

Cruz, conhecido na capoeira como mestre Bola Sete, cita uma frase de Pastinha, que também deixa claro seu reconhecimento à parte espiritual. “O capoeirista tem obrigação de cogitar, uma vez ao menos, os valores espirituais. O fracasso do capoeirista, do ser humano em geral, é o descuido das obrigações espirituais” (CRUZ, 2003).

Em 1952, redige-se o estatuto do *Centro Esportivo de Capoeira Angola* (CECA). Paulo Santos Silva, um dos seus principais idealizadores, deixou registrado em seu discurso as premissas básicas do CECA: “a base fundamental do nosso centro é a boa conduta. Educação social, solidariedade humana e, sobretudo, a prática do bem, não usando a arma poderosa que é a capoeira a não ser em legítima defesa ou em função da pátria” (PIRES, 2002, p.82).

Como podemos perceber, a capoeira do passado foi reprovada por Pastinha devido ao excesso de violência.

Pires nos lembra que para ser um bom mestre, era necessário romper com as rodas de capoeira do passado, que segundo Pastinha, era uma “promoção de horror” (PIRES, 2002, p.85).

CAPOEIRA ANGOLA	CAPOEIRA REGIONAL
Original	Descaracterizada
Tradicional	Moderna
Jogo alto	Jogo baixo
Praticada pelos estratos sociais médios e superiores	Praticada pelas camadas sociais marginalizadas
Jogo lento	Jogo rápido
Recreativa e maliciosa	Agressiva e sem malícia
Envolta de religiosidade e misticismo	Secularizada e isenta de simbolismos religiosos
Integração à cultura negra	Expressão da dominação branca.

Apesar de todos os esforços destinados à capoeira, Bimba, e também Pastinha, morreram na mais absoluta miséria.

Na década de 60, em plena ditadura militar, apareceram alguns rapazes interessados em aprender capoeira que se juntaram para treinar em alguns ambientes da zona sul do Rio de Janeiro. Esse pessoal jovem de classe média, vestibulando e cheio de disposição, formou o Grupo Sensala.

O Grupo Sensala fez com que filhos de madame da zona sul do rio, se relacionassem com “neguinho” da favela, não menos importante naquela ocasião (LEMLE, 1993).

De acordo com os Mestres do Grupo Sensala, apesar de terem tido contato com vários capoeiristas experientes, a maior influência foi da capoeira Regional do mestre Bimba.

Fato percebido por muitos capoeiristas, é que o Grupo Sensala levou a capoeira à frente, aprimorando ainda mais a iniciativa de Bimba de metodizar a capoeira.

O Grupo Sensala desenvolveu um estilo próprio, citado por Nestor Capoeira como: Regional Sensala, que posteriormente foi muito copiado por vários outros grupos de capoeira pelo Brasil e pelo mundo (CAPOEIRA, 1999, p.60).

Lopes afirma que “a própria capoeira Regional da Bahia só ganhou dimensão nacional e internacional em função do sucesso do Grupo Sensala...” (LOPES, 2002, p.49).

Mestre Peixinho, no DVD “Intercâmbio Cultural” de 2004, fala sobre a capoeira: “não que seja uma luta invencível, porque não é por aí... a capoeira possui nuances mais importantes como a preservação cultural de um sentimento, de uma idéia...”.

O mestre diz ainda que não vê uma ligação direta da capoeira com religião, mas sim, capoeiristas que são adeptos de uma ou outra religião, e que, então, se manifestam, trazendo suas crenças e valores.

Peixinho nos traz à consciência uma sincronicidade que revelava a volta ao mundo que a capoeira iria dar concretamente quando os antigos já cantavam “lê volta do mundo” (fundamento tradicional da capoeira).

A partir de 1987, o Grupo Sensala passou a realizar, anualmente, o Encontro Europeu, que atraiu inúmeros participantes e ajudou a unir os trabalhos isolados que já se estruturavam lá fora. Batizados gigantescos, também passaram a acontecer regularmente a partir da década de noventa.

Atualmente, a capoeira se encontra em mais de 150 países e possui milhões de praticantes.

Mestre Gil Velho sugere que se desenvolva a capoeira a partir da perspectiva cultural e “identitária” de cada indivíduo, ou seja, a música deve ser familiar aos ritmos

que habitam a cultura e o corpo do capoeirista e os rituais também devem respeitar a cultura local, além do repertório já existente no indivíduo e sua intuição.

A esta proposta, Gil Velho deu o nome de Capoeira Orgânica em 1989, uma prática intuitiva, ligada a essência das pessoas.

Hoje em dia, existem encontros femininos de capoeira, além de mulheres, mestras de capoeira, com trabalhos respeitados no meio, como posso citar a mestra Janja, da capoeira Angola.

Precisamos hoje, de um ensino na capoeira não apenas efetivo, mas também afetivo, possibilitando ao praticante entrar em contato com a sua energia feminina, ligada as funções sentimento e intuição.

A capoeira infantil que vem se desenvolvendo muito hoje em dia, além de metodologias próprias à faixa etária, possui um número fantástico de adeptos, estando presente na maior parte das escolas infantis, públicas e particulares do Brasil.

Cd's, dvd's, livros, revistas, filmes, teatros, escolas, universidades, pós-graduação e entre outros, fazem parte, hoje, da realidade oferecida pela capoeira.

Os conhecimentos ligados à capoeira cresceram exponencialmente, porém, quando o texto aumenta sem contexto, ou seja, quando os conhecimentos fragmentados se multiplicam e perdem a relação consciente com o todo, o indivíduo não dá o salto quântico do acúmulo de conhecimento para a sabedoria. E que sabedoria é esta?

Analisando que hoje em dia não existe mais feitor, pelo menos nos moldes apresentados na escravidão, percebemos a necessidade de uma revisão da ideologia dominante na capoeira, que em alguns casos, exclui a possibilidade de integrar o Ser ao humano e auxiliá-lo no desenvolvimento da saúde no nível pessoal, social e ambiental.

Hermógenes cita uma frase de Erich Fromm que diz: "a principal missão do homem em sua vida é dar à luz a si mesmo, é tornar-se aquilo que ele é potencialmente" (HERMÓGENES, 2004, p.161).

Devemos valorizar e levar a chama dos grandes mestres que deixaram um legado na capoeira capaz de incentivar o indivíduo a evoluir e ser feliz. Valorizar a vida e o encontro não apenas de dois corpos na roda de capoeira, mais sim, de dois corpos, mentes e espíritos que, no encontro, se fazem um, ou melhor, fazem o "terceiro incluído" que é o jogo da capoeira.

Esta é a Sabedoria que propomos neste trabalho: saborear o saber que nos conduz a uma ampliação da consciência. É unir céu e terra, pensamento e sentimento, sensação e intuição, profano e sagrado, Angola e Regional, e restabelecer a inteireza da capoeira.

Talvez, a situação descrita anteriormente, referente à repressão na capoeira, tenha deixado mentes e corpos bloqueados para vivenciarem um outro nível de realidade que permite a manifestação da plenitude do Ser através da nossa arte capoeira.

Esta postura tem como elementos norteadores a evolução da consciência do Ser e o desenvolvimento de uma cultura de paz.

Alguns autores da capoeira, já indicam a necessidade de uma abordagem mais ampla da capoeira, para que esta seja entendida na sua complexidade. Esta abordagem mais ampla é a abordagem holística.

De acordo com Freitas, os “valores como a educação dicotômica de corpo e mente, ainda tão presentes na Educação Física, precisam ser quebrados para que uma educação holística junto a ela se efetive, já que seus conteúdos buscam um equilíbrio do desenvolvimento harmonioso do aluno em todas as suas dimensões: corpo, intelecto, sentimento e espírito” (FREITAS, 2007, p.53).

O mesmo autor diz que “podemos facilmente encarar a abordagem holística como uma abordagem mais humana, pois, inovadoramente, considera a intuição e o sentimento como meios de construção do real e não somente a razão como vinha sendo feito sob o aspecto de paradigmas mais conservadores”.

Sobre a visão holística da capoeira, é relevante a colocação de Filho quando diz que a capoeira desenvolve um processo bipolar, concordante com o sistema dialético da teoria Yin-Yang, consoante o qual em todo jogo existe a semente da maldade e o germe lúdico (FILHO, 1997, p.33).

Filho diz ainda que, “a energia sonora do berimbau cria o ambiente energético em que o corpo e o espírito mergulham para viver o transe capoeirano” (FILHO, 1997, p.28).

Abib afirma intuir a existência de uma outra lógica, diferente daquela determinada pela racionalidade moderna, mas que parece prevalecer nesse universo da cultura popular, cada vez que os acordes de um berimbau ecoam como navalha cortando o ar durante o cantar da ladainha numa roda de capoeira (ABIB, 2005, p.23).

A lógica que parece prevalecer na capoeira difere da lógica linear, pois concebe passado, presente e futuro dentro de uma unidade de tempo.

Abib declara que “os parâmetros teóricos, construídos pela academia, parecem não dar conta de interpretar esse complexo conjunto de significados presentes na cultura popular, em sua totalidade” e diz também que “a ritualidade adquire, no universo da cultura popular, o aspecto de culto, onde o sagrado e profano se entrecruzam, atribuindo um outro sentido ao religioso e à religiosidade (ABIB, 2005, p.27)”.

A capoeira nos convoca à presença (estado de plena atenção ao momento, a não estar de boabeira, desatento ou despreparado), um ensinamento muito útil nas rodas da capoeira e da vida.

Capra escreveu sobre o conhecimento absoluto, e disse que este só é possível percebermos no estado de meditação, ou estado místico. Capra percebe que algumas

práticas esportivas levam o indivíduo a agregar o mesmo sentimento de paz obtido nas posturas estáticas (CAPRA, 1983, p.37).

Podemos, então, pensar a capoeira como meditação?
Estou certo que sim! Fiz inclusive uma música a respeito.

“Hoje eu toco pandeiro, agogô, reco-reco, atabaque e também berimbau,Unindo a dimensão do amor, do corpo, da mente do espiritual.

Pois sei que eu não sou o que pareço, quando olho no espelho só vejo uma parte,
Capoeira olhada de longe também parece apenas uma arte.

Percebendo mais profundamente a raiz ancestral, vamos ter noção,
E respeito aos mestres do passado ao inconsciente e a nossa intuição.

O coração não fica de fora, e bons sentimentos vamos cultivar,
Na mente agir com sabedoria, adotando a postura transdisciplinar.

CAPOEIRAR É MEDITAÇÃO (refrão)

Liberta o nosso pensamento e abre a intuição.
refrão
Salve Bimba, seu Pastinha e Valdemar da Paixão.
refrão
Ela faz minha cabeça, corpo, alma e coração.”
refrão

O QUE É HOLÍSTICO?

O termo “holístico” vem do grego “Holos”: todo, inteiro. É um novo paradigma que leva em consideração o todo e as partes, onde o programa do todo se reflete nas partes, como num holograma.

Para Pierre Weil (WEIL, 2004, p.116), o termo “*Holístico é e não é...*”:

HOLÍSTICO É... E NÃO É... :

- Ø Holístico é o espaço de encontro de tudo que a mente humana separa e separou através dos tempos.
- Ø Holístico é a árvore da vida em cujos galhos as folhas dançam ao vento da reunião.
- Ø Holístico não é nova religião, nem nova filosofia, nem nova ciência, nem nova arte, nem novo partido político, nem nova forma de pensamento, ação ou sentimento.

Ø Holístico não é nova síntese, nem novo sincretismo, nem novo coquetel espiritualista ou materialista ou os dois...

Ø Nem mistura de novos e/ou velhos ismos e sobretudo não é comércio. Holístico é o calor das mãos dadas, dos corações unidos por cima das diferenças.

Ø Holístico é o encontro do novo com o antigo, do convencional e do não-convencional.

Ø Holístico é o encontro da simplicidade de homens de boa vontade. Holístico é o despertar da sabedoria e do amor recalçados por toneladas de conceitos e preconceitos.

Ø Holístico é o trampolim de mergulho na imensidão do real.

Ø Holístico é a descoberta da beleza dos caminhos, das moradas do sem nome. Do "sem nome" a quem tantos nomes deram, criando novas torres de Babel, de mal-entendidos e de guerras.

Ø Holístico é a oportunidade de enfrentar e sair de crises de existência.

Ø Holístico é a descoberta da natureza da natureza, da vida da vida, da consciência da consciência.

Ø Holístico é o abraço do bispo, lama, pastor, rabino, xamã, xeque, swami, gnóstico, e agnósticos, crentes e descrentes, cientistas com artistas e filósofos. Holístico é o desvelar do verdadeiro sentido da sua crença, se ainda tiver. É a passagem da crença ao verdadeiro saber; da sabedoria do amor e da compaixão.

Ø Holístico é o espaço irresistível que atrai todos que querem contribuir para salvar a vida do planeta, pela descoberta da interdependência de tudo, com tudo no grande todo incomensurável, transfinito e atemporal.

Vejamos agora algumas características do paradigma Newtoniano-Cartesiano e do paradigma Holístico.

PARADIGMA NEWTONIANO-CARTESIANO	PARADIGMA HOLÍSTICO
Visão separada e especializada de partes do corpo humano	Corpo visto como um organismo vivo, cujos sistemas são interligados e interdependentes
Corpo visto como entidade material	Corpo visto como sistema energético
Separação corpo-espírito	Integração e interação corpo-espírito, ambos vistos como feitos da mesma energia
Princípio da causalidade	Princípio da causalidade e princípio da acausalidade e sincronicidade (Jung-Paoli)
Todas as visões e idéias que fogem aos cinco sentidos e ao raciocínio da lógica formal são consideradas alucinações e devem ser tratadas como tais	Inúmeras visões e idéias correspondem a vivências de realidades extra-sensoriais ou extracorpóreas, obtidas em outros estados de consciência
Arte separada da ciência, filosofia e tradições culturais	Integração transdisciplinar
Predomínio de uma metodologia educacional racional, intelectual, mental, dissociada da sociedade e da natureza	Educação integral do ser humano nos seus planos físico, afetivo, mental e espiritual, em harmonia com a sociedade e a natureza

(adaptado por Pierre Weil, 2004)

Freitas nos lembra o quanto o paradigma tradicional, influencia nossas ações docentes: “elogiamos o aluno calado, anônimo, que não expressa opiniões, mas que diz sim senhor a todas as nossas questões” (FREITAS, 2007, p.50).

Em nossa sociedade, vivenciamos valores ligados a um paradigma reducionista que separa indivíduo, sociedade e meio ambiente, e faz com que ao vivermos nesta fantasia da separatividade, venhamos a desenvolver o apego exagerado a coisas, pessoas ou idéias que nos trazem prazer, e rejeição ao que nos traz sofrimento e indiferença, com o que não nos causa nem felicidade nem dor.

O apego poderá fazer com que diferentes sentimentos aflorem em nosso interior como o sentimento de orgulho por possuir tal idéia, pessoa ou objeto, sentimento de medo de perder tal idéia, pessoa ou objeto ou também poderá ocasionar um sentimento de ciúme sobre a idéia, pessoa ou objeto de apego. E aí, as reações corporais (caso não sejam feitas boas reflexões) serão correspondentes aos sentimentos, chamados por Weil de sentimentos destrutivos, que, por sua vez, atrapalham muito a saúde corporal e integral.

Esta releitura histórica, musical, ritualística e vivencial, irá nos despertar para a valorização das nossas verdadeiras necessidades.

Hoje, já é bastante discutida a temática da violência na capoeira. Em um breve levantamento de dados, podemos perceber muitas notícias relacionadas à violência: mortes e conflitos atuais envolvendo capoeiristas; e como antítese, surgem propostas de educação para a paz na capoeira, como a apresentada no presente material.

Silva e Heine assinalam que “a consciência de que a capoeira deve ser um instrumento de paz tem se intensificado. Muitos grupos de capoeira passam a defender uma proposta de trabalho na qual o respeito e a ética têm lugar garantido” (SILVA E HEINE, 2008, p.36).

Jaqueira (JAQUEIRA, 2005) constata que o comportamento agressivo se deve a três fatores:

1. à característica da personalidade do indivíduo;
2. à filosofia do grupo em que está inserido;
3. à orientação dos superiores hierárquicos.

“No jogo da capoeira muitas vezes fica difícil perceber onde termina a combatividade e começa a violência. Seus limites são sutis e a inobservância desse limiar, principalmente por parte dos líderes, pode ser um dos principais fatores para a exacerbação da violência na capoeira em geral” (FALCÃO, 1996, p.115).

Sousa diz que “se não houver uma conscientização nos mais novos, ao invés da capoeira servir de terapia saudável para o corpo e a mente, tornar-se-á um esporte agressivo e causador de vários problemas de ordem física e psicológica” (SOUSA, 2000, p.45).

O bom capoeirista é um homem do bem, que irradia boas energias e, em consequência, também as atrai!

“Atualmente é muito fácil os capoeiristas esbofetarem-se, trocarem coices feito animais, mas o difícil mesmo é conseguirmos ver capoeiristas tendo paciência de aguardar maliciosamente seus adversários para surpreendê-los...” (SOUSA, 2000, p.21).

Concordo que precisamos desenvolver a paciência, e que esta pode ser entendida também como “Ciência da Paz”. Sejam vigilantes conosco e tolerantes com o processo alheio! Vejamos agora exemplos de mestres e capoeiristas que nos deixaram um precioso legado, fundamentando um ideal filosófico da capoeira no que se refere à construção de uma cultura de paz ou uma indignação com a violência na capoeira.

Mestre Paulo dos Anjos, em 1989 criticou a forma grosseira sobre como se batizava os alunos, e disse que “o que impera hoje em dia na capoeira é a violência”. Diz ainda que “só faz violência aquele que quer aparecer... mau caráter... acha que é mais macho

do que os outros... mas se levar esse indivíduo para um canto e falar que é para brigar... aí vai ver que não é nada disso..."

Tavares diz que a guerra é um tema muito comum nas cantigas de capoeira e a participação de capoeiristas na Guerra do Paraguai tornou-se um motivo de orgulho e inspiração musical (TAVARES, 2006).

"Tava lá em casa sem pensar nem imaginar, quando ouvi bater na porta, capitão mandou chamar, para ajudar a vencer a Guerra do Paraguai. (D.P)

Estas músicas nos remetem a um passado muito violento e sabemos também que quando cantamos essas músicas, podemos incitar uma atitude violenta. Por isso, devemos ter fundamento e consciência para não contaminarmos o ambiente e criarmos uma psicofera com uma energia violenta dominante.

Coutinho, também conhecido na capoeira por mestre Noronha, nascido em 1909, nos diz em seu manuscrito que: *"O jogador de capoeira não é valente nem deve ser, porque o capoeirista tem muito recuso para brigar ter muita carma o capoeirista deve ser muito educado para ser apresentado nos alto meios social ci foi valente deixe esta vida que já si passou de lado valentia. devemos adiciri lastro de amizade é o que devemos fazer"* (COUTINHO, 1993, p.38).

Filho, no seu trabalho sobre o transe capoeirando, nos mostra que na roda da capoeira, estamos encerrados num campo energético, que influencia todos os participantes. Diz ainda, que o transe capoeirando acontece com todos os capoeiristas, e que este, é um estado de extrema euforia e de integração ou acoplamento a outras personalidades participantes do mesmo evento, conduzindo a execução de atos acima da capacidade dita "normal" (FILHO, 1997).

No transe capoeirando, há, ainda, uma ampliação do campo de influência vital de cada "ser". Decânio nos lembra que existem dois tipos de transe: um pacífico e de bem estar e outro violento que vem lesionando e até matando hoje em dia. Ele também nos alerta para o perigo que é estar sob a orientação de um professor que incentive este transe violento.

Filho explicita que perdemos, assim, o caráter festivo da capoeira antiga e evoluímos para um estilo mórbido, capaz de gerar a morte de parceiros que deviam estar irmanados por esporte tão belo e pacífico.

Pastinha como dissemos anteriormente, não aprovava a conduta violenta dos capoeiras do passado, e dizia que era indispensável a obediência ao código de honra, ao juiz, às regras, regulamentos e ao ritmo da orquestra, e que esta atitude evita a violência e os acidentes. O Mestre lembrava que a capoeira não era para desenvolver a valentia, mas sim a auto confiança necessária para a defesa de sua integridade física.

Mestre João Pequeno, no filme *"Pastinha uma Vida pela Capoeira"*, nos diz que "na capoeira o indivíduo não precisa bater no outro, o sujeito leva o pé, se ver que o outro

não esquivou o sujeito então deve ter seu corpo freado e manejado, pois quem está de parte vê que o capoeirista não bateu porque não quis!”.

Ainda de acordo com Mestre João Pequeno, “antigamente, a capoeira era mais perigosa e menos violenta, hoje em dia, a capoeira está mais violenta e menos perigosa”.

“Muitas vezes verifica-se na capoeira o excesso de agressividade e competitividade, aliado à falta de ética e de respeito, que culmina em agressões físicas e morais, traduzidas em agarrões, pontapés, socos etc.” (SILVA E HEINE, 2008, p.36).

Ainda, os mesmos autores indicam que a violência se inicia muito antes da roda, enquanto os discípulos analisam a conduta do mestre ou professor e, então, passam a reproduzi-la.

Mestre Nestor nos coloca que “se no passado a sobrevivência do homem estava intimamente relacionada à sua capacidade de matar e destruir, hoje em dia, sua sobrevivência irá depender de sua capacidade de conviver em paz com os outros homens e com a natureza que o cerca” (CAPOEIRA, 2001, p.174).

E o que é o homem senão natureza?

Nesta linha, sugiro que antes de pensarmos em perpetuar certas tradições da capoeira, devemos manter a tradição da vida humana no planeta.

Carlos Velázquez Callado nos mostra no quadro abaixo as diferenças entre a cultura tradicional e a cultura de paz.

Cultura tradicional (paz negativa)	Cultura de paz (paz positiva)
A paz define-se como ausência de guerras e de violência direta.	A paz define-se como ausência de todo tipo de violência (direta e estrutural) e como presença de justiça social e das condições necessárias para que exista.
A paz limita-se às relações nacionais e internacionais e sua manutenção depende unicamente dos Estados.	A paz abrange todos os âmbitos da vida, incluídos o pessoal e o interpessoal e é, portanto, responsabilidade de todos e de cada um de nós.
A paz é um fim, uma meta que se tende e que nunca se alcança plenamente.	A paz é um processo contínuo e permanente: "não há caminho para a paz, a paz é o caminho". (Mahatma Gandhi)
O fim justifica os meios. É, portanto, justificável o uso da violência para alcançar e garantir a paz.	Ao considerar a paz como um processo contínuo e não como um fim, não é justificável o uso de meios que não sejam coerentes com o que se persegue. A violência não é, portanto, justificável em nenhum caso.
A paz é um ideal utópico e inalcançável, carente de significação própria e derivado de fatores externos a ela.	A paz converte-se num processo contínuo e acessível em que a cooperação, o mútuo entendimento e a confiança em todos os níveis assentam as bases das relações interpessoais e intergrupais.
O conflito é visto como algo negativo.	O conflito é independente das conseqüências derivadas de sua regulação. O negativo não é o conflito se não recorrer à violência para regulá-lo.
É preciso evitar conflitos.	O conflito é necessário. É preciso manifestar os conflitos latentes e regulá-los, sem recorrer à violência.

(CALLADO, 2004, p.28)

Para Lopes, "quem está aprendendo capoeira, está aprendendo ao mesmo tempo, uma infinidade de coisas: jogo, luta, arte, filosofia, religião, ética, dança, música e até história do Brasil..." (LOPES, 1999, p.69).

A capoeira, de fato, influencia na totalidade humana. Vamos então perceber algumas possibilidades de desenvolver as funções psíquicas: pensamento, sentimento, sensação e intuição na capoeira.

FUNÇÃO PENSAMENTO: Ato ou efeito de pensar, meditar; processo mental que se concentra nas idéias. Faculdade de pensar logicamente. O produto intelectual de um determinado indivíduo, grupo, país ou época (Dicionário Aurélio, 1980).

Quando competitivo, o pensamento na capoeira entende o jogo apenas como sucesso ou fracasso. Estimula o pensamento de vingança e até as tendências violentas, geradas pelo apego banal, a uma ilusória vitória. Quando digo ilusória, é porque penso que se um sujeito fica feliz por ter agredido o outro, ou seja, ter lhe provocado um mal de ordem física, social e/ou emocional, acredito que este indivíduo não se apresenta nada saudável.

O pensamento se estiver desvinculado do corpo, espírito e emoções, só nos permitirá pensar com a cabeça. Como já sabemos, temos que nos dotar da capacidade de pensar com o coração, para podermos, então, desenvolver nossa inteligência emocional também com o corpo, para atendermos nossa dimensão “material”, que também possui uma inteligência fascinante! Basta percebermos quando o nosso corpo nos freia, indicando uma possível lesão, fadiga, fome, sono, entre outros.

O pensamento quando desvinculado de relações sociais harmoniosas e interdependentes, limita o ser humano até de perceber a si mesmo integralmente.

Um dos grandes males da humanidade atual é a inconsciência. Estamos super desenvolvidos em nossos automatismos, e agora, precisamos voltar a ter consciência dos nossos pensamentos, pois, caso venhamos a perceber que este pensamento gerará uma emoção destrutiva, como por exemplo, ciúme, raiva, apego, ódio ou inveja, poderemos, conscientemente, fazer novas escolhas e dar atenção, ou melhor, “carta branca”, apenas aos pensamentos que tiverem passado pelo filtro da consciência.

Por se sentir separado dos outros seres e da natureza, o indivíduo agride a natureza, cria uma sociedade violenta e hoje, encontra-se ameaçado por ambas.

A Arte de Viver em Paz, metodologia criada por Pierre Weil, premiada pela UNESCO em 2000, indica que o desenvolvimento da paz na mente se dá quando vivenciamos movimentos corporais, depois relaxamos e em seguida meditamos.

O respeito às diferenças, nos possibilita fluir harmoniosamente na diversidade. E como é belo quando numa mesma roda, encontramos jogadores com estilos tão distintos, se respeitando e criando uma interseção capaz de unir suas manifestações.

Nossa missão inclui desenvolver o cuidado com o outro. Algum de nós conseguiria sobreviver sem ter sido cuidado por outro alguém? Na capoeira, há que se desenvolver a cooperação, pois como iríamos tocar, cantar, jogar, bater palmas e formar uma roda sozinho? É preciso ser solidário, para não acabar solitário! Precisamos cooperar conosco mesmos, com os outros e com o universo!

O autoconhecimento facilita o caminhar rumo a nós mesmos e a nossa casa. A tomada de consciência que propomos, substitui o *egocentrismo* (atitudes centradas no ego), pelo *ecocentrismo* (atitudes centradas na “Mãe Terra”, a grande casa que nos acolhe). É imprescindível esta mudança de paradigma para que possamos inverter a situação atual do mundo e, em alguns casos, inverter a situação atual da capoeira, conduzindo-na à sustentabilidade, garantindo a sobrevivência do planeta e o bem viver dos humanos.

Roberto Crema sempre diz que nosso ego é um excelente empregado e um péssimo patrão. Então, não devemos ser dirigidos por nossos pensamentos, e sim, dirigi-los através da nossa consciência.

Devemos sempre possuir um objetivo maior para realização das nossas atitudes, ou seja, perceber se é: ganha x ganha (eu ganho e todos ganham), ganha x perde (eu ganho e alguém ou todos perdem) ou perde x perde (eu perco e todos ou alguém perde).

Só vivemos no aqui e agora. Conseguimos respirar no passado? E no futuro? Se o Sopro é que nos dá a vida, este nos lembra através da respiração, que devemos estar conectados ao momento no qual estamos vivendo.

Vamos fazer uma pequena vivência? Perceba neste momento a sua respiração. Inspire até não conseguir mais. Em seguida, expire até não conseguir mais exalar nenhum ar. Perceba que o movimento de inspirar e expirar é um excelente exemplo de que não podemos só dar, e nem tampouco apenas só receber. A troca é o mais significativo! Quando desejamos reter tudo, usamos todas as mãos e perdemos a capacidade de receber, porém, quando damos, esvaziamos nossas mãos e assim, estaremos prontos para receber. O mistério sempre nos traz e nos leva algo. É assim que o mistério faz com a vida e também com a capoeira, portanto, não podemos apenas dar e não podemos apenas receber!

O verdadeiro caminho consiste em desenvolver o poder com os outros, e não contra ou sobre os outros.

FUNÇÃO SENTIMENTO:

No nível mais destrutivo desta nossa dimensão, encontramos: raiva, ódio, inveja, medo, apego, orgulho, ciúme...

Como você se sente quando percebe alguém mal intencionado contigo na roda da capoeira ou na vida? E quando você pensa num conflito em que você está inserido? E quando leva uma “porrada” proposital de alguém?

Agora, podemos também despertar para a manifestação de outras emoções, tais como: amor, felicidade, alegria, solidariedade, compaixão...

Para entender melhor esta função psíquica saudável responda mentalmente as seguintes perguntas: Como você se sente quando joga numa roda de camaradas? E quando está numa festa entre amigos?

Há um sábio dizer que exemplifica a importância desta função psíquica. Se você não sabe que caminho seguir, siga o caminho do seu coração!

O lúdico na capoeira permite manifestações das emoções construtivas. O “alto astral” deve ser um importante objetivo a ser cumprido nos encontros da capoeira.

Perceba que quando entramos em contato com os nossos sentimentos, facilmente detectamos se estamos bem ou mal. O coração pode simbolizar uma bússola humana onde o norte é sempre o amor.

Na Arte de Viver em Paz (AVIPAZ), a paz no coração é despertada quando o indivíduo se percebe “funcionando” de acordo com os sentimentos construtivos.

FUNÇÃO SENSACÃO: O corpo, de acordo com o Dicionário Aurélio, é a substância física, ou a estrutura de cada homem ou animal; a parte material, animal ou a carne, do ser humano, por oposição à alma, ao espírito; o ser humano morto, cadáver.

Esta função psíquica corresponde à percepção no nível dos cinco sentidos. O corpo é a função psíquica mais notada na capoeira. É através deste, que o capoeirista tem a possibilidade de dar forma à capoeira e aos seus rituais.

O treinamento exaustivo e mecânico, a serviço de uma *performance* idealizada pelos valores “normóticos” advindos da sociedade, colocam em risco o bom desenvolvimento da energia corporal, bem como a manifestação do sujeito participante deste processo.

A grande valorização competitividade e o culto à *performance* em detrimento da saúde, faz com que percamos o propósito maior de cooperar e vadiar saudavelmente.

A própria lei da ação x reação, pode nos sugerir que ao efetuarmos uma pancada em alguém, o que ocorrerá será o retorno vibratório deste golpe ao corpo do executor, provocando lesão. Será que posso estar me espancando?

O corpo não deve ser o túmulo do espírito, mas sim, o templo do sagrado. Já vimos que o corpo isoladamente é tratado pelo dicionário como cadáver. Para deixar de ser cadáver, devemos atentar para o corpo vivo que pensa, sente e age!

Dores corporais e fadiga são, muitas vezes, sintomas de um corpo maltratado. Temos que ter um cuidado especial com os corpos que estamos treinando. É compreensível que os mestres e professores tenham a vontade de treinar seus alunos para que estes sejam “invencíveis”, mas devemos antes disto, saber o interesse do aluno. Por que este aluno se matriculou na capoeira? E também reconhecer suas potencialidades e limitações, pois o preço a se pagar por um joelho lesionado é muito mais caro que um “vitorioso” salto mortal. Um dente natural (na boca) poderá ser muito mais valioso do que um jogo duro desnecessário em prol de uma vaidade.

Necessidades físicas como: alimentação, descanso e treinamento equilibrados constituem um fator importante à nossa dimensão material. É fundamental o despertar

para o respeito às limitações físicas de si mesmo e dos outros. Nosso trabalho busca incentivar a expressividade espontânea do sujeito, possibilitando-lhe a construção de um jogo de acordo com sua própria identidade.

O relaxamento é uma das práticas indispensáveis em um programa de capoeira para a paz. Na metodologia da Arte de Viver em Paz, Pierre indica que a paz no corpo é obtida através do relaxamento.

FUNÇÃO INTUIÇÃO: Ato de ver, perceber, discernir; percepção clara ou imediata; discernimento. Ato ou capacidade de pressentir; pressentimento; instinto, esta é a definição que encontramos no dicionário Aurélio sobre intuição.

A capoeira é muito percebida na sua dimensão intangível. O discurso de vários mestres nos leva a perceber a suma importância da energia sutil no universo da capoeira, basta falar da malandragem, da mandinga, dos rituais e do próprio jogo, para que reconheçamos a essência da capoeira. Aliás, a própria capoeira não é material! Você consegue pegá-la?

A malícia, além de ser um fundamento que conecta o capoeirista ao aqui e agora, também faz com que este exercite a chamada pré-cognição e telepatia, capacidade de antever um fato, e/ou entrar em contato com a intenção (pensamentos) de outros indivíduos ou grupos e poder então se posicionar a tempo, de maneira a preservar sua integridade física ou até mesmo a sua vida.

Fechamento e falta de percepção ou rejeição à intuição nos leva a uma perda de sentido em nossas vidas. Sabemos que é da energia primordial que viemos, e a esta, devemos nos conectar para perceber nossa verdadeira natureza, caso contrário, teremos desenvolvido apenas um pequeno nível de consciência sobre nós mesmos e tudo o que nos cerca.

Não devemos aceitar a visão de que esta dimensão é uma coisa do além, mas sim, do aquém. Só assim poderemos estar abertos à voz da nossa intuição.

Acredito que a malícia, tão valorizada na capoeira, está, entre outros aspectos, intimamente relacionada com a intuição, pois trata de você ter a capacidade de antever uma situação de perigo ou não, estando pronto para responder na hora do seu acontecimento.

É preciso escutar a voz que fala quando nós silenciemos. É preciso perceber a energia mais sutil que se manifesta através das sincronicidades, “supostas coincidências”.

Nossa ancestralidade inconsciente e o nosso mestre interior habitam nesta dimensão.

Nestor percebe a capoeira como sendo uma corrente energética que atrai pessoas e situações muito além das esperadas, e diz que poderíamos imaginar a capoeira como uma entidade (corrente energética) que protege e abre caminhos para aqueles que se colocam à sua luz. (CAPOEIRA, 2001)

É muito dito pelos capoeiristas sobre a energia mais sutil da capoeira. Seus fundamentos abstratos são tidos como os mais relevantes, a exemplo da malícia, da mandinga, da malandragem, dos rituais e entre outros aspectos próprios da capoeira.

CONCLUSÃO

Pudemos perceber que apesar de toda a humilhação, desrespeito e maldades dedicadas à capoeira, houveram iniciativas voltadas ao desenvolvimento de uma cultura de paz na capoeira, por parte de vários mestres reconhecidos nesta arte.

A capoeira hoje em dia, pode firmar uma grande aliança, onde ciência, filosofia, arte e religião dançam a mesma dança e possibilitam o despertar de uma nova consciência!

Antes de pensarmos em manter a tradição da capoeira, devemos pensar em manter a tradição da espécie humana no planeta.

Se continuássemos mantendo a tradição antiga, que apontava como capoeiristas os indivíduos mais nocivos à sociedade, tal como representaram Pedro Mineiro e Besouro Mangangá em suas épocas, onde criaram tanta desordem que acabaram morrendo cedo e vivendo uma vida de algum modo amargurada, quais seriam os verdadeiros mestres de hoje? Chefes do tráfico de drogas?

Pelo espaço que a capoeira ocupa hoje em escolas, clubes e universidades, muitas vezes com um discurso voltado para o desenvolvimento do indivíduo, devemos reorganizar as tradições para adequar às necessidades dos capoeiristas de hoje, é claro, sem deixar de honrar nossos antepassados que passaram “o pão que o diabo amassou”, cuspiu e sei lá mais o que, para perpetuar algo tão valioso na nossa cultura.

Concluimos que este processo de transformação é possível e deve iniciar na mente dos indivíduos. Só assim, atingiremos nossos ideais de sociedade justa e planeta sustentável.

A capoeira transita na roda da destruição e também na roda da paz. Acredito que ela seja como a própria natureza que por vezes se manifesta pacificamente como o vôo de um passarinho e em outros momentos, apresenta-se enfurecida como um trovão, ciclone, raio e outros.

Porém, nossa responsabilidade é imensa no seu estado de humor!

Este trabalho nos faz perceber a urgente necessidade e possibilidade de entrarmos em contato com a capoeira na sua inteireza através de uma visão holística e avançarmos rumo ao desenvolvimento de uma cultura de paz.

Bibliografia

ABIB, P.R.J. *Capoeira Angola: cultura popular e o jogo dos saberes na roda*. Salvador: EDUFBA, 2005.

- ANCHIETA, J. *Ginástica Afro-aeróbica*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 1995.
- CALLADO, C.V. *Educação para a Paz: promovendo valores humanos na escola através da educação física e dos jogos cooperativos*. Santos, S.P: Projeto Cooperação, 2004.
- CAPOEIRA, Nestor. *Capoeira: os fundamentos da malícia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CAPOEIRA, Nestor. *Capoeira: pequeno manual do jogador*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CAPRA, F. *O Tão da Física*. São Paulo: Editora Cultrix, 1983.
- C.O.D. *Guia do Capoeira ou Gymnastica Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Nacional, 1907.
- COUTINHO, D. *O ABC da Capoeira Angola: os manuscritos do mestre Noronha*. Brasília: DEFER, Centro de Informação e Documentação sobre a Capoeira (CIDOCA/DF), 1993.
- CRUZ, J.L.O. *Capoeira Angola: do iniciante ao mestre*. Salvador: EDUFBA: PALLAS, 2003.
- DIAS, A.A. *Mandinga, Manha & Malícia: uma história sobre os capoeiras na capital da Bahia (1910-1925)*. Salvador: EDUFBA, 2006.
- DIEGUES, C., ROCHA, E. *Palmares: Mito e Romance da Utopia Brasileira*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.
- FALCÃO, J.L.C. *A Escolarização da Capoeira*. Brasília: ASEFE - Royal Court, 1996.
- FILHO, A.D. *Falando em Capoeira*. Salvador: Edição Coleção São Salomão, 1997.
- FREITAS, J.L. *Capoeira na Educação Física: como ensinar?* Curitiba: Editora Progressiva, 2007.
- HERMÓGENES, J. *Yoga para Nervosos*. Rio de Janeiro: Nova Era, 2004.
- JAQUEIRA, A.R.F. *Análise dos Fatores de Violência no Contexto da Capoeira Segundo os seus Intervenientes - os capoeiristas*. Portugal: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física Universidade de Coimbra, 2005.
- LEMLE, M. *A Capoeira nas Voltas do Mundo: na roda, o grupo Senzala*. Rio de Janeiro: Edição da autora, 1993.
- LOPES, A.L.L. *A Volta do Mundo da Capoeira*. Coreográfica Editora e Gráfica, 1999.

LOPES, A.L.L. *A Capoeiragem no Rio de Janeiro - primeiro ensaio Sinhozinho e Rudolf Hermann*. Brasil, Editora Europa, 2002.

MOURA, J. *Capoeiragem - arte & malandragem*. Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Bureau, 1980.

PASTINHA, V.F. *Capoeira Angola por Mestre Pastinha*. Salvador: Edição do autor, 1968.

PIRES, A.L.C.S. *Bimba, Pastinha e Besouro Mangangá: três personagens da capoeira baiana*. Tocantins/Goiania: NEAB/Grafset, 2002.

PIRES, A.L.C.S. *A Capoeira na Bahia de Todos os Santos - um estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890-1937)*. Tocantins/Goiania: NEAB/Grafset, 2004.

SILVA, G.O., HEINE, V. *Capoeira: um instrumento psicomotor para a cidadania*. São Paulo: Phorte, 2008.

SOARES, C.E.L. *A Negregada Instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

SODRÉ, M. *Mestre Bimba: corpo de mandinga*. Rio de Janeiro: Manati, 2002.

SOUZA, M.L. *A Capoeira sob uma nova visão*. Fortaleza: Edição do autor, 2000.

TAVARES, L.C.V. *O Corpo que Ginga, Joga e Luta: a corporeidade na capoeira*. Salvador: Edição do autor, 2006.

VIEIRA, L.R. *O Jogo da Capoeira: corpo e cultura popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 1995.

WEIL, Pierre. *A Mudança do Sentido e o Sentido da Mudança*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2004.

WEIL, Pierre. *A Arte de Viver em Paz: por uma nova consciência, por uma nova educação*. São Paulo: Editora Gente, 1993.

ZUMA, A.B. *Gymnastica Nacional (Capoeiragem) Methodisada e Regrada*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1928.

COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: CASOS DE VIOLÊNCIA

OLÍVIA CHAVES DE OLIVEIRA¹

1 - MESTRANDA EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA – UFRURALRJ / MONITORA DO PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES NA ESCOLA ABERTA – UFRURALRJ / PROFESSORA SUBSTITUTA NO DED/UFRURALRJ

Resumo

Este trabalho objetiva enumerar e apresentar casos de violência, que fazem parte do processo de titulação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Rio de Janeiro, abordando, numa tentativa de desenhar este cenário, ocorrências em algumas comunidades específicas, utilizando pesquisa bibliográfica e análises de observações participantes do trabalho de campo realizado desde 2004, na Ilha da Marambaia-RJ e participações em eventos. No Estado há o registro de seis comunidades negras rurais e urbanas reconhecidas, localizadas nos municípios de Búzios, Angra dos Reis, Paraty, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Rio de Janeiro, Mangaratiba, Quissamã, Valença, Vassouras e Quatis que são amparadas pela Constituição Federal de 1988 e pelo Decreto Nº 4887 de 20 de novembro de 2003. As comunidades têm em comum a luta pela garantia de seus direitos, tais como: a titulação da terra, o reconhecimento e preservação de sua cultura e história. Esses grupos convivem com a violência social e física através de ameaças diretas ou indiretas de grileiros, empreendimentos imobiliários ou do próprio Estado. Desenhando o cenário da violência que atinge as comunidades, serão abordadas as ocorrências nas comunidades de Preto Forro, da Ilha da Marambaia e de São José da Serra.

Artigo

O presente trabalho tem os objetivos de enumerar e apresentar casos de violência, que fazem parte do processo de titulação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Estado do Rio de Janeiro abordando, numa tentativa de desenhar este cenário, ocorrências em algumas comunidades específicas.

No Rio de Janeiro há o registro de aproximadamente seis comunidades negras rurais e urbanas oficialmente reconhecidas e outras inúmeras que se enquadram nas características das demais (ADPERJ & KOINONIA, 2004) e que estão localizadas nos municípios de Búzios, Angra dos Reis, Paraty, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Rio de

Janeiro, Mangaratiba, Quissamã, Valença, Vassouras e Quatis. (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2006). A Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ) contabiliza cerca de quinze comunidades em todo o Estado, em processo de regularização na Fundação Cultural Palmares e no INCRA¹. Até 2006, apenas duas foram tituladas, localizadas nos municípios de Parati e Quatis.

Um levantamento feito pela Comissão Pró-Índio de São Paulo junto às regionais do INCRA revelou a existência, em abril de 2008, de 449 processos de titulação de terras em tramitação, em 24 Unidades da Federação. Só no Rio de Janeiro são 22 processos.

Suas reivindicações são amparadas pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 68 (ADCT) diz, “aos remanescentes das comunidades de quilombo que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”. O artigo foi regulamentado pelo Decreto Nº 4887 de 20 de novembro de 2003, que traz uma possível definição para o termo “remanescentes de quilombo” e dá as responsabilidades de reconhecimento da comunidade à Fundação Cultural Palmares, que deve encomendar um laudo antropológico para a titulação, e ao INCRA² a de delimitar, demarcar o território e elaborar um relatório técnico para a titulação definitiva, sendo os títulos emitidos em função da coletividade, em nome da associação de moradores ou organização que os represente, não podendo ser vendidos, afastando assim o risco de favelização das áreas, tão divulgado pela mídia.

As comunidades têm em comum a luta pela garantia de seus direitos, tais como: a titulação da terra – que consideram sua por herança –, o reconhecimento e preservação de sua cultura e história e especialmente a garantia da prática de seu saber tradicional, que pode ser visualizado por meio da culinária, artesanato, dança, música, etc. E suas práticas tradicionais de produção, como a agricultura e a pesca.

Em seu cotidiano, porém, convivem com a violência de várias formas como obstáculo para o acesso aos seus direitos. A violência abordada aqui, diz respeito à violência social e física através de ameaças diretas ou indiretas de grileiros, empreendimentos imobiliários ou do próprio Estado. Conflitos que parecem se fundamentar no significado da terra, que para uma parte representa a autonomia cultural e social e para outra, tem valor de mercadoria.

Desenhando o cenário da violência que atinge as Comunidades Remanescentes de Quilombo no Estado, o texto abordará as ocorrências registradas, especificamente nas comunidades de Preto Forro/Cabo Frio, da Ilha da Marambaia/Mangaratiba e de São José da Serra/Valença.

METODOLOGIA

1 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

2 - Que segue sua Instrução Normativa nº. 20 de 2005, que regulamenta o processo de identificação e titulação das terras quilombolas. E cria a necessidade de um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) enfatizando aspectos antropológicos.

Este trabalho utilizou como metodologia: pesquisa bibliográfica e análises de observações participantes extraídas do trabalho de campo das pesquisas científicas realizadas pela autora desde 2004, na Ilha da Marambaia, que se localiza no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, que é uma das comunidades abordada aqui e encontra-se articulada às demais pela Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ e Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro – ACQUILERJ, além de participações em eventos organizados pelas comunidades e entidades envolvidas no tema. É importante dizer da pouca literatura específica sobre violência a este grupo social, tornando indispensável o uso de periódicos para a pesquisa teórica, o que evidencia também uma lacuna que pode ser explorada por pesquisas futuras.

Destaca-se também, enquanto técnica de pesquisa que todo o momento é utilizada, a história oral, que Simpson (1988) afirma ser “uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar (p.19)”.

RESULTADOS

Um dos motivos que leva à necessidade da discussão sobre o termo “remanescente de quilombo” é a de abranger as mais variadas formas e situações de ocupação de terras por parte dos grupos negros no país e refletir sobre o binômio fuga-resistência consolidado na história.

Outro motivo foi a promulgação da Constituição Federal e a regulamentação de seu artigo 68 (ADCT), por meio do Decreto nº. 4.887 de 2003, provocando uma revisão dos conceitos clássicos, a relativização e a adequação de critérios para conceituar quilombo, de modo que a maioria dos grupos que reivindicam suas terras pudesse ser contemplada. Dessa forma, o conceito contemporâneo passa a levar em consideração três variáveis: a existência de uma identidade social e étnica compartilhada, a antiguidade na ocupação das terras e a resistência na prática de manutenção e reprodução de seus modos de vida. Justificando o texto do Decreto que diz no caput do artigo 2º:

“Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste decreto, os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Atualmente ser remanescente de quilombo é uma identidade social, por isso deve ser aceito em primeiro lugar pelo sujeito. O conceito dessa forma vem emprestado do indígena. E se sustenta em dois pilares: a etnia e a discussão contemporânea sobre quilombo (Arruti, 2004).

Assim, o termo designa:

“A situação dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos no Brasil, fazendo referência a terras que resultaram da compra por negros libertos; da posse pacífica por ex-escravos de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de

crise econômica; da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou de terras entregues ou adquiridas por antigos escravos organizados em quilombos. Nesse contexto, os quilombos foram apenas um dos eventos que contribuíram para a constituição das “terras de uso comum”, categoria mais ampla e sociologicamente mais relevante para descrever as comunidades que fazem uso do artigo constitucional” (KOINONIA, 2008).

Toda discussão acerca do conceito gira em torno dos argumentos para a legitimação do direito à posse da terra, que no Brasil dá origem a tantos outros movimentos que também atravessam momentos difíceis em sua luta. A disputa pelo território, levada a cabo pelos diferentes grupos, é hoje o centro dos debates e o grande motivador para as situações que entendemos como violentas.

Lembrando que conceituar violência não é nada fácil, pois além de ser um tema complexo, amplo e ambíguo, possui significados histórica e culturalmente construídos, podendo aparecer sob diferentes formas, tais como: violência doméstica, contra a criança, contra a mulher, simbólica, racial, religiosa, física, etc. (Waiselfisz, 2003).

Em se tratando das comunidades de Preto Forro, Ilha da Marambaia e São José da Serra, como poderemos ver mais adiante, a violência parece ocorrer de forma invisível por meio da coação, do impedimento e/ou restrições do uso do território que ocupam, do deslocamento das famílias e até mesmo o despejo.

A comunidade de Preto Forro localiza-se na zona rural de Cabo Frio, litoral do Estado, com aproximadamente 13 casas. E tem esse nome por ter sido formada por negros livres. Seus atuais moradores são descendentes de Ludgério dos Santos, o primeiro negro libertado a viver no local. Utilizam a terra coletivamente e consideram-na como herança, mas, dificuldades em pagar os impostos da terra os fez alugarem parte da área nos anos 80 para um fazendeiro. No início da década de 90, este fazendeiro com um documento de cessão de posse, começa a reivindicar a propriedade, estabelecendo novas regras para a permanência nelas. Dessa forma, a destruição da mata por máquinas, das plantações pelo gado, e a proibição de utilizarem a terra para suas criações, têm ameaçado a sobrevivência das famílias.

Esta situação teve origem na falta do título como documento de propriedade e, especialmente, a falta de conhecimento e acompanhamento especializado – só tinham a seu favor a própria história –, produzindo no grupo uma permanente insegurança, alimentada pelas ameaças de prisão e expulsão, feitas pelo fazendeiro que vai à área acompanhado da polícia. Os moradores entraram, em 1994, com ações na justiça, contra o fazendeiro, o que não impediu que a violência continuasse.

Em 2002, a comunidade tentou aumentar sua área de plantio e dois dias depois, o fazendeiro invadiu a área com homens armados, ameaçando e disparando contra a comunidade. E ainda, apresentou queixa de invasão na 127^a. DP de Búzios (KOINONIA, 2004).

Ao longo dos anos, as ações na justiça continuaram envolvendo a disputa pela propriedade, uso das terras para a criação de gado, impedimento de acesso à área e as acusações de invasão. A principal alternativa para a solução do problema seria a

caracterização do grupo como *remanescentes de quilombo*, tendo seu Relatório Técnico de Identificação e Demarcação (RTID), publicado em 2006 pelo INCRA, mas isto também não impediu que a disputa judicial com liminares continuasse, criando entre a comunidade e o fazendeiro, ora suposto proprietário, formas de convivência aliando atitudes de recusa e aceitação de regras.

A Restinga e a Ilha da Marambaia situam-se no litoral Sul Fluminense, no município de Mangaratiba. A sua comunidade é composta por descendentes de escravos de antigas fazendas de café do Comendador Breves - grande cafeicultor e traficante de escravos - população caiçara, antigos alunos e funcionários da Escola de Pesca e seus descendentes, criada na ilha nos anos 40, entrando em decadência nos anos 60. Desde 1981, a ilha é administrada pela Marinha do Brasil, o que gera grande conflito pela sua posse.

Esta situação já ocasionou a derrubada de casas cujos moradores morrem, impedindo que seus familiares ocupem-nas, mesmo que estejam em boas condições de habitação, o obstáculo a que se construam novas casas, a restrição de entrada de visitantes convidados dos moradores e o desmonte do processo produtivo das famílias.

Em 2003, todo esse processo de expulsão foi suspenso devido à Ação Civil Pública aberta pelo Ministério Público Federal, pedindo o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo e a garantia da propriedade comunitária das terras ocupadas historicamente pela população. E em 2004, com a vitória dos moradores na Justiça, foi garantida posse comunitária da terra.

Em 2006, o INCRA fez o cadastramento das famílias, num total de aproximadamente 360, no Distrito de Itacuruçá após a rápida demarcação do território na ilha.

Atualmente o Ministério da Igualdade Racial vem tentando conciliar os interesses da comunidade e da Marinha, mediando a negociação sobre a extensão do território, para que a titulação definitiva seja publicada. O argumento da comunidade é de que precisam dos locais onde estão suas casas, os locais cultiváveis e aqueles nos quais desenvolvem o processo de produção do pescado. E acreditam só conseguir resgatar suas tradicionais atividades de produção após a titulação definitiva¹. Em contrapartida, o argumento da Marinha é que a ilha é área de segurança nacional e por ser Área de Preservação Ambiental (APA) precisa ser controlada. O que vai de encontro às reclamações dos moradores a respeito dos problemas ambientais causados pelos exercícios militares.

A comunidade de São José da Serra foi descrita por Hebe Mattos, da seguinte maneira:

“São José da Serra se constitui em uma fazenda particular, localizada a cerca de 13 km da sede do Distrito de Santa Isabel do Rio Preto, no município de Valença, estado do Rio de Janeiro. Moravam na comunidade, em 1998, 77 pessoas, entre crianças e adultos, em 16 casas, em sua maioria feitas de estuque (pau-a-pique e barro), com cobertura de sapé e chão de terra batida” (2005, p. 261).

Em 1999 foi reconhecida oficialmente como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, com base num laudo antropológico que se baseou no documento de doação de 50 alqueires¹ a escravos em 1870. Atualmente é a sétima geração desde os primeiros escravos comprados para trabalhar nas lavouras de café da fazenda São José. Essas famílias permaneceram por mais de um século na terra herdada por seus ancestrais do antigo proprietário da fazenda, que fez uma doação verbal. É também referência por seu jongo e pela religião.

Os conflitos se iniciaram nos anos 90, “quando um novo “suposto” proprietário – fazendeiro – começou a restringir as liberdades com as quais os moradores estavam acostumados, na realização de atividades religiosas e na redução do espaço para a plantação” (KOINONIA, 2004).

Assim, para plantar foram obrigados a pagar *meia*, para instalar luz elétrica nas casas têm que assinar um contrato de *comodato* e sofrem pressões para sair da fazenda recebendo em troca material de construção para construir na cidade. O fazendeiro tentou, ainda, convencer os fazendeiros vizinhos a não empregarem os membros dessa comunidade.

Até o momento não se sabe da decisão judicial sobre a propriedade da terra, o que se sabe é que, para estas famílias não é só um bem do qual se tira o sustento, mas também o local onde construíram sua história e toda a rede de significados que rege o seu cotidiano.

CONCLUSÃO

As situações consideradas violentas a que os grupos citados e outros estão expostos parecem contribuir para o fortalecimento da idéia de grupo, realçando alguns traços que se configuram na expressão da identidade étnica e da territorialidade, a partir da necessidade de lutar pela terra ao longo das últimas décadas. Contribuem também para a criação de políticas públicas em defesa da herança imaterial que possuem. E também para o debate e reflexão a respeito de termos como cidadania, direitos humanos, nacionalidade, desigualdade e diferença, por vezes esquecidos na sociedade de classes em que vivemos.

A falta de documentos, conhecimento e assessoria especializada fazem com que o uso da “propriedade” não seja organizado do ponto de vista legal, como por exemplo, o aluguel de parte da área para pastagem. A demora no processo burocrático de titulação tem se mostrado um grande motivo para que a violência se prolongue, assumindo várias formas.

Espera-se que este trabalho contribua acima de tudo para a reflexão sobre os direitos das comunidades tradicionais e sobre a importância de sua contribuição para a formação de um sentimento de brasilidade, como parte integrante desta nossa cultura multifacetada.

AGRADECIMENTOS

Aos professores Nilton Sousa da Silva e Suely de Oliveira Schustoff, pelo convite e o desafio que muito contribui para minha formação acadêmica e profissional. E à Professora Luciana de Amorim Nóbrega pelo apoio de sempre.

Bibliografia

ARRUTI, J. M. *O conceito de Remanescente de Quilombo e seu repertório legal*. Palestra realizada no Seminário: A Defensoria Pública e as Comunidades Negras Rurais e Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro em 27. ago. 2004.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. *Terras Tituladas*. Disponível em <http://www.cpisp.org.br>. Acesso em: 23 jun. 2008.

EXISTIMOS. ARQIMAR, 2ª edição. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

ENCONTRO SOLIDARIEDADE MARAMBAIA, Rio de Janeiro: Relato 2004.

GARSKE, C. E. da S. *Desenvolvimento sustentável em uma área de proteção ambiental: o caso da população tradicional da Ilha da Marambaia, RJ*. 2006. Monografia de conclusão de curso (MBA em Gestão Ambiental) – MBA: Gestão Ambiental, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2006.

KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço. *O que é quilombo?* Disponível em <http://www.koinonia.org.br/OQ/quilombo.asp> Acesso em: 01 mai. 2008.

_____. Memorial da Marambaia. *Territórios Negros*, nº 3, Ano 3, 2003.

_____.; ADPERJ. A Defensoria Pública e as Comunidades Negras Rurais do Rio de Janeiro. *Cadernos Koinonia*. Nº 1, 2004.

LUZES, J. S.; OLIVEIRA, O. C. de; NÓBREGA, L. de A. A participação da comunidade quilombola da Restinga da Marambaia, no Rio de Janeiro, na Escola de Pesca Darcy Vargas, no período de 1941 – 1945. *In: Conferência Internacional: Educação, Globalização e Cidadania*. 2008, João Pessoa – PB. Anais... João Pessoa: UFPB, ISA, 2008.

MATTOS, H. M. Novos quilombos: re-significações da memória do cativo entre descendentes da última geração de escravos. *In: RIOS, A. L.; MATTOS, H. M. Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

MOTA, F. R. *O direito de não ter direito: pescadores e escravos na Ilha da Marambaia*. Trabalho apresentado no X Encontro Regional de História: História e Biografias – Rio de Janeiro: ANPUH, UERJ, 2002.

QUILOMBOL@. Porto Alegre: COHRE, nº 20, 2007.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M; CARVALHO, M. C. P. de. *A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas*. Ambiente e Sociedade. Jan/Jun. nº10, 2002

SIMSON, O. M. V., (Org.) *Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

REIS, J. J.; GOMES F. dos S. (Orgs). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TERRA DE QUILOMBO. São Paulo: Comissão Pró-índio de São Paulo. Boletim nº 01, 2007.

TERRITÓRIOS NEGROS. Rio de Janeiro: KOINONIA, nº 4, Ano 2, 2002. (Edição Especial).

WAISEFISZ, J. J. *Revertendo violência, semeando futuros: avaliação do impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e Pernambuco*. Brasília: UNESCO, 2003.

IDENTIDADE, VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA GUARANI NO SUL DO RIO DE JANEIRO.

ALOISIO J. J. MONTEIRO ¹

1 - DOUTOR EM EDUCAÇÃO – UFF / DOUTOR HONORIS CAUSA – CONSEJO IBEROAMERICANO EN HONOR A LA CALIDAD EDUCATIVA / PROFESSOR ADJUNTO DO IE/UFRURALRJ

Resumo

Este trabalho é parte da pesquisa em desenvolvimento, intitulada: “EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA INSTITUÍDA EM ALDEIAS GUARANI NO SUL FLUMINENSE: memórias de omissões governamentais e ausências de políticas públicas em educação escolar indígena no Estado do Rio de Janeiro”, financiada pela ANPED/ SECAD¹, onde aqui, particularmente, busca discutir o conceito de identidade, diante do crescente cenário de refinamento da violência instituída, a partir de uma breve identificação das ausências de ações institucionais, no campo da educação indígena, no litoral sul do Rio de Janeiro. Procuramos situar também, nesta proposta, os instrumentos da política neoliberal, expressos no mundo globalizado, mas que não podem subtrair-se dos impactos e pressões marcados pela polifonia de diversos sujeitos históricos, que se apresentam, concretamente, através dos movimentos de complexidade do mundo atual.

Artigo²

Acreditamos que para construir um futuro melhor, se faz indispensável incorporar aqueles que herdarão esse mesmo futuro. Nesse sentido, as políticas públicas de combate às desigualdades sociais precisam superar a concepção de ausências e ações descontínuas, que orientaram diversos projetos, e caminhar na via da construção de políticas inclusivas, e em especial, neste caso, de comunidades indígenas, como apontam Aracy Lopes da Silva e Luís Grupioni:

¹ ANPED – Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; SECAD –Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

² Parte deste texto foi publicada em coletânea da Anped. Sob o título *Educação e Diversidade*, em outubro de 2007.

“Nestes tempos de violência generalizada no país, a reflexão sobre os povos indígenas e sobre as lições que sua história e suas concepções de mundo e de vida social podem nos trazer, aliada ao exame dos modos de relacionamento que a sociedade e o Estado nacionais oferecem às sociedades indígenas constituem um campo fértil para pensarmos o país e o futuro que queremos”. (2004: 15-16).

Nossa proposta de pesquisa então, se inspira em uma concepção horizontalizada de ação pública, bem como, no envolvimento dos moradores de duas diferentes aldeias indígenas Guarani, no litoral sul do Rio de Janeiro.

Nessa perspectiva, buscamos identificar a dinâmica das concepções, ausências institucionais e as novas formas de organização das políticas públicas em educação escolar indígena no Rio de Janeiro, como também ações instituintes que dizem respeito à superação das condições de exclusão, abandono, omissões e violência escolar, nas aldeias Guarani do sul Fluminense, assim como, no campo da interculturalidade, pretende apreender as possíveis “redes identitárias” presentes nos entre-lugares dos espaços urbanos e das comunidades tradicionais.

FRONTEIRAS DA IDENTIDADE: FLUIDAS E FIXADAS.

“O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos... Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”.

(Stuart Hall)

Na introdução do debate sobre os sentidos do termo identidade, uma perspectiva bastante esclarecedora é a da divisão em dois campos centrais de discussão, defendida por Kathryn Woodward, traduzida na tensão entre a perspectiva essencialista e não-essencialista de identidade.

Para Woodward o essencialismo identitário pode se constituir tanto pelo campo da história quanto pelo biológico, ou seja, *“certos movimentos políticos podem buscar alguma certeza na afirmação da identidade apelando seja à ‘verdade’ fixa de um passado partilhado seja a ‘verdades’ biológicas.”* (2000, p. 15).

Na esteira dessa lógica encontramos também movimentos étnicos, religiosos, nacionalistas, etc. que com freqüência *“reivindicam uma cultura ou uma história comum como fundamento de sua identidade.”* (2000, p.15).

Já para realizarmos um aproximação ao campo não-essencialista do conceito de identidade, ainda segundo a autora, precisamos de uma análise da inserção da identidade naquilo que ela chama de “circuito da cultura”, como também, concordando com Hall (1997), na *“forma como a identidade e a diferença se relacionam com a discussão sobre representação.”* (Woodward, 2000, p.16).

No interior desta perspectiva, Bauman (2005), apoiado em Siegfried Kracauer, define os possíveis significados de identidade a partir da existência do que ele chama de: “comunidades de vida” e “comunidades de destino”.

A primeira se caracteriza por comunidades que “vivem juntas em ligação absoluta”; e a segunda, por aquelas que são “fundadas unicamente por idéias ou por uma variedade de princípios”.

Então, para Bauman, a necessidade da definição identidade somente surge com a exposição do conceito de “comunidade de destino” (fundada por idéias), na transcendência de uma possível visão essencialista de identidade, a partir de uma compreensão fixada de comunidade de vida.

“É porque existem tantas dessas idéias e princípios em torno dos quais se desenvolvem essas ‘comunidades de indivíduos que acreditam’ que é preciso comparar, fazer escolhas já feitas em outras ocasiões, tentar conciliar demandas contraditórias e freqüentemente incompatíveis.” (Bauman, 2005, p.17).

Por outro lado, ousaria afirmar a também existência de uma terceira categoria presente na articulação das diversas possibilidades de entrelaçamentos complexos entre as comunidades de vida e de destino, definidas por Bauman, que denomino, *comunidades de fronteiras*.

Estas comunidades se caracterizam pela possibilidade de apesar e além de “viverem juntas” (comunidades de vida), possuírem, dinamicamente em seu interior, “multicomunidades de destino”, ou seja, uma multiplicidade de comunidades que se articulam em diferentes esferas e “variedades de princípios e idéias”.

Assim, a comunidade de fronteira se situa naquilo que Homi Bhabha chama de *entre-lugares*, ou seja, nos espaços de vidas fronteiriças.

É por isso que o território dos entre-lugares, é o caminho do “fio da navalha”.

Precisamos romper com o sentimento das alteridades fixadas e assumirmos as perspectivas de nossas alteridades fluidas, sem perdermos a dimensão dos enfrentamentos políticos. Em determinados momentos, buscando a superação das condições de opressão e violências instituídas, devemos fixar nossos campos identitários, enquanto estratégia política de enfrentamento no processo de luta contra qualquer atitude totalitária. Mas, é preciso manter a lucidez, da necessidade de rompimento das barreiras entre o “nós” e os “outros”, em uma sociedade possível, como nos alerta Todorov.

É nisto, creio eu, que reside a preocupação central de Stuart Hall, quando ele assume a preferência pelo conceito de identificação, em detrimento ao de identidade, muito menos pela obrigatoriedade de defini-lo categoricamente, do que pelo reconhecimento do grau de complexidade presente. Assim Hall, busca situar a identificação na fronteira entre sujeitos e práticas discursivas.

Hall concorda com Foucault, quando diz: “o que nos falta, neste caso, não é ‘uma teoria do sujeito cognoscente’, mas ‘uma teoria da prática discursiva’”.(2000, p.105). Por outro lado, sublinha também, que a emergência deste “descentramento” não se traduz no deslocamento da centralidade do sujeito, e mesmo da razão, em detrimento da prática discursiva, mas na acentuação da exigência de uma “outra” reconceptualização do sujeito e da racionalidade dominante.

O conceito de ‘identificação’ acaba por ser um dos conceitos menos bem desenvolvidos da teoria social e cultural, quase tão arduo – embora preferível – quanto o de ‘identidade’. Ele não nos dá, certamente, nenhuma garantia contra as dificuldades conceituais que têm assolado o último.” (Hall, 2000, p.105).

A tarefa que temos em mãos, pode ser traduzida por um permanente cuidado com as armadilhas e atalhos, que podem nos levar a caminhos de aprimoramento das vias e territórios de preconceitos, discriminações e violências instituídas, porque, aquilo que reivindica “exclusividade” (identidade fixa), não pode incluir, pois o radical semântico do termo *exclusivo*, é o mesmo da palavra de *exclusão*.

NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIAIS E VIOLÊNCIA INSTITUÍDA.

“A diferença que existe entre preparar-se para devolver ao país o que se recebeu dele, trabalhando para acabar com a pobreza, e preparar-se para competir no mercado de trabalho é enorme. A competição não é, e n e m pode ser sadia, porque se constitui na negação do outro.” (Humberto Maturana)

O processo de modernização exigido aos países de terceiro mundo surge, na atualidade, caracterizado pela tentativa de instituição de um modelo econômico suficientemente forte para competir internacionalmente, que acaba por gerar, necessariamente, um processo de sucateamento econômico nos países periféricos.

A modernização a qualquer custo pode ser traduzida como a tentativa de superação de uma dada condição de “atraso”, em função de um modelo externo “ideal”, muitas vezes assumindo o significado de “progresso”.

A condição essencial do homem, aquela que promove a transformação do mundo em função da sua necessidade de compreender, interpretar e humanizar a natureza, é apropriada, na medida em que este (capital) relaciona de forma direta, progresso ao unicamente econômico. O conceito de desenvolvimento então se desvincula do significado da criação, da invenção (da necessidade, da descoberta), e se assume enquanto concorrência (maior produção, melhor produção e produção ao mais baixo custo).

Tudo isso é alimentado por um tipo de racionalidade científica e tecnológica que desfruta ainda de uma hegemonia que precisa ser crescentemente questionada. Preocupamos, por exemplo, as seguintes questões:

1. Como o discurso da organização científica do trabalho, pode esconder no seu interior, condições para ampliação dos mecanismos de violência e opressão humana?
2. O que esta lógica mercadológica tanto urbana quanto rural, em termos de violências físicas e simbólicas, de fato reservam para os países periféricos? Já que, mesmo na integração europeia, não seria a periferia que terminaria por ser depositária das altas contas desse processo unificador?
3. Por fim, quem realmente pagará a conta desse processo de modernização com ausência de democracia? Não estarão aí, as primeiras sementes da desigualdade e exclusão social geradoras dos altos índices de violências nos espaços da periferia das metrópoles?

O capital catalisa este ímpeto subjetivo e contamina o imaginário coletivo com um sentimento de obsessão pelo progresso e utiliza-se deste instrumento como fonte de lucro certo.

No subterrâneo dessa transformação cultural, científica e tecnológica, repousa, para Benjamin, uma revolução civilizatória sem precedentes, com a perspectiva de um novo patamar de relacionamento humano, pautado, em nossa opinião, nas dimensões de uma política de não-violência e de solidariedade humana enquanto alteridade, do legitimamente outro (Maturana).

Nos alerta Milton Santos (2000), que os contrastes do novo na produção cultural e de conhecimento na história, são, freqüentemente imperceptíveis. Sonhos e perversidades, empatias e apatias, estão encenando a trama concomitantemente. Entretanto, muitas vezes, perdemos a perspectiva da afirmação de nos colocarmos em uma posição que nos permita enxergarmos-nos no espelho de nossas memórias históricas, como aqueles que simplesmente compõem mais um entre os tantos fios da rede de complexidade humana e acabamos por cair naquilo que chamamos de Pessimismo Sociológico, tendo como um de seus desdobramentos imediatos, o aparecimento do fenômeno violência.

Nesse sentido, diversas formas de violência podem aqui ser ensejadas em uma potencialidade de barbarismo da civilização atual. Assim, Walter Benjamin, destaca a importância da memória na construção do conceito de civilização, não tanto pelo conhecimento que traz, mas pela intencionalidade da ação (experiência) que carrega.

Para Benjamin, é ao recuperarmos a narrativa como uma forma artesanal sensível de comunicação e, ao desvelarmos e superarmos a nossa pobreza de experiência, onde esta, na realidade, não é mais particular, mas de toda a humanidade, é que, em sua visão, faremos surgir uma nova barbárie.

“Barbárie? Sim. Respondemos afirmativamente para introduzir um novo conceito e positivo de barbárie... Em edifícios, quadros e narrativas a humanidade se prepara, se necessário, para sobreviver à cultura. E o que é mais importante: ela o faz rindo. Talvez esse riso tenha aqui e ali um som bárbaro”. (BENJAMIN: 115-19).

Essa é uma barbárie que impele a seguir em frente, a começar e a construir o novo, e que, fundamentalmente, não se recusa e nem tem vergonha de beber na fonte da sabedoria ancestral, presente nas mais diversas tradições.

Quando falamos de uma nova barbárie, nos referimos a uma outra linguagem que possa nos apontar caminhos na direção de um outro mundo, de uma outra racionalidade e política, de uma outra educação, enfim, uma barbárie que assuma a promessa de outras possibilidades civilizatórias.

Para Benjamin, o conceito de civilização e cultura está conjugado a noção de experiência e narração. Para ele, a cultura se dá nas fronteiras da relação hermenêutica das experiências humanas, entre uma geração passada e a presente, *“Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós”*. (id. Ibidem: 115).

Quando a experiência nos é subtraída, diz Benjamin, o sistema de valores culturais passa a ser constituído por uma mistura fraudulenta, um produto cultural falsificado, que nessa ausência (das memórias) assume, institucionalmente, um caráter alienador: *“A questão é: podem essas instituições ser adaptadas a uma concepção mais estruturada e lúcida?”* (id. Ibidem: 111).

É justamente, na ausência de lucidez dessas estruturas instituídas, que, para Walter Benjamin, reside a fonte de manifestação do caráter mais violento presente em uma sociedade, qual seja, a ausência de políticas de um “Estado Ampliado”, na medida em que sensível aos anseios sociais e populares, e fundamentado no respeito às diferenças, singularidades e justiça; enfim, a própria *Violência Instituída*.

Identificar as origens das diversas faces da violência, vislumbrando caminhos e propostas para sua superação, é uma tarefa que urge na pesquisa acadêmico-científica humana e social.

Walter Benjamin identifica que os avanços acelerados da produção tecnológica, associada à ganância dos interesses do capital, convergem para um mesmo objetivo: destituir o ser humano do sentimento de sujeito de seu próprio processo civilizatório, ao distanciar-nos das relações sensíveis e empáticas com nossas memórias, manifestando assim, seu lado institucional perverso.

A miséria e a massificação crescente, para Benjamin, são dois lados do mesmo processo de violência. O instituído tenta organizar as massas periféricas, que alcançaram um “não-lugar” social, sem transformar as relações sociais impostas pelo modo de produção vigente e, ele (instituído), vê sua sobrevivência no fato de conceder aos marginalizados, unicamente, a possibilidade de expressão de suas diferenças dentro de critérios “legais”, mas não certamente de reivindicação de seus direitos.

Assim, a constituição da cultura deve se apoiar no compartilhar de experiências, onde a tradição, ao ser ressignificada pelo presente em seus valores e signos, assume papel revolucionário, mediatizado pelo movimento narrativo.

Então, na medida em que as diversas possibilidades de vida de uma determinada comunidade passam a interagir e a dialogar, se estabelecem confluências diretas com o pensamento Benjaminiano, enquanto valores de memórias e narrações compartilhadas.

Podemos concluir então, através do conceito de cultura em Benjamin - traduzido como a relação de significados e significações, que não podem se dar a não ser pela tentativa de capturação e ressignificações dos sistemas de valores presentes nas memórias, pela via do diálogo -, que a possibilidade de destituição institucional deste processo dialógico, produz, necessariamente, um estado de violência, que ele vai chamar de: “estética da guerra”.

“Podemos agora tomar distância para avaliar o conjunto. Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um acréscimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do ‘atual’. A crise econômica está diante da porta, atrás dela está uma sombra, a próxima guerra”. (id. *Ibidem*: 119).

Esse vírus, que assola a humanidade, carrega consigo a sua própria contradição fundamental e acaba por gerar um impasse, quando leva, de forma cada vez mais acelerada, um grande contingente humano a homogeneizar-se com desigualdades crescentes.

O projeto de ocidentalização acelerada nos leva diretamente ao programa de desculturalização radical (novos valores precisam ser absorvidos) e o capital passa a propagar e a vender a “felicidade”, mas escondendo em suas entranhas a dor, a discriminação, o individualismo, a fome, a miséria e a guerra. Realiza, de forma cada vez mais acelerada, a condição efêmera do mundo do capital.

É nessa forma institucionalizada de violência tanto material quanto simbólica, que a violência assume, efetivamente, parte da política, manifestada, muitas vezes, em diferentes modelos de repressão e autoritarismo, declarados ou não.

Segundo Silva e Azevedo (2004), no que concerne às sociedades indígenas especificamente, podemos identificar que o processo de colonização, os projetos de educação escolar para os índios, bem como o proselitismo religioso, possuem origens idênticas e idades semelhantes.

Nesse sentido, quando falamos em violência, referimo-nos às condições institucionais de exclusão e opressão humanas e sociais, que desagregam trabalhos, culturas e sonhos, e a partir da qual podemos encontrar o nascedouro de outras formas de violências.

E é a esse movimento que buscamos nos contrapor, em plena consonância com Aracy Lopes da Silva e Luís Grupioni:

“Vivemos um período marcado por fortes referências temporais e históricas: já se vão mais de quinhentos anos desde o descobrimento da América e estamos no limiar do século XXI. Temos, atrás de nós, experiências acumuladas e, à nossa frente, projetos futuros a definir. O presente se define, pois, como momento de reavaliar e de reinterpretar o que fomos e o que pretendemos ser.” (2004: 16).

VIOLÊNCIA INSTITUÍDA E EDUCAÇÃO ESCOLAR GUARANI: SITUANDO E CONCLUINDO BREVEMENTE.

No litoral sul do estado do Rio de Janeiro, conhecido como região da *Costa Verde* e situada entre os municípios de Itacuruçá e Paraty, encontramos hoje, cinco aldeias de população Guarani, das quais duas são comunidades assentadas em um período mais longínquo e três bem mais recentes.

Dentre as comunidades mais tradicionais desta região, temos, a do distrito de Bracuhi, no município de Angra dos Reis, a Aldeia de Sapucaí e, mais ao sul, no município de Paraty, encontra-se a comunidade Guarani de Paraty-Mirin.

Desde o período da colonização portuguesa, boa parte desse ecossistema carioca, constituído de um belíssimo litoral e de uma cadeia de montanhas ricas em mata atlântica, ficou conhecido após o período do Brasil colônia, como a “região do caminho do ouro”.

Historicamente, a população indígena remanescente e anterior ao *caminho do ouro*, possui, paradoxalmente, uma memória de privações e ausências institucionais de políticas públicas, onde, principalmente, através do avanço voraz e desordenado da especulação imobiliária, atendendo aos interesses das camadas médias / altas da sociedade Fluminense - a partir da segunda metade do século XX e, particularmente, no período da ditadura militar chamado de “milagre econômico” -, levou ao estado de quase extinção da população indígena Guarani presente naquela região.

As condições de subemprego indígena para atendimento das demandas da classe média / alta, o alcoolismo, o consumo de drogas, a prostituição, a extinção de matéria prima para produção artesanal, os impactos ambientais que prejudicam as condições de produção agrícola Guarani, a alimentação precária, os baixos índices e condições de

saúde, assim como também, de educação, colocaram a referida população indígena em um patamar subumano de condições de vida.

No campo específico da educação indígena, as ações se complexificam, na medida em que se faz necessário por um lado, um maior aporte de financiamento para o provimento de uma infra-estrutura descente e adequada, e por outro, de materiais didáticos e para-didáticos bilíngües e específicos.

Hoje, a responsabilidade das políticas públicas em educação indígena não é identificada, como sendo efetiva, em alguma das instâncias governamentais, ou seja, tanto Municípios, Estados e Governo Federal, podem assumir a tarefa executora e financiadora dos desenvolvimentos locais indígenas. E como sabemos, nesse partilhar de responsabilidades, se temos tantos, acabamos não tendo nenhum.

Por outro lado, diversas ações instituintes nas áreas de educação, saúde e ambiente, dentre outras, a partir da primeira metade de 1990, vêm contribuindo efetivamente para a modificação desse cenário de exclusões e violências instituídas, tanto do ponto de vista prático quanto no campo da produção teórica, principalmente através dos seguintes projetos¹:

- Educação Bilíngüe (Guarani – Português) de Jovens e Adultos - Coordenado pela UFF, UERJ, UNIRIO e UFRJ;
- Educação artística e cestaria Guarani - Coordenado pela UERJ/UNIRIO;
- Formação de Agentes de Saúde Indígena - Coordenado pela FUNASA, FUNAI e demais universidades;
- Formação de Agentes Indígenas Etno-ambientais - Coordenado pela UFRuralRJ, com a colaboração UFF, UERJ e UNIRIO;
- Programa Tekhoa Guarani – Reconstituição da tradição cultural alimentar Guarani e a recuperação de suas sementes e mudas – Coordenado pela UFRuralRJ, com a colaboração UFF, UERJ e UNIRIO.

Assim, diante desse quadro pintado com pinceladas rápidas - que de forma alguma deve aqui ser banalizado, pois nos dizia Monet, que é através de pinceladas rápidas que captamos a transitoriedade, o processo de transformação, no tempo e no espaço – é que pretendo investigar as *violências instituídas* e os *movimentos instituintes em educação*, existentes e possíveis, nas aldeias indígenas Guarani do sul do Rio de Janeiro.

¹ Todas as ações na região contam com a promoção e o apoio financeiro, de infra-estrutura e de planejamento da FUNASA e da FUNAI. Contamos também com eventuais apoios das Prefeituras de Angra dos Reis e Paraty.

Bibliografia

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Obras Escolhidas, V. 1, 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Bhabha, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano : artes de fazer*. V. 1, 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar*. V. 2, 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CUCHE, Denys. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- DIEHL, Astor Antônio. *Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002.
- EAGLETON, Terry. *A Idéia de Cultura*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. *Fim dos Territórios ou Novas Territorialidades?* In: LOPES, Luiz Paulo da Moita; BASTOS, Liliana Cabral (orgs.) *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- GINSBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HALL, Stuart. *Quem precisa da Identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Obras Escolhidas. Tomo I. Lisboa: Edições Avante, 1982.
- MORIN, Edgar. *O Método 5. A Humanidade da Humanidade: a identidade humana*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SEMPRINI, Andréa. *Multiculturalismo*. Bauru: EDUSC, 1999.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros; a reflexão francesa sobre a diversidade humana 1*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. – *Violências nas Escolas*. Brasília: UNESCO, Inst. Ayrton Senna, UNAIDS, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

BARROS, A. M.; CASTRO, R. P. – *Ara Reko: memória e temporalidade Guarani*. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

BENJAMIN, W. - *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. - 7ª ed. - São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v.1).

BHABHA, H. K. – *O Local da Cultura* – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CERTEAU, M. - *A Invenção do Cotidiano: a arte do fazer*. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ELIAS, N. - *O Processo Civilizador*. Volume 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

FREIRE, J. R. B. – *Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro*. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995,

FREIRE, J. R. B.; ROSA, M. C. Orgs. – *Línguas Gerais: política lingüística na América do Sul no Período Colonial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

FREIRE, J. R. B. – *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Atlântica, 2004.

HALL, S. - *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo horizonte: Ed. UFMG/Humanitas, 2003.

MONTEIRO, Aloisio J. J. – *Violência ou Valores na Educação? A Política de Mahatma Gandhi e as experiências instituintes da Brahma Kumaris*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2004.

_____ – *Caminhos da Liberdade: uma perspectiva educacional do Oriente-Occidente*. In: Linhares, C.; Leal, M. C (orgs.). *Formação de Professores: uma crítica à razão e à política hegemônicas*, Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (Orgs.) – *A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4ª ed. São Paulo: Global; Brasília; MEC: MARI: UNESCO, 2004.

SILVA, M. F.; AZEVADO, M. M. – *Pensando as Escolas dos Povos Indígenas no Brasil: o movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre*. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (orgs.) – *A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4ª ed. São Paulo: Global; Brasília; MEC: MARI: UNESCO, 2004.

SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (orgs). – *Práticas Pedagógicas na Escola Indígena*. São Paulo: Global, 2001.

Resumo

A presente comunicação tem por objetivo, de forma breve e introdutória, sugerir algumas considerações que possam, de algum modo, contribuir para uma reflexão sobre as relações entre mídia e violência, em particular no âmbito da arte seqüencial ou histórias em quadrinhos (um dos gêneros de massa mais populares a partir do século XX) e da animação. O ato de registrar – e registrar-se – através do desenho revela em sua gênese uma relação ontológica entre homem e imagem; a um tempo índice de presença e de consciência, constitui-se no exercício humano da narrativa de seus mundos exteriores e interiores. Deste exercício fabulatório surge, dentre outras formas visuais (pintura, cinema, fotografia), a arte seqüencial: “..importante ferramenta na construção do imaginário coletivo dos povos ocidentais e orientais” (PATATI). Embora precursoras da linguagem cinematográfica, a arte seqüencial e a animação só mais recentemente passaram a ser consideradas, de modo ainda relativamente restrito, merecedoras de reflexão acadêmica. Ao incorporar ao seu universo temático e estético variados aspectos do comportamento social, seja de maneira realista ou caricatural, os quadrinhos e a animação, bem como mais recentemente os *games*, têm sido objeto de atenção quanto à sua possível influência na formação da personalidade de seu público.

Artigo

Há um consenso por parte da maioria dos historiadores em localizar o surgimento das histórias em quadrinhos a partir da publicação nos Estados Unidos de *The Yellow Kid*, no ano de 1895.¹ Tal marco tem por referência, sobretudo para os europeus, a síntese das características que definem, de forma completa, o gênero dos quadrinhos como o reconhecemos.

1 - Segundo Moya (2003, p. 110) os Franceses consideram o ano de 1896, a partir do qual *The Yellow Kid* passou a ser colorido e principalmente empregar os balões, entre outros elementos que marcaram a transformação das “histórias ilustradas” em “histórias em quadrinhos”.

Contudo, outros consideram as histórias de Rudolph Töpffer, batizadas de “literatura em estampas” (publicadas na Europa em 1827, e nos EUA em 1840) o início dos quadrinhos. Nelas já coexistem o texto e a imagem em seqüência, de modo complementar para a construção da narrativa, cuja originalidade foi apontada por Goethe¹ ao descrever o trabalho de Töpffer como algo distinto da literatura e do desenho, cujo sentido depende da leitura de ambos simultaneamente.

Embora seja em *The Yellow Kids* que se dê a configuração da linguagem dos quadrinhos, é importante ressaltar que a publicação das estampas de Töpffer nos Estados Unidos em 1840 produziu, de modo embrionário, elementos para o surgimento dos quadrinhos naquele país. Mais tarde, o desenvolvimento da imprensa possibilitou a eclosão dos quadrinhos como maior gênero de massa do início do século XX.²

A busca das origens da animação nos remete ao ilusionismo, aos espetáculos de magia do século XVII, ou, mais remotamente, às cavernas do Paleolítico:

À medida que o observador se locomove nas trevas da caverna, a luz de sua tênue lanterna ilumina e obscurece parte dos desenhos: algumas linhas se sobressaem, suas cores são realçadas pela luz, ao passo que outras desaparecem nas sombras. [...] os artistas do Paleolítico [...] construíam imagens que parecem se mover, ou ainda podiam desaparecer e reaparecer. (MACHADO, 2005, p. 13).

A projeção de imagens teve seu início com o teatro de sombras³. A lanterna mágica, objeto precursor dos projetores, marcou a “primeira viagem da imagem”, a libertação da mesma de seu suporte físico. Os vários “brinquedos óticos” (dispositivos ótico-mecânicos) que a sucederam materializaram o desejo do domínio da imagem e do movimento. Os objetos surgidos no século XIX buscavam explorar tecnologias para dar movimento, dar “ânima”⁴ às imagens, em consonância com o devaneio de movimento que se materializou nas várias invenções do século. O mundo “põe-se em movimento” (máquinas a vapor, o automóvel, o trem etc.).

Émile Reynaud criou em 1888 o Teatro Ótico, invenção que reunia todos os principais elementos constituintes do cinema: a tela, a platéia, o “filme” - uma tira perfurada com desenhos feitos a mão e coloridos e um aparato ótico de projeção de imagens, acompanhados de música ao vivo. O Teatro Ótico foi regularmente apresentado por Reynaud no período de 1892 a 1900. Esse sistema de projeção pública faz de Reynaud o inventor do espetáculo cinematográfico como o conhecemos. Entretanto, todos os elementos encontravam-se reunidos, menos um: a fotografia – detentora, naquele contexto, do *status* de “realidade”.

“A invenção da fotografia, [...] atualizou o sonho de reprodução da realidade[...].” (COSTA, 2005, p. 31). Deste modo, somente a partir da inclusão da fotografia no espetáculo é que o cinema será considerado historicamente inaugurado. A invenção do Cinematógrafo

1 - O qual, por este fato, tornou-se o primeiro crítico de quadrinhos. (Id., 1986, p. 11).

2 - “No início do século XX o cinema, o teatro, a TV, não eram de produção e alcance sequer comparáveis aos dos quadrinhos”. (PATATI, 2006, p. 16).

3 - Espetáculo de origem chinesa onde mãos e silhuetas se movimentam à frente de uma fonte de luz.

4 - Do latim *anima*, alma.

pelos Irmãos Lumière em 1895 será assim esse marco. Esse fato é bastante contestável, uma vez que os irmãos Skladanowsky, na Alemanha, assim como Jean Acme Leroy, nos Estados Unidos, já realizavam, segundo Sadoul e Deslandes (apud MACHADO, 2005), projeções públicas de cinema muito antes dos Lumière.

Embora precursoras da linguagem cinematográfica, a arte seqüencial e a animação só mais recentemente passaram a ser consideradas, de modo ainda relativamente restrito, merecedoras de reflexão acadêmica, ao contrário do espaço de discussão ocupado pelo cinema. Para Eisner, essa ausência dos quadrinhos do ambiente acadêmico (à qual acrescentaremos a da animação) tem relação com o uso e a temática dos mesmos. Ele credita tanto ao profissional quanto ao crítico essa responsabilidade - se de um lado uma maior atenção por parte da crítica acadêmica seria favorável ao crescimento literário do gênero, assinala que: “a menos que os quadrinhos se ocupem de temas de maior importância, como podem esperar por um exame intelectual sério?” (EISNER, 1999, p. 5). McCloud (2005, p. 6) igualmente observa esta incipiente presença dos quadrinhos na pauta acadêmica: “Numa ocasião ou outra, todas as grandes mídias têm recebido exame crítico... em e sobre si mesmas. Para os quadrinhos essa atenção tem sido rara”. O autor vincula esse pouco interesse a uma falta de conhecimento específico, para a qual propõe, a partir da busca de uma definição mais consistente, um esforço para “invalidar os estereótipos” de “material infantil, com desenhos ruins, barato e descartável” (Ibid, p. 3).

Contudo, segundo Barbosa, o avanço das ciências da comunicação e dos estudos culturais, sobretudo nas últimas décadas do século XX, permitiu uma abordagem dos meios de comunicação a partir de suas especificidades, buscando um melhor entendimento de seu papel social. Com efeito, “[...] também as histórias em quadrinhos passaram a ter um novo *status*, recebendo um pouco mais de atenção das elites intelectuais [...]” (BARBOSA, 2004, p. 17), sobre o que Vergueiro destaca a ousadia dos intelectuais europeus nessa redescoberta dos quadrinhos. (LUYTEN, 2005).

Por vários motivos, que serão analisados mais adiante, os quadrinhos e a animação, ao contrário de outras mídias, de modo geral ainda são percebidos como “coisa de criança”, enquanto a TV, o cinema e o teatro não sofrem o problema da estigmatização de faixa de público. Cabe observar que no caso das demais mídias audiovisuais e literárias não há, de fato, uma percepção como sendo mídias de uma ou outra faixa etária. Há um entendimento por parte do público de que a TV e o cinema, por exemplo, são produzidos, de modo segmentado tendo, entre outros parâmetros, temática e faixas etárias distintas. Não vemos, de fato, essas mídias como “coisa de criança” ou “coisa de adulto”.

No caso da animação e dos quadrinhos, com raras exceções, predomina a noção de serem de interesse apenas do público infanto-juvenil. Este problema não se restringirá ao público comum, como já mencionado, o público acadêmico frequenta o teatro e o cinema, além do natural convívio com a literatura, mas, quantos, de fato, incluem os quadrinhos e a animação em sua pauta de interesses?

Assim sendo, entendemos que uma análise dos quadrinhos e da animação, qualquer que seja a abordagem, deva ter como condição irrefutável não constituir-se em um juízo de valor que generalize a forma pelo conteúdo. McCloud (2005, p. 5) propõe, a este

respeito, um exame mais minucioso que possa esclarecer as características constituintes dos quadrinhos, buscando uma definição estritamente neutra quanto ao “estilo, qualidade ou assunto”.

Em resumo, torna-se necessária uma melhor compreensão da diferenciação entre forma (gênero) e conteúdo (temática); esse deve ser o primeiro passo na direção de uma análise mais consistente desses meios.

É possível identificar na origem do distanciamento e mesmo, em alguns casos, incipiente conhecimento acerca desses meios, fatores de ordem histórica, cultural e metodológica, que, de forma cristalizada, produziram estereótipos, pré-conceituações e simplificações.

Alguns desses fatores possuem relação com um momento histórico iniciado na década de 1940, e que atingiu seu clímax no ano de 1954, por ocasião da publicação nos Estados Unidos do livro *Seduction of the innocent*, do psiquiatra Fredric Wertham, no qual o autor defendia a tese de que os quadrinhos eram a principal causa da violência e da delinqüência infanto-juvenis. Nele, Wertham relata em detalhes casos de pacientes que protagonizaram atos de violência por influência do conteúdo das revistas em quadrinhos, denunciando-as como “uma grande ameaça à juventude norte-americana”. (BARBOSA, 2004, p. 11).

Os argumentos “científicos” de Wertham produziram um efeito de pânico entre pais e educadores, que teve na mídia o apoio necessário para a criação de um estado de paranóia, protagonizado pela queima de revistas em espaço público, ameaças a jornaleros, artistas e distribuidores, e até interrogatórios no senado americano, transmitidos ao vivo pela TV. Em meio a este cenário a lembrança de Fahrenheit 451¹ nos parece pertinente como exemplo de um olhar da ficção sobre o real que tensiona os limites de um e outro.

Vejamos alguns fatos que antecederam esse momento. Após seu engajamento no combate ao inimigo durante a Segunda Guerra Mundial, os super-heróis perderam espaço no pós-guerra, abrindo a possibilidade de uma maior diversidade de gêneros dentro dos quadrinhos.

No início dos anos 50 a EC Comics passou a produzir quadrinhos de ficção e terror, renovando o meio com os títulos, segundo Patati (2005, p. 22) “mais cuidadosamente produzidos da década inteira”, numa aproximação com a literatura, inclusive com adaptações de autores ficcionais como Ray Bradbury e Edgar Allan Poe, entre outros.

1 - Famoso romance de ficção científica escrito por Ray Bradbury, que apresenta um futuro no qual todos os livros são proibidos e queimados em público.

As revistas policiais e de terror da EC Comics, (que se tornaria a maior editora de quadrinhos da época), fizeram enorme sucesso, apresentando temas como Máfia, Ku Klux Klan e corrupção policial. Suas páginas incluíram até a ousada representação de um astronauta negro, algo bastante incômodo para os padrões moralistas e conservadores do pós-guerra nos Estados Unidos.

De modo generalizado, Wertham atacou o comportamento de personagens que, segundo ele, produziam péssimos exemplos, como no caso de Batman e Robin, que representariam um incentivo ao comportamento homossexual. A Mulher-Maravilha, criada pelo psicólogo William Moulton Marston com o intuito de representar o feminismo e o pacifismo (FEIJÓ, 1997), foi acusada de lesbianismo e sadomasoquismo, além de apresentar um comportamento independente e combater vilões do sexo masculino, o que poderia influenciar negativamente as meninas quanto ao papel social da mulher.

Essa campanha contra os quadrinhos apresenta-se como o corolário, no plano cultural, de um discurso legitimador do conservadorismo ascendente nos Estados Unidos após a Segunda Guerra, que teve como consequência a criação do *Comics Code Authority* (Código de Ética dos Quadrinhos), responsável pela banalização e infantilização do conteúdo dos quadrinhos e animações da época. As palavras horror, terror, crime, bem como alusões ao sexo e à corrupção foram terminantemente proibidas, entre outras determinações.

Frank Miller¹, ao prefaciá-la obra-prima em quadrinhos de Kazuo Koike e Goseki Kojima (Lobo Solitário), nos fala dessa autocensura das editoras da época:

“Essa abjeta rendição às forças de supressão é a principal razão pela qual as revistas em quadrinhos se tornaram tão sem sentido e pasteurizadas quanto os desenhos animados da televisão. Foram necessárias mais do que três décadas e o advento de novos leitores, artistas e editores para tornar possível o recente e dramático progresso no desenvolvimento desta forma de arte vital [...]” (LOBO SOLITÁRIO, 1989)

A cruzada anti-quadrinhos de Wertham insere-se num contexto sócio-político maior, cujo paradigma será o período conhecido como macarthismo, durante o qual o senador Joseph McCarthy protagonizou uma luta contra o comunismo que teve como consequência, no plano cultural, uma “caça às bruxas”, um clima de delação, onde “listas negras” e falsos testemunhos baniram do cenário artístico “as mentes mais brilhantes e criativas do nosso meio.”(MILLER, loc. cit.)

O medo da Guerra Fria surgiu num momento de grande crescimento da comunicação de massa: a expansão do cinema e do rádio, aos quais somou-se a televisão, além da modernização da imprensa. Esse crescimento da mídia foi percebido como uma potencial ameaça aos valores morais e cristãos da sociedade da época. (GONÇALO JUNIOR, 2004).

1 - Um dos autores mais importantes dos quadrinhos na atualidade.

2 - Segundo alguns historiadores, Disney colaborou com o *Establishment*, fornecendo listas de animadores suspeitos de atividades anti-americanas.

Este foi um cenário propício para a construção de um clima de desconfiança e perseguição contra o cinema, a literatura, o teatro, os quadrinhos e a animação, onde, nem mesmo Disney escapara da censura aos seus personagens.²

É necessário um melhor entendimento dos problemas metodológicos associados à prática de Wertham, e que, mesmo distantes do contexto conturbado daquele momento, persistem, quanto ao seu aspecto causal, em algumas abordagens atuais sobre o tema.

A despeito dos reais interesses políticos por trás da condenação dos *comics*, o psiquiatra acreditava de fato, nos malefícios dos quadrinhos. Jones (2004, p.334) explica a interpretação equivocada de Wertham sobre as idéias de Adorno (de quem foi amigo pessoal): “Começou a ver os produtos da ‘indústria cultural’ como elemento integrante da vida dos criminosos violentos que estudava [...]”.

Sua argumentação recorrente era a da culpa por associação, que buscava uma relação causal direta entre os quadrinhos e ocorrências de violência, sob a simplória alegação de que muitos menores delinquentes eram leitores de quadrinhos, um caso, segundo Teixeira (A INDÚSTRIA..., 2003, p. 37), de “*post hoc, ergo propter hoc*”,¹ uma causalidade, via de regra, redutiva e simplificadora da complexidade inerente ao problema. Sobre este artifício, vejamos o comentário bem humorado de Stan Lee:²

Para mim, Wertham era um fanático, puro e simples! Eu costumava debater com ele. [...] Uma vez, ele clamou ter feito uma pesquisa que provava que a maioria dos garotos em reformatórios eram assíduos leitores de gibis. Então, eu respondi: ‘Se você fizer outra pesquisa, vai descobrir que todos os jovens que bebem leite são assíduos leitores de gibis. (apud GUEDES, 2004, p. 46).

As conclusões de Wertham ignoravam quaisquer outros fatores, fossem eles psiquiátricos ou mesmo de natureza social, e, nem mesmo as críticas de outros psiquiatras quanto à validade científica de seus métodos, que afirmavam ser a posição de Wertham contrária à grande parte do pensamento psiquiátrico da época, foram capazes de evitar o efeito paranóico produzido na sociedade americana e em outros países como o Brasil.³

MANGÁS E ANIMES

No presente momento, em que a polêmica acerca das mídias e a violência se atualiza, em particular pela presença mundial dos *mass media* da indústria japonesa (mangá e anime), um aspecto se destaca em meio à lógica globalizante, e que produz dificuldades para uma análise mais aprofundada: as diferenças culturais.

1 - Expressão latina cujo significado é “aconteceu após um fato, logo foi por ele causado”. (A INDÚSTRIA DOS QUADRINHOS, 2003, p. 37).

2 - Um dos nomes mais importantes da história dos quadrinhos.

3 - Sobre a repercussão da campanha contra os quadrinhos no Brasil, é interessante a leitura de “A Guerra dos Gibis”, de Gonçalves Junior (2004).

A imagem do Japão (em sua reconstrução no pós-guerra) revela um país ocidentalizado em sua forma, mas que guarda aspectos profundos e peculiares de sua milenaridade.

Essa revelação de um novo Japão se dará através de seus principais produtos de comunicação: o mangá e o anime. Em seu processo de reconstrução, o país absorveu rapidamente valores da cultura pop americana¹, os quais “metabolizou”, criando valores próprios, inseridos em sua indústria de massa que, a partir da segunda metade do século XX, revelará, via televisão, novos elementos, não menos estranhos ao modo de ver ocidental - monstros, robôs, mutantes, aberrações, terror, erotismo, e elementos escatológicos figuram entre os principais componentes da estética japonesa, cujo imaginário se revela indelevelmente impactado pelos horrores da guerra, que teve nos ataques a Hiroshima e Nagasaki, o marco da perda de uma inocência do mundo, numa exibição das possibilidades da energia em seu potencial destrutivo.

Os traços próprios da cultura nipônica, associados ao gosto pelo grotesco, fazem com que, por vezes, o ocidente tenha dificuldade em compreender o contexto e o significado de suas narrativas. Tais dificuldades produzem, no plano mercadológico, adaptações que, em alguns casos, comprometem sua qualidade original.²

As origens dos quadrinhos japoneses possivelmente remontam ao século XI, passando por várias formas e suportes, até o desenvolvimento de desenhos em seqüência, na obra de Katsuhika Hokusai, que, em 1814 apresentara pela primeira vez o termo mangá.(MOLINÉ, 2005). A partir da segunda metade do século XX o mangá teve seu grande desenvolvimento, tendo como marco a obra de Osamu Tezuka.

A produção japonesa atual apresenta uma grande diversidade temática que inclui gêneros infantis e adultos dos mais variados tipos: fantasia, ficção científica, policial, shojo mangá (específico para o público feminino), histórico, esportes, humor, erotismo e outros, o que caracteriza sua produção como extremamente segmentada, visando um amplo espectro de público.

Assim como ocorreu com a produção de outros países, os quadrinhos japoneses foram alvo de desconfiança e censura. Segundo Moliné (2005), isso se deu em dois momentos, de modo mais leve nos anos 60 e depois no início dos anos 90, onde a pressão se concentrou, a princípio, mais sobre os quadrinhos adultos, mas logo se estendeu às publicações em geral.

1 - “A cultura pop é um poderoso reflexo da sociedade na qual vivemos e não se restringe somente ao aspecto estético, mas desempenha um papel importante atingindo da mesma maneira todas as pessoas em um sentido cultural mais amplo”. (LUYTEN, 2005, p. 7).

2 - Para um maior aprofundamento sobre o problema, sugiro a leitura do capítulo “A ‘Ocidentalização’ de um Mangá: adulteração ou necessidade?” de Moliné (2005).

3 - “[...] ; termo com o qual é designada uma pessoa entusiasta do mangá e/ou anime. Na realidade, é um vocábulo pejorativo, que chegou a ser equiparado com os anglófonos *freak* ou *nerd*, designando o fanático obcecado, embora entre os fãs ocidentais tenha perdido essa conotação negativa”. (MOLINÉ, 2005, p. 218).

4 - “[...]Equivalente japonês do termo anglo-saxão fanzine ou revista feita por aficionados”. (Ibid., p. 217).

Em 1989 ocorreu um fato que produziu uma onda de movimentos de pais e educadores contra os mangás e os animes. O jovem Tsutomu Miyazaki, estuprou e assassinou três meninas. Miyazaki era um Otaku³, foram encontrados em sua residência 5700 vídeos, e muitos mangás e animes de conteúdo pornográfico, além da descoberta do fato dele ter participado como colaborador em publicações dōjinshi⁴. A obsessão por mangás e animes, própria do comportamento dos otaku se transformou assim em objeto de discussão e motivo de censura a esses meios de expressão.

A exemplo do ocorrido com os quadrinhos nos Estados Unidos, na França, na Espanha e no Brasil, entre outros países, os editores japoneses foram obrigados a adotar um código de ética, na tentativa de reverter a situação de pressão contra suas publicações.

Mais uma vez o que chama atenção neste, como em outros casos, é a condenação do meio a partir do estabelecimento de uma relação causal, sem se considerar que, no caso policial que motivou a repressão dos mangás e animes, possivelmente o assassino apresente uma complexidade comportamental cuja obsessão por esses meios seja não mais que o invólucro indicial de aspectos sociais ou psicopatológicos do indivíduo, não inerentes ao estereótipo de um otaku.

A ESTETIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Como vimos até aqui, por vezes, em épocas e países distintos, os meios em questão foram (e são) objeto de polêmica em relação à sua influência no comportamento do público, e, em várias dessas ocasiões, observados a partir do pressuposto de serem esses meios de expressão causadores de violência nos indivíduos.

Consideramos inadequado estabelecer, *a priori*, um papel de causa. Ter como indagação a simples afirmação ou não de uma causa é desconsiderar a complexidade do fenômeno, é reduzi-lo à simplicidade de causa e efeito.

A tentativa de abordar a violência nos quadrinhos e na animação para além da causalidade recorrente nos coloca, portanto, diante de nossa segunda pergunta-chave:

- O que a presença da violência nesses meios significa?

Neste deslocamento da causa para o sentido, do “quem” para o “que”, nos deparamos com o processo crescente da estetização da violência.

Sobre este fato, Martuccelli (1999, p. 157-158) aponta “[...] mudanças identificáveis nas significações da violência contemporânea”, e afirma que a mesma “se desfaz progressivamente de toda significação ‘positiva’ no seio da modernidade”. Para o autor, a violência assim destituída de sua legitimidade histórica como “expressão da luta de classes” revela-se aos olhos contemporâneos “ao mesmo tempo ‘ilegível’ socialmente e ‘sobre-representada’ virtualmente”. Esta sobre-representação da violência nos faz pensar na presença da mesma nas mídias como um valor indicial, um sintoma do deslocamento

de sentido, produzido na transposição de uma experiência real para uma experiência estética.

Surge então uma defasagem entre a violência real, material, cuja “fisionomia” não é mais possível ser reconhecida e sua presença crescente no plano virtual, potencialmente ampliada pela hegemonia da informação.

Essa presença massiva da informação, da inflação de imagens, denunciada por Debord em “Sociedade do Espetáculo”, produz, segundo o autor, uma falsa experiência do mundo, uma passividade dos indivíduos diante das imagens. Sobre este indivíduo afirma Debord (1997, p. 24): “[...] quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo [...]”

Sobre este “viver nas imagens”, em detrimento do viver no real, Martuccelli (1999, p. 161) conclui: “[...] nossa relação com o mundo é cada vez mais mediatizada pelo uso de símbolos e a ação se reduz à circulação e atualização de códigos [...]”.

Essa relação mediatizada com o mundo nos faz pensar a violência estetizada como um esvaziamento dos valores intrínsecos ao ato, e, em contrapartida, a supervalorização de sua significação como imagem. Ao prescindir do real, essa prática estetizante abre a possibilidade do entretenimento, da violência sem o violento, da violência fantasiada.

Sendo assim, como ficam os indivíduos que ainda não possuem uma maturidade que lhes permita diferenciar esses limites entre o estetizado e o real? Não nos parece, pelo menos em primeira instância, que deva caber exclusivamente às mídias a tarefa de estabelecer tais critérios. A questão principal é orientar a criança e o adolescente a separar a realidade da ficção e esta é uma tarefa que não deve prescindir da participação dos pais, professores e educadores.

CONCLUSÃO

A abordagem da questão da violência, quando esta se apresenta como temática presente na arte seqüencial e na animação, confirma-se como tema cíclico e recorrente ao longo da história desses meios de expressão. As incursões neste terreno, quando carecidas de intimidade com essas formas narrativas, tendem a reeditar alguns problemas que dificultam uma apreciação que contemple, de forma mais aprofundada e consistente, as especificidades desses meios. Esses problemas têm sua origem em grandes equívocos históricos e limites culturais, aliados, em alguns casos, a uma metodologia demasiado preocupada com as causas.

O modelo causal apresenta-se como uma prática de superfície fechada em si mesma, que pouco contribui para um entendimento da violência, sobretudo quando esta se torna ela mesma um código. Deste modo, entendemos que as mídias aqui abordadas (os quadrinhos e a animação), ao incorporarem ao seu repertório a estetização da violência, se apresentam como meios - na assepsia do termo; isto é, ambientes onde é possível percebermos o fenômeno em curso desta estetização. Portanto, insistir numa causalidade

simplista e estéril é desconsiderar o campo fértil e complexo, que se revela a partir do entendimento da violência como símbolo, como valor estetizado no contemporâneo.

Baseado nisso, sugerimos como posicionamento para uma análise criteriosa do problema da violência, quando manifesta nos meios aqui abordados, a substituição da pergunta: “Os quadrinhos e a animação causam violência?”, pela indagação: “O que a presença da violência nesses meios, significa?”.

Bibliografia

BARBOSA, Alexandre. (Org.) *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.

BARBOSA JUNIOR, Alberto Lucena. *Arte da animação: técnica e estética através da história*. São Paulo: Editora Senac, 2002.

COSTA, Flávia Cesarino. *O primeiro cinema: espetáculo, narração, domesticação*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

EISNER, Will. *Quadrinhos e arte seqüencial*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FEIJÓ, Mário. *Quadrinhos em ação: um século de história*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

GUEDES, Roberto. *Quando surgem os super-heróis*. São Paulo: Opera Graphica Editora, 2004.

JUNIOR, Gonçalo. *A guerra dos gibis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

JONES, Gerard. *Homens do amanhã: geeks, gângsters e o nascimento dos gibis*. São Paulo: Conrad Editora, 2006.

LOBO SOLITÁRIO, São Paulo: Cedibra Editora Brasileira Ltda, 1989. nº 8

LUYTEN, Sonia M. Bibe. (Org.) *Cultura pop japonesa* São Paulo: Editora Hedra Ltda, 2005.

MACHADO, Arlindo. *Pré-cinemas e pós-cinemas*. Campinas: Papyrus, 2005.

MARTUCCELLI, Danilo. *Reflexões sobre a violência na condição moderna*. Tempo Social; Rev. Social. São Paulo: USP, 1999.

McCLOUD, Scott. *Desvendando os quadrinhos*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2005.

MOLINÉ, Alfons. *O grande livro dos mangás*. São Paulo: Editora JBC, 2006.

MOYA, Álvaro. *Vapt vupt*. São Paulo: Clemente & Gramani Editora, 2003.

Resumo

Com a globalização, estabeleceu-se o confronto de valores opostos, relativizando os conceitos de certo e errado, trazendo graves conseqüências éticas e morais. Ética é a maneira individual pela qual cada um internaliza os valores morais da sociedade a que pertence e atualmente está em crise, acarretando uma sociedade cada vez mais violenta. Nos lares, a crise na família leva à violência até o assassinato de criança, como a Isabela, para não falar na violência doméstica com maridos surrando suas esposas. As cidades não oferecem segurança e os estupros se multiplicam indo até à morte e ao assassinato. No Estado, a crise se revela como corrupção e impunidade e, por mais que a mídia enfoque o problema, parece que estamos longe de acabar com ele, quer em nosso país, ou no exterior. Na religião, o escândalo dos padres pedófilos mostrou que nem a casa de Deus está livre do problema, ao contrário é campo para sua expansão. Entre as nações, as guerras, que no século XX tornaram-se mundiais, continuam a lançar nações contra nações, sendo palco de matanças e destruição. Aí estão o Afeganistão, a rivalidade entre palestinos e israelenses, a guerra do Iraque para lembrar diariamente da eliminação que essas lutas acarretam. A mídia, como um alter-ego da sociedade, anuncia o problema, mas, por outro lado, seu efeito como notícia pode contribuir para o aumento do problema como também os videogames, o esporte, a Internet, etc. A revolução para acabar com o problema tem que começar em cada um de nós, pois só seres pacíficos formarão sociedades pacíficas e só sociedades pacíficas contribuirão para um mundo pacífico.

Artigo

I – A VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE ATUAL. A CRISE DE VALORES. ÉTICA E MORAL.

A sociedade ocidental, na atualidade, vem-se caracterizando por uma grande crise dos valores morais, acarretando problemas éticos de graves conseqüências.

Mas o que vêm a ser ética e moral? Ambas, etimologicamente, correspondem a usos ou costumes (ética, do grego, *ethos*, e moral, do latim, *mos=moris*). No entanto, a ética, quer como parte da filosofia (entre os gregos antigos), quer como ciência, é o estudo, a teoria da moral, e seu interesse maior é distinguir o bem e o mal.

Na prática, a ética é a atitude que cada pessoa toma em face da moral – o que Nietzsche considerava o “como agir”, em determinada situação, em face de uma ou mais pessoas, em uma sociedade, enfim. A condição necessária para caracterizar o comportamento ético do ser humano é que suas atitudes sejam adotadas de forma livre e consciente, sem coerções internas (compulsões, impulsos etc) ou externas (pressões, coerções, etc).

Ora, com a disseminação dos meios de comunicação (todo tipo de mídia – TV, jornais, cinema, videogames, etc) somada à globalização resultante, tornou-se evidente o choque de valores: o que numa sociedade é tabu e proibido, noutra é livre-escolha do indivíduo e a pessoa se pergunta – até certo ponto desnorteada – quem está com a razão, o que é o certo e o errado. Esta questão é um passo para a liberação de impulsos violentos, já que mesmo a noção de um Deus bom e justo vem sendo questionada com o recrudescimento inclusive do ateísmo.

Desse modo, a violência em todos os setores – na família, no trabalho, até mesmo na Igreja – vem aumentando, chegando a ponto de se organizar em rígidas hierarquias, como a Máfia, a “Cosa Nostra”, por exemplo.

É claro que o problema não surgiu da noite para o dia e foi afetando nossas instituições, uma a uma.

II – CRISE E VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA

Com a urbanização e o surgimento de metrópoles – como Rio e S. Paulo, aqui no Brasil – a família tradicional que reunia todos os seus membros – diretos e colaterais – em torno da figura do chefe se dissolveu, multiplicando-se em pequenas unidades: pai, mãe e filhos, que tão logo atingiam a idade adulta, se afastavam do lar, motivados por estudos, trabalho, ou pelo desejo de morar com pessoas da própria idade ou até sozinha.

Paralelamente, a distinção de gêneros foi bastante atenuada, com a mulher não mais mãe e dona de casa, mas competindo com os homens em empregos e posições públicas que parcialmente alteraram o sentido de sua feminilidade.

Em termos junguianos, assiste-se a uma preponderância do *animus* (o lado masculino da mulher) e a aberturas manifestações da *anima* (o lado feminino do homem), chegando ao homossexualismo, com uniões consagradas em certos países.

Com pai e mãe trabalhando fora e, nem sempre assistidas por uma escola de tempo integral, as crianças passam cada vez mais tempo diante da TV ou do computador, livres na escolha de seus programas e sem discernimento para distinguir a ficção da realidade.

Num seriado a que assisti, um filme enfocou um garoto de 14 anos que estuprou 4 meninas e 1 menino, por ter visto a cena e julgado que as vítimas teriam gostado da situação.

Na verdade, fica cada vez mais difícil distinguir o certo do errado e nem sempre os pais dão o bom exemplo. Em nosso país, criou-se até uma lei – *Maria da Penha* – para punir maridos agressores que batem em suas mulheres.

Ao lado da violência doméstica, o tema do estupro de mulheres nas ruas ocupa grande parte da temática de filmes e seriados, quando a mídia tem a oportunidade de denunciar o lado violento da sociedade. Nosso país vem assistindo, estupefato e arrasado, as notícias sobre o assassinato de bebês, como Isabela e outra, em que o pai, a madrasta e até a mãe são réus confessos do terrível delito. Chegamos a esse ponto: de matar crianças – onde vamos parar?

O cerne do problema parece ser a perda da dignidade humana, de que todos nós, criaturas de Deus (independentemente de nossa crença religiosa) temos a partícula divina, pelo que todos devemos ser respeitados. Ao lado disso, perdeu-se a noção de limite – as pessoas julgam que podem tudo, o que vem a ser o resultado de um país onde imperam a corrupção e a impunidade. Passemos, assim, ao próximo tópico.

III – A CRISE NO ESTADO: CORRUPÇÃO E IMPUNIDADE

Há dois anos, fomos surpreendidos com a crise do mensalão – suborno recebido por políticos para beneficiarem certas empresas em acordos a serem aprovados. A questão da corrupção é humana e ocorre em vários países, mas o que distingue o Brasil é a impunidade.

O Estado, sendo a nação politicamente organizada, detém a exclusividade na organização e aplicação das leis: o monopólio do aparato policial e de tudo o que se refere ao Direito, quer civil, quer penal. Com todo este poder, muitas vezes, seus representantes (desde o nível municipal, estadual e federal – por ser o Brasil uma república federativa e não unitária) se sentem acima da Lei, a mesma Lei que eles elaboram e aprovam.

Nem sempre os acordos entre maioria e minoria obedecem ao bem comum, mas privilegiam grupos e interesses ilegítimos, prejudicando a maioria que, assim, deixa de estar representada.

Por outro lado, a imprensa cumpre seu papel, dando testemunho das negociatas hediondas e imorais, mas a necessidade de trazer sempre novidades, no dia a dia da nação, faz com que os assuntos sejam rapidamente esquecidos, substituídos uns pelos outros e – o que é pior – coisas importantes e intoleráveis acabam caindo no esquecimento, pelo afã de apresentar sempre a notícia de última hora. A necessidade da atualização acaba sendo mais importante do que o alerta sobre aquilo que está errado e deve ser modificado.

Assim, a população, verificando que a impunidade é um fato, acolhe grupos, em número cada vez maior, que agem na contra-mão da legalidade, sabendo-se desde logo imputáveis perante o aparato legal e policial.

As conseqüências são muito sérias, pois tais atitudes contagiam a sociedade em geral. Na verdade, que exemplos podemos apontar a nossos filhos, se o Estado e a sociedade abrigam o erro e não a virtude, o desrespeito às leis e não uma saudável vinculação a elas, se, enfim, o Mal acaba vencendo e recompensando, chegando ao cúmulo de considerar a pessoa virtuosa e honesta como tola e de mente estreita?

É bem verdade que, vez por outra, as punições são aplicadas (ver a Lei Caó, contra o racismo), e, como que se respira um ar puro, que permite aos honestos e responsáveis se reconciliarem com o país e seus mandatários. Mas com que freqüência isto acontece? Pode-se dizer que este “ar puro” é o modelo oficial do país? Sim ou não?

Bem, pode-se lembrar que existe uma instituição que está acima dessas lutas corriqueiras, instituição esta em que o Bem sempre vence o Mal. Quero referir-me à Igreja, que se desenvolve em torno da idéia do sagrado e de tudo o que transcende a vida no nível da matéria.

IV – A CRISE NA RELIGIÃO

O Brasil, como país de população miscigenada, sempre assistiu ao convívio de religiões diferentes, embora com a predominância da religião católica, professada pela maioria absoluta dos colonos portugueses.

Contudo, os escravos, ao chegarem ao país, nos navios negreiros, não esqueceram seus ritos africanos que aqui se disseminaram com uma dupla roupagem: da umbanda e da quimbanda.

A distinção maior entre a religião oficial e os ritos africanos é que, nestes, a ação do homem é auxiliada por forças divinas, não ficando o indivíduo à mercê de uma divindade onipotente que a tudo provê, mas dentro de Sua concepção de tempo e justiça.

No período colonial, a invasão de outros povos europeus trouxe o embrião de novas formas de Cristianismo, como o Luteranismo em diversas modalidades: o protestantismo e suas igrejas presbiterianas, do Sétimo Dia, pentecostal, quadrangular, batista, evangélicas de um modo geral.

Seria lícito pensar que, pelo menos, a casa de Deus estaria preservada da violência e da corrupção. No entanto, para espanto e horror nosso, a coisa não é bem assim. Quem não se lembra do escândalo dos padres pedófilos, nos EEUU, ou da fuga do bispo da Igreja Renascer que, após roubar dinheiro de sua paróquia, vive com a esposa naquele mesmo país?

A tentação não se intimida nem mesmo com aqueles que, tendo votado sua vida a Deus, deveriam, por via de conseqüência, estarem livres dos erros que assolam a maioria dos pobres mortais.

A própria história européia nos lembra os horrores do Santo Ofício, a queima de “bruxas” e o sacrifício de Joana d’Arc, para citar somente o caso mais conhecido.

Na verdade, o espírito de intolerância para com o diferente é uma das maiores causas da violência e até de guerras, como veremos no tópico seguinte. E na questão religiosa, a diferença de crenças tende a levantar desconfianças e até receios, pois as forças em confronto estão muito acima das limitações humanas, atingindo o reino do divino e do sagrado.

É bem verdade que a sociedade atual, como já vimos, com a disponibilidade dos meios de comunicação que colocam num mesmo palco atores e histórias diferentes, promove a simultaneidade das diferenças e permite seu confronto e até convívio, caracterizando a globalização das culturas, com o efeito de aprendermos a conviver e a aceitar a diferença e até o exótico.

Não seria esta aprendizagem o caminho mais seguro para viver e conviver, aceitar e compreender, abarcando uma diversidade cada vez maior de modos de ser, de acontecer e de aceitar diferentes realidades que, no entanto, são tão humanas como a nossa?

Contudo, a realidade infelizmente nos aponta uma opção bem diferente no âmbito das nações politicamente organizadas. Passemos, pois, ao próximo tópico, que se refere às relações entre as nações.

V – A GUERRA ENTRE AS NAÇÕES

O século XX assistiu atônito e horrorizado à emergência das assim chamadas guerras mundiais: de 1913 a 1919 e de 1939 a 1945, nesta os países divididos entre “aliados” e o “eixo”, formado pela Alemanha, Itália e Japão. Foi deflagrada uma guerra em que, pela primeira vez na História, se usaram armas nucleares, como as bombas atômicas que, em minutos, destruíram centenas de milhares de pessoas em Hiroshima e Nagasaki, no Japão.

Com o término da 2ª Guerra, não cessaram os conflitos. Ainda na década dos 50, a guerra da Coreia dividiu o país em Coreia do Norte e do Sul; depois a do Vietnã e mais recentemente a tomada do Afeganistão e a invasão do Iraque.

Na verdade, os EEUU da América saíram das guerras mundiais como a nação líder do mundo ocidental e com um parque industrial-militar necessitando de espaços para aplicar sua produção crescente de material bélico, tendo encontrado no Oriente Médio o lugar ideal para isso. A rivalidade constante entre judeus e palestinos se constitui num palco permanente de guerras e conflitos, alimentando a necessidade de armas e material bélico em geral, como já referido.

Por outro lado, a ameaça de surgirem novas potências nucleares, como é o caso do Irã, estende ainda mais a área de atuação da potência hegemônica, justificando sua política intervencionista, em nome da democracia.

No meio desse verdadeiro Apocalipse, há que se notar a importância do fim da Guerra Fria, com a dissolução da ex União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e o recolhimento da Rússia, não mais como potência beligerante, no seio da CEI – a Comunidade Econômica Internacional.

O clima geral, no entanto, evidencia ainda o risco de guerras que poderão abalar o Planeta como um todo, comprovando a visão de Cristo do Juízo Final e do Apocalipse. E a grande questão é: haverá futuro para nossos filhos e netos? E mais: que papel tem desempenhado a mídia nesse contexto de perigo geral?

VI – CONCLUSÃO: A MÍDIA COMO ALTER-EGO DA SOCIEDADE

Muito se discute o papel da mídia: se a ela cabe apenas informar ou se deve, além disso, formar uma opinião pública dentro de padrões éticos corretos.

Deixando essa discussão para os especialistas, não há dúvida de que a informação é primordial para os habitantes dos séc.XX e XXI que vivem, justamente graças aos meios de comunicação. No que MacLuhan denominou de *Aldeia Global*. Hoje, o que acontece em qualquer parte do mundo nos afeta, tendo-se criado uma nova realidade: de seres humanos irmanados em sua humanidade comum.

Além disso, a disseminação da informação vem se tornando acessível a idades cada vez menores e as crianças, na atualidade, lidam com computadores, Internet, videogames, como bons *nerds*, com um desembaraço que surpreende cada vez mais as pessoas de mais idade.

Outro aspecto a destacar é que, até nos esportes, desponta a violência, desde os jogos aristocráticos, como a esgrima e o duelo e demais armas brancas, até as lutas propriamente ditas, como boxe e as artes marciais.

No boxe, além de socar a cara um do outro, o objetivo maior é levar o adversário (veja-se a etimologia da palavra: o oposto, o que está no inverso, que se opõe e confronta) à completa inconsciência, com o célebre nocaute.

Mais recentemente, sob a influência maior do Oriente, ocasionada pela globalização, as Artes Marciais – desde o judô e o jiu-jitsu – transformaram estilos de luta em esportes de grande audiência.

Assim, a mídia, disponibilizando a informação para crianças ainda sem discernimento ético para distinguir o certo do errado, vem desempenhando papel perigoso na formação das gerações futuras.

É claro que há pessoas sensíveis ao problema e já há filmes abordando os males que videogames e a Internet podem causar, às vezes chegando o caso a ir à justiça para responsabilizar os produtores de tais programas juridicamente.

De não menor importância é a questão da pornografia infantil que desencaminha os jovens antes mesmo que os pais ou as escolas se dêem conta, desembocando no sexo e até na maternidade precoce, aos 13 e 14 anos.

Culpar a mídia é fácil, pois ao noticiar coisas ruins, ela poderá trazer efeitos negativos; mas será que não está havendo uma omissão dos pais, da família em geral, e também da escola, na orientação da juventude? Por outro lado, não se pode esquecer programas de qualidade, em que especialistas opinam sobre assuntos palpitantes para as pessoas, como é caso, entre outros, do Observatório da Imprensa, com Alberto Dines e Mauro Marinho, e do Sem Censura, de Leda Nagle.

Isso nos remete à dimensão simbólica na Atualidade. Carl Gustav Jung, psiquiatra suíço e criador da psicologia analítica, considerava como elementos estruturantes da psique: o ego, o Self, a sombra, a persona e os diferentes complexos que se formam ao longo da vida.

Para ele, a psique se estrutura em três níveis: o do inconsciente coletivo, com os arquétipos; o do inconsciente pessoal, com seus conteúdos esquecidos ou reprimidos; e o da consciência, coordenada pelo complexo do ego.

Para Jung, a psique é formada e iluminada pelo Self ou Si-mesmo, o arquétipo doador do sentido da vida do indivíduo. Já a sombra e a persona se constituem de elementos, ou rejeitados – caso da sombra – ou que escondem o verdadeiro eu, no afã de satisfazer às expectativas alheias que se alimentam em torno de nós.

No que nos interessa, aprofundaremos o conceito de sombra. Ela é o potencial que jaz escondido no fundo da psique, podendo ser positiva ou negativa. A sombra positiva é aquele potencial que possuímos, mas do qual nem suspeitamos e repentinamente tomamos consciência para surpresa, talvez mais nossa que dos outros. É quando exclamamos: “Mas eu não sabia que era capaz disso ou daquilo! E até nos deleitamos com insuspeitadas habilidades que podem até compor um novo eu e fazer nossas vidas transcenderem vários passos adiante.

Já a sombra negativa é aquela parte de nossa personalidade da qual nos envergonhamos e que até desejamos esquecer que existe. Uma reação comum é projetarmos no outro a sombra que, no entanto, é nossa, numa rejeição que nos torna desconhecidos de nós mesmos.

Ora a projeção de várias sombras individuais acaba dando nascimento, no âmbito do social, à sombra coletiva que representa o lado negativo – ainda que negado ou não reconhecido – da sociedade em geral.

E é nessa sombra coletiva que se abriga a violência por nós analisada nos tópicos anteriores. Neste lado obscuro da sociedade vivem os símbolos do negativo nas figuras da mãe castradora, do pai ausente ou, ao contrário, prepotente, do professor relapso, do político corrupto, do policial prepotente, etc,etc,etc.

Em suma, na medida em que a Mídia denuncia o lado negro de nossas vidas, ela representa um alerta que não pode ser desconsiderado e nos desafia a desenvolvermos, dentro de nós, sentimentos de paz e solidariedade, na família, no trabalho, na sociedade em geral, para que dos tantos que serão chamados, estejamos junto com aqueles que serão escolhidos.

2º SEMINÁRIO INTERFACES DA PSICOLOGIA DA UFRuralRJ
TEMA: VIOLÊNCIA: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS

Projeto Gráfico e Diagramação: Iuri Neumann
Revisão de Texto: Lila Marcia Marques



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
BR 465, Km 7 Seropédica - Rio de Janeiro - CEP 23890-000
Telefones: 21-2682-1110 / 21-2682-1220

DEPSI - Departamento de Psicologia - 21-2682-1841 (ramal 25)
seminariopsi@ufrj.br